

**CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO - UNINOVE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**E AGORA, JOSÉ?: EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**VALDIR FERREIRA**

**SÃO PAULO**

**2003**

**VALDIR FERREIRA**

**E AGORA, JOSÉ?: EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE do Centro Universitário Nove de Julho - Uninove, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Prof. Dr. José Eustáquio Romão - Orientador

**SÃO PAULO**

**2003**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ferreira, Valdir.

A participação do sujeito na construção do projeto político: pedagogia a luz da teoria da complexidade. /Valdir Ferreira. 2003.  
161f.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Nove de Julho - UNINOVE, 2003.

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Romão.

1. Educação. 2. Transformação. 3. Ditadura.

CDU – 37

# **E AGORA, JOSÉ?: EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Por

**VALDIR FERREIRA**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Nove de Julho - Uninove, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, para obtenção do grau de Mestre em Educação, pela Banca Examinadora, formada por:

---

Presidente: Prof. José Eustáquio Romão, Dr. – Orientador, UNINOVE

---

Membro: Prof. José Luiz Vieira de Almeida, Dr., UNINOVE

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Maria da Glória Marcondes Gohn, Dra., UNINOVE

---

Membro: Prof. Ernesto Jacob Keim, Dr., FURB

São Paulo, 2003.

## RESUMO

O mundo emergente no limiar do século XXI manifesta uma indiscutível hegemonia do neoliberalismo e revela, como cenário provável, a ampliação da desigualdade entre os homens e as nações. O fim do século passado parece ter enterrado, com a estrondosa queda do chamado “Socialismo Real” e o definhamento dos “Estados de Bem Estar Social”, as possibilidades de emergência de um processo de transformação social na direção de um mundo de justiça e igualdade. Neste mesmo cenário, constatamos a existência de um processo de deslegitimação dos Estados Nacionais e dos sistemas de valores e de poderes tradicionais, sejam eles institucionais ou ligados à sociedade civil, como os partidos e os sindicatos. No entanto, verificamos que esse vácuo de legitimidade para o exercício de funções centralizadas de governabilidade passa a ser ocupado por novas formas de ação e de poder local, que passam a exercer funções antes restritas aos canais institucionais. A comunidade, por meio de novos movimentos sociais, começa a ampliar sua participação na fiscalização, exercício e elaboração de políticas públicas, o que exige ampliação de sua capacidade de apropriar-se de informações, de refletir e de elaborar propostas de caráter social. Este trabalho procura discutir as possibilidades objetivas de que este novo processo de participação popular traga em si uma capacidade potencial, mas objetivamente possível, de transformação social para um mundo mais justo, isto é, que seja capaz de inserir-se na construção de um processo contra-hegemônico. Por outro lado, constatamos, no Brasil, uma ampliação do acesso à escola pública de ensino fundamental, uma escola que exercita novas orientações pedagógicas, avançando no sentido de buscar sua autonomia e exercer uma prática cidadã. Este trabalho pretende mostrar que esta nova escola pública detém a possibilidade de interagir, sob formas transformadoras, com estes novos movimentos sociais emergentes no seu entorno. Mais explicitamente, procuramos analisar as possibilidades de que esta escola possa vir a exercer um novo papel social, transformando-se em instrumento de sistematização de informações, realização de pesquisas e de reflexões intelectuais necessárias aos movimentos populares para realizar suas novas tarefas. Esta seria a forma possível de integração da escola, com sua especificidade de elaboração intelectual, na construção de um processo contra-hegemônico.

**Palavras-Chaves:** Educação. Transformação. Ditadura.

## ABSTRACT

The emergent world, at the limiar of 21st century, manifests indisputable neo-liberalism hegemony and reveals, as probable scenery, the amplifying of the inequality among men and nations. The end of the last century seems to be buried with the clangorous fall of the named “Real Socialism”, the fade of the “Well Fare States” and the growing possibilities of the social transformation process, straight to a just and equitable world. In this same scenery, the ascertain of the existence of unlawful process of National States and the worth systems and the traditional powers, institutional or connected to the civilian society, like political parties and trade unions. Nevertheless, we verify that this legitimacy vacuum to the exercise of centralized government functions turns to be exercised by new forms of actions and local power, that run functions once restrict to institutional canals. The community, through associations and social movements, begin to enlarge its participation in inspection, practice and elaboration of public policies, what demands amplification of its own information caption, reflection and social character proposal elaboration. This report tries to discuss the objective possibilities that this new process of popular participation brings itself a potential, but possible ability, of social transformation into a fairer world, that is, able to insert itself in the contra-hegemonic process construction. On the other hand, we assure, in Brazil, an amplifying of the fundamental public school access, through a kind of school that exercises new pedagogical orientation, going forward the search of its autonomy and citizen practice exercise. This report intends to prove that this new public school holds the possibility of interact under transforming manners, with these new emergent social movements around. More clearly, we try to analyze the possibilities that this school may exercise a new social role, turning itself into an information systematization instrument, research achievements and intellectual reflections needed to the social movements to accomplish its new tasks. This would be the possible way of school integration, based on its intellectual specificity, in a building contra-hegemonic process.

**Abstract:** Education. Transformation. Dictatorship.

## SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Introdução.....	7
Capítulo I: O Cenário.....	16
Capítulo II: Os Novos Atores Sociais.....	36
Capítulo III: A Questão Ideológica.....	55
Capítulo IV: A Escola Atual.....	88
Capítulo V: Escola E Transformação Social.....	108
Conclusão.....	137
Referências Bibliográficas.....	142
Anexos.....	146

## APRESENTAÇÃO

Nos idos de 68, esperávamos derrubar a ditadura e instaurar o socialismo no Brasil e, em rápidos passos, atingir a América Latina e o mundo. Com o exemplo de Guevara e do Vietnã, nas mãos o manual de guerrilhas de Régis Debret, a vitória era apenas uma questão de tempo e dedicação dos verdadeiros revolucionários. Saudávamos o método de Paulo Freire mais como um agente eficaz de recrutamento rápido para a revolução. A tomada do poder por uma vanguarda bem intencionada, determinada na busca de igualdade e justiça social, seria a garantia natural para a construção de um mundo melhor. Subestimávamos a realidade e superestimávamos nós mesmos.

Os anos que se seguiram trouxeram graves e seguidas derrotas, assim como um duro aprendizado. O esfacelamento da União Soviética foi a pá de cal definitiva em todo o voluntarismo inconseqüente que nos animava. Para quem quisesse enxergar, tínhamos a prova definitiva do que já deveríamos saber: vanguardas no poder reproduzem o mesmo esquema autoritário e excludente de dominação, sejam quais forem suas propaladas intenções. Não há trilhas ou caminhos curtos para a justiça e a liberdade. Terá que ser uma conquista coletiva, produto de uma longa caminhada. Fortuitamente, relembro o alerta de Debret aos futuros guerrilheiros, no seu famoso Guerra de guerrilhas, constatando que a velocidade de um grupo é sempre a velocidade do seu homem mais lento.

Derrotados, teríamos que procurar o erro. Onde estaria? Na proposta de igualdade e solidariedade que deixou de levar em conta que o homem é irreversivelmente competitivo e a desigualdade econômica sua motivação maior para destacar-se e ter poder? Será que apenas esta soma de energias contraditórias e individualizadas, próprias do capitalismo, traz em si a fórmula possível para o mundo progredir?

Como afirmou um ídolo do nosso futebol: “é melhor ter uma Ferrari no Brasil do que na Europa, pois aqui quase ninguém tem”. Evidentemente o status, o poder, a autoridade intelectual, as conseqüências da riqueza e o prazer do consumo são maiores quanto mais raros são seus possuidores. Esta é a grande motivação? A lógica da felicidade e da motivação é necessariamente a lógica da exclusão? Há possibilidades de se encontrar motivação subjetiva e prazer na busca de projetos coletivos que reduzam a desigualdade ao mínimo de seus componentes naturais e fisiológicos? Em que o projeto de diminuir a exclusão poderia interessar aos não excluídos?



Será que aos atuais excluídos interessa uma inclusão uniforme que não lhes traga as benesses do destaque e do poder garantidos pela própria existência comparativa da exclusão? A paz da igualdade é a paz gris e tediosa dos cemitérios? Estes questionamentos estão presentes, consciente ou inconscientemente, nas diferentes concepções sobre a natureza do homem.

O liberalismo afirma que esta defesa da desigualdade repousa em características imanes e imutáveis da natureza humana. A lógica do individualismo reproduz, mimeticamente, o reinado da disputa e da exclusão. A lógica do seu discurso, construído pelo elogio da desigualdade, alicerça-se sobre um modelo antropológico de motivação, sucesso e felicidade que só faz sentido quando é alcançado por minorias. Isto é intrínseco a ele, por mais que o discurso liberal explícito tente dizer o contrário. Seu motor de motivação individual se esvai e perde o sentido em processos de conquista de patamares coletivos, pois estes não destacam os melhores, os mais aptos, as elites. Seu limite teórico máximo assumido no pós-guerra, como consequência das pressões sociais emergentes, foi a igualdade de oportunidades de instrução e de acesso à saúde pública. A partir daí, justificada pela igualdade formal, a desigualdade reinaria soberana, como valor positivo, motivada pela competição, pelo sobressair-se, pelos sinais exteriores de riqueza e de poder, assumidos como matrizes únicas da motivação, da felicidade e da criatividade.

Weber, no seu magistral: “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, caracteriza a riqueza, a capacidade de acumulação de bens, como “sinal exterior da graça divina”, manifestação da superioridade moral dos raros escolhidos. Da ética à política apenas um pequeno passo. Pois quem, senão estes escolhidos, deveriam exercer o governo? A riqueza, marca da inteligência e racionalidade dos vencedores, é a justificação ética para o melhor exercício do poder. Se esta avaliação liberal da natureza humana for verdadeira, o socialismo passa a ser um sonho impossível e apenas cabe deixar a carruagem seguir o seu curso.

O socialismo, pelo contrário, nega esta pretensa transcendentalidade da natureza humana, reafirmando seu caráter histórico e ideológico, isto é, sua possibilidade de ser transformada. Acredita que o homem é capaz de construir um mundo sem escassez, libertar-se da luta instintiva e competitiva pela sobrevivência física e moldar uma nova realidade produzida pelo despertar de uma vocação possível para a utopia da felicidade coletiva. A possível verdade do socialismo, como negação do individualismo, repousa na afirmação de que há um outro patamar de felicidade, motivação e criatividade individuais, que reside na emoção da comunhão, no sentir

laços efetivos que nos liguem ao conjunto dos homens e à natureza que nos cerca. Afirma que não podemos ser verdadeiramente felizes enquanto nossa extensão, plantada à nossa volta, também não o seja. Nesta questão não há “terceiras vias”. São paradigmas que mutuamente se excluem. Um funda a desigualdade, o outro a igualdade possível. São matrizes de distintas visões do mundo.

O chamado “socialismo real”, na sua prática concreta, não estabeleceu uma ruptura radical com a antropologia de defesa da desigualdade. O paradigma da solidariedade, ou socialista, esteve ausente das experiências desse socialismo que associou algumas formas de inclusão, com uma grande quantidade de formas de exclusão e, por isso, não deixou rastros sólidos de solidariedade em sua passagem. Este pretense socialismo foi apenas mais uma manifestação atípica do mesmo individualismo que, teoricamente, dizia combater. Não houve erro do socialismo, porque não houve socialismo.

O paradigma socialista não pode conviver com uma sistematização teórica da defesa da exclusão, seja no seu projeto estratégico, expresso pelo papel decisivo atribuído às “vanguardas” e aos “partidos de quadros”, seja na sua proposta de transição, expressa na inevitabilidade da “ditadura do proletariado”. O princípio maior do socialismo deveria ser a manifestação da inclusão crescente, em todos os seus aspectos e em todos os momentos, inscrita em cada instante de sua ação social e política. Nunca, uma tarefa a ser postergada para uma vaga “pós-ditadura do proletariado”.

Restaria saber se este sonho de igualdade não é apenas uma utopia da imaginação, um arquétipo mítico irrealizável. Será possível que a raça humana se constituirá, eternamente, de grandes majorias inferiorizadas, incapazes de ascender a um patamar de consciência que resgate o valor e a dignidade pessoal de cada homem, impedindo-o de prestar-se à dominação de minorias e à exclusão dos benefícios integrais do trabalho coletivo? Será que se poderá represar, indefinidamente, a ampliação da auto-valorização, do não se sentir inferior, da justiça do ter, como parte da humanidade, os mesmos direitos de todos os homens à uma vida plena? Como dar conta desta ampliação da autoconsciência em um mundo organizado para o acesso limitado e o domínio das minorias? Acredito que a irreversível ampliação da consciência terá que traduzir-se, necessariamente, na criação de um novo mundo, construído, prática e ideologicamente, por estas majorias. Só um mundo de solidariedade, de igualdade de acesso aos frutos do trabalho coletivo,

aos bens da cultura e da tecnologia, poderá ser habitável para uma maioria de pessoas livres e conscientes.

Na década de 70, já vivenciando os sinais de derrota da estratégia de luta armada, na qual realizei meus primeiros passos na política, e observando os movimentos sociais ensaiarem seus primeiros e tímidos passos, ainda sob forte repressão, como professor de um curso de madureza e pré-vestibular em São Caetano do Sul – município do ABCD da região metropolitana de São Paulo – sentia-me extremamente manietado e restringido em termos de uma ação política que se limitava, apenas, às salas de aula. Aos poucos, fui me apercebendo que fazíamos, como professores, um trabalho mais importante do que imaginávamos. Nossos alunos, a maioria funcionários de escritório e operários da indústria automobilística do ABC, despertavam, participavam e discutiam.<sup>1</sup> Foi uma grata surpresa encontrar em livros que, posteriormente, pesquisaram as primeiras greves “tartarugas” do ABC, um número significativo de referências dos entrevistados às aulas de atualidades, literatura, história, cursos complementares de teatro, cinema e filosofia que tínhamos realizado. Minhas experiências posteriores, como professor de física e diretor cultural do “Cursinho da Poli” — curso preparatório para vestibulares que constituiu-se em uma espécie de aparato de apoio das esquerdas e das oposições sindicais durante a década de 70 — só vieram confirmar a importância possível da escola e do trabalho mais diretamente ideológico.

Por outro lado, a partir de 82, com o aceleração do processo de democratização, desenvolvi experiências de trabalho partidário e assumi cargos em órgãos do governo estadual de São Paulo. A avaliação do processo e dos resultados levaram a um certo desencanto pela ação política, desalento que se reforçou, ainda mais, pelas derrotas sucessivas do “socialismo real”. Aos poucos, nos anos que se seguiram, lentamente, as estratégias políticas tradicionais da esquerda foram deslegitimando-se, desconstruindo-se, abrindo espaço para que, no avesso do desalento, o novo brotasse.

Para mim, assim como para muitos outros, a expressão teórica destas pequenas sementes do novo floresceram, viçosas, nos encontros com Gramsci e Paulo Freire, levando-me, naturalmente, a pensar sobre a possível importância de um papel social transformador da educação. Fui convencendo-me, aos poucos, que na educação pública, como pólo ideológico imerso na comunidade dos excluídos, poderia repousar um patamar expressivo, necessário, para a

formulação de uma nova ordem de inclusão e justiça social. Não como substituição da luta política mais ampla, o que seria uma espécie de “messianismo pedagógico” de esquerda, mas por perceber que as intensas transformações do mundo apontavam para uma configuração social e política nova, específica, em que a escola poderia emergir com um papel social que nunca ocupara antes, como parte significativa da práxis de transformação social. Não podemos confundir esta proposta com o discurso liberal-progressista sobre a educação, que esgota o papel da escola na socialização de informações e conceitos cristalizados para alunos passivos, reformulando apenas o seu conteúdo. Pouco adianta substituir os conceitos tradicionais ensinados nas salas de aula, por outros, originários de uma possível matriz teórica socialista, dentro do mesmo processo educacional restrito, elitista e autoritário. A questão é outra. Repousa na necessidade de participação da escola no seio de uma comunidade ativa, crítica, criativa, produtora de idéias e de propostas de mudança social. Uma escola que seja capaz de lastrear a geração de novas respostas, dentro de um paradigma contra-hegemônico, aos graves problemas de desigualdade, violência, solidão, infelicidade, homogeneização cultural, consumismo exacerbado, agressões ao ambiente, crises familiares, exclusão, concentração de riquezas, corrupção, nepotismo, discriminação. Questões para as quais o modelo individualista-liberal é incapaz de construir respostas que atendam os anseios das maiorias, porque elas seriam sua própria negação.

A escola é um canal natural de atividade intelectual. Graças a sua recente disseminação, está próxima, inserida na comunidade, que pode se apossar dela, para a construção de um processo de desvendamento-geração de um novo projeto coletivo de mundo. Não será mais o grande modelo generalizante, com todas as respostas prontas, a ser implantado após uma possível tomada do aparelho de Estado. É uma lenta e sólida construção de novos valores, nova cultura, novas instituições, novas formas de ver a vida. Gramsci fala em um “Novo Renascimento” referindo-se ao seu precedente histórico. O Renascimento foi uma construção de idéias germinadas nas universidades medievais e cidades nascentes que, paulatinamente, foram tomando conta da sociedade, engendrando, à longo prazo, o iluminismo, o liberalismo e a teoria das democracias burguesas, criando, assim, um outro patamar social e cultural para a humanidade. Temos uma tarefa semelhante, só que, agora, graças as conquistas anteriores, há que incluir toda a sociedade neste projeto.

---

<sup>1</sup> As ricas experiências pedagógicas realizadas nesta escola de São Caetano do Sul estão relatadas e analisadas

Minha trajetória intelectual-pessoal-política foi a de um bacharel e licenciado em física, professor de disciplinas como física, matemática, literatura e atualidades em cursos irregulares de madureza e pré-vestibular na década de 70. Um militante ativo de outros tempos que, hoje, se sente manietado pela falta de crença nas propostas disponíveis.

Já há muitos anos estou distante das salas de aula, seja como estudante, seja como professor. Volto à escola, hoje, como forma de saber das novas idéias em gestação, achar interlocutores, socializar minhas preocupações, elaborar melhor estas idéias e propostas que, em meio a estes longos anos de angústia política e confusão estratégica, lentamente, vêm amadurecendo

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, grupos genericamente denominados como movimentos sociais têm ampliado sua presença na sociedade brasileira. Viveram movimentos cíclicos de fluxo e refluxo, mas vêm criando formas novas de ação política e social em substituição às formas tradicionais presentes em momentos anteriores. No entanto, a partir da década de 90, estes movimentos começaram a manifestar características absolutamente novas nas suas formas e dinâmicas de atuação, demonstrando uma ruptura clara com os modos convencionais de intervenção social e ação política.

Denominados, na literatura sociológica, como: “novos atores sociais”, esses movimentos inauguraram, no limiar do século XXI, um processo de encontro e interação com as unidades educacionais públicas de ensino fundamental e médio que, recentemente, começaram a multiplicar-se nas periferias do país. Encontram uma escola em processo de fortalecimento da autonomia de suas unidades educacionais, portanto mais permeável à sua ação, e assistem o brotar, ainda que tímido, de novas orientações educacionais que propõem a intensificação da relação escola-comunidade e a preparação para a cidadania.

Estes novos atores coletivos, de caráter local, e a escola pública, convivendo no mesmo *locus* geográfico e social, vivenciam juntos um momento particular marcado pela crise de legitimidade dos sistemas tradicionais, sejam eles formas institucionais de poder ou de atuação partidária e sindical, sistemas que não mais conseguem responder, de forma eficiente, aos desafios do mundo atual em termos de mudança social, valores e governabilidade.

Esta interação entre movimentos sociais e escola mostra indícios concretos de poder vir a ocupar um importante papel na gestação das sementes de uma nova práxis política e social portadora de um intenso potencial transformador. No interior desse quadro a nova função social da escola, no aspecto simbólico que lhe cabe, poderia ser o de participar do resgate, em novos registros, do conhecimento humano acumulado, isto é, canalizar as informações e idéias necessárias para interagir, reflexiva e criativamente com os saberes e práticas comunitárias, produzindo novos conhecimentos e novos procedimentos. Com isso, estaria em gestação uma nova forma de ser da escola pública, redefinindo seu tradicional papel social.

Esta escola manifesta condições concretas de ultrapassar seu papel tradicional que, mesmo nas propostas mais progressistas, ainda se esgota na especificidade da formação

intelectual dos alunos, isto é, prepará-los abstratamente para uma atuação crítica e cidadã posterior na sociedade. As novas dinâmicas sociais emergentes, apontam para uma comunidade que possa apossar-se da escola, como aparelho ideológico, para a construção de uma nova *episteme*, uma nova visão de mundo. Uma escola capaz de inserir-se estrategicamente na construção de uma práxis de luta contra-hegemônica geradora de uma nova sociedade, seja nas formas de organização da economia, da produção e da distribuição de bens materiais, bens culturais e serviços, seja nas formas de comportamento, da imagem de si mesmos, do agir político, dos valores, da cultura, do conhecimento, da arte e da ciência.

Meu objetivo é demonstrar que este novo papel da escola, por emergir da ótica ideológica da comunidade, na configuração particular das características do estágio atual do capitalismo, apresenta condições objetivas de inscrever-se dentro de um paradigma socialista, isto é, da construção da solidariedade social, da preservação da diversidade e da heterogeneidade e da ampliação radical da igualdade econômica e da participação política.

Para testar a efetividade desta interpretação, proponho-me a pesquisar os encadeamentos possíveis entre o cenário atual, com suas novas formas de governabilidade no mundo globalizado e as novas características dos movimentos sociais emergentes, relacionando-os com as novas propostas e orientações educacionais em curso.

Do ponto de vista metodológico, optei por pesquisar algumas das experiências educacionais avançadas realizadas no Brasil, enfocadas pelo Instituto Paulo Freire, no seu conjunto, como “Escola Cidadã”. Nelas busco indícios, sinais concretos e disposições potenciais de que este novo papel da escola possa efetivamente acontecer, mesmo que suas manifestações ainda sejam tímidas e incipientes. Confirmadas estas possibilidades, este trabalho pretende contribuir para entender melhor esta nova dinâmica e incentivar uma práxis capaz de fortalecer estas tendências potenciais e a reflexão sobre elas.

Tendo como objetivo uma discussão sobre transformação social, meu percurso teórico terá que se iniciar pela descrição dos novos cenários mundiais gerados pela crise da social-democracia, pela rápida aceleração da globalização e pela hegemonia planetária das políticas neoliberais.

Procuraremos determinar o perfil de Estado emergente do processo de globalização neoliberal, tanto em termos das mudanças efetuadas na sua natureza, como nas alterações de sua legitimidade e capacidade de intervenção social. Isto é, os limites de sua eficiência na elaboração

e execução de políticas públicas, capacidade de cooptação política e controle ideológico. Em seguida, caberá analisar como esses parâmetros externos, emergentes do novo cenário mundial e das novas formas de ser do Estado, irão interagir com as propriedades mais internas de gênese e atuação dos novos atores sociais. Procuraremos detectar suas características próprias em termos de identidade, valores, bandeiras, formas de luta e dinâmica de atuação, assim como seu potencial real para uma intervenção social e política efetivamente transformadora.

Nosso percurso exigirá a demonstração de que as formas centralizadas de ação do Estado perdem legitimidade e eficácia para enfrentar os desafios do mundo atual. Concomitantemente, caberá mostrar o desgaste das formas tradicionais de concepção, atuação e organização dos sindicatos e partidos de esquerda e as reais possibilidades de que estes novos atores sociais possam qualificar-se para ocupar os espaços abertos de ação política, legitimidade e eficácia.

O objetivo perseguido será apontar a necessidade da elaboração de um novo paradigma, ou seja, a constituição de uma nova visão da organização econômica e social, da cultura, dos valores, da arte e do conhecimento, para ocupar a crise do paradigma hoje imposto pela ordem do capital. Procuraremos detectar traços de que este novo paradigma poderá se constituir, do ponto de vista ideológico, como uma práxis marcada pela solidariedade e pela ampliação da justiça social, colocando-se dentro do campo de luta contra-hegemônica, na forma como Gramsci define esse conceito. Esta discussão exigirá reflexões sobre a questão da ideologia, em termos de explicitação dos parâmetros ideológicos adotados neste trabalho e, também, da importância que a luta propriamente ideológica adquire no mundo de hoje. Neste contexto, procuraremos discutir a necessidade da incorporação de alguns temas inspirados em autores situados no campo da “pós-modernidade”.

Iremos, em seguida, analisar as características da escola que temos hoje, discutindo seu comportamento possível frente às mudanças hoje em curso.

Segue-se uma exposição das características das novas propostas educacionais emergentes que, de forma dominante, baseiam-se na autonomia da escola, na eleição do cotidiano como ponto de partida pedagógico, no desenvolvimento da cidadania e na elaboração de projetos coletivos que aproximem escola e comunidade.

Neste conjunto, finalmente, discutiremos as possibilidades e características de interação da escola com os novos movimentos sociais.



A partir desta definição de trajetória, escolhi as orientações teóricas que me pareceram permitir seguir melhor este percurso.

Quanto ao novo cenário mundial, construído com a crise do *welfare State* e as conseqüências sociais e políticas da implantação do neoliberalismo e da globalização, bem como sua associação com a ampliação da exclusão social e os indícios de crise do paradigma instalado pela ordem do capital, remeto-me aos textos de Atílio Borón, Perry Andersen e Göran Theborn (in SADER, 1998), José Paulo Netto (1995) e Istiván Mészáros (2002).

Estas análises apontam para a incapacidade do mercado em responder às demandas sociais emergentes, cada vez mais graves e aguçadas. Defendem e questionam diferentes propostas de soluções que vão desde as possibilidades de retorno ao Estado forte da social-democracia, dentro de um recorte nacional ou até transnacional, mas demonstram um certo grau de consenso na constatação de um inevitável declínio do poder e legitimidade do Estado, o que se articula com os limites estruturais hoje impostos à auto-reprodução do capital. Este declínio apontaria para o fortalecimento da sociedade civil, como nova instância possível de poder.

Para referenciar o enfraquecimento da autonomia e da legitimidade do Estado-Nação, assim como a irreversibilidade do processo de crescente interdependência entre as nações no mundo globalizado, baseei-me nas análises desenvolvidas por Jürgen Habermas(1999) e Giuseppe Vacca (1996).

Vacca aplica os conceitos de Gramsci para caracterizar o mundo emergente no século XXI. Suas conclusões sobre o irreversível enfraquecimento do Estado, bem como a descrição das características desse Estado, com suas dificuldades intrínsecas de legitimação, vão ser cruciais para determinar os novos papéis que a sociedade civil deverá desempenhar, assim como para determinar as características ideológicas possíveis do novo paradigma em processo de emergência.

Para Vacca, não haveria mais possibilidades de formulação de estratégias de transformação social no recorte isolado de cada país. O advento do socialismo, único paradigma capaz de ampliar o processo democrático e implementar o crescimento da justiça social e econômica no século XXI, seria impossível de se realizar no âmbito restrito dos Estados nacionais. A mundialização e a interdependência dos países geram relações complexas que só se resolverão através de novos formatos institucionais que contemplem a solidariedade internacional e o socialismo. Só com a globalização, o capitalismo teria amadurecido o suficiente para atingir,

dialeticamente, o momento do seu próprio fim. O socialismo seria o único sistema social capaz de gerar respostas consistentes para as exigências, inevitavelmente postas, da construção de uma nova ordem mundial sem barbárie. As novas lutas e bandeiras sociais teriam que incorporar, para sua eficácia, uma exigência permanente da interação de questões locais, nacionais e transnacionais, rompendo com viéses nacionalistas. Pelas mesmas razões, não caberia mais a estratégia tradicional das esquerdas de procurar fortalecer um Estado que, inevitavelmente, torna-se cada vez mais fraco. O momento exige o fortalecimento da sociedade civil que, paulatinamente, a partir de uma ação crescentemente transnacional, caminharia no sentido de ser, ela mesma, o próprio Estado, em um mundo caracterizado pela progressiva interdependência entre as nações.

Para analisar as possibilidades de que a sociedade civil venha a ocupar o papel central, como principal ator político do mundo moderno, ressaltando o papel a ser exercido pela luta ideológica, assumi os conceitos de Gramsci. Referem-se ao papel dos intelectuais orgânicos na formação ideológica e sobre a necessidade da construção de uma luta contra-hegemônica em termos de valores críticos, políticos e culturais, dentro da própria sociedade capitalista, como condição necessária para sua transformação. O direcionamento destas lutas seria exercido pelo Partido, como intelectual coletivo da sociedade civil, rompendo com o conceito dos autoritários “partidos de quadros”. Para Gramsci, o Estado é um espaço onde se trava uma luta ideológica entre diferentes propostas de hegemonia e não um mero “comitê da burguesia”. Considera que o Estado estende-se pela sociedade civil quando esta assume parcelas de poder decisório.

Um ponto crucial da minha análise, será mostrar porque os novos atores sociais, reconfigurando a sociedade civil, qualificam-se, objetivamente, para ocupar espaços de poder, preenchendo o vácuo da paralela desqualificação do Estado atual para responder aos desafios de um mundo crescentemente complexo. Neste sentido, houve uma nítida preferência por autores que se apoiam explicitamente nos conceitos de Gramsci, como Vacca, Netto e Borón. Esses conceitos, neste trabalho, aparecem mais claramente delineados a partir do texto de Vacca, que os utiliza explicitamente para a caracterização do mundo que emerge no século XXI.

Para entender a nova configuração da sociedade civil, nos termos das sociedades de massa de um mundo globalizado, procurei elaborar uma caracterização dos novos atores sociais emergentes, assim como das novas formas e espaços públicos de intervenção e de dinâmica social que estão se criando. Minhas referências, para esta caracterização, basearam-se em Eder Sader

(1995), Maria da Gloria Gohn (1994), Vera Teles e Evelina Dagnino, (*in* DAGNINO, 1994), Bresser Pereira (1997) e Anthony Giddens (1994).

Na perspectiva analisada, estes novos atores ocupariam espaços abertos pela deslegitimação crescente das formas tradicionais de organização do Estado e do sistema político, cada vez mais incapazes de responder, com eficiência, aos graves problemas sociais e à crise de valores presentes nas atuais sociedades de massa. Esta deslegitimação manifesta-se na própria sociedade civil pelo enfraquecimento dos tradicionais canais centralizados de ação política, como, por exemplo, os partidos e os sindicatos.

Estes novos atores, convivendo com as ONGs, mais estruturadas e centralizadas, são denominados genericamente como movimentos sociais, entidades populares ou grupos de autoajuda. Trabalham com temas específicos, como, por exemplo, a fiscalização e a elaboração de propostas de ação em áreas como saúde, cultura, direitos civis, saneamento, transporte, qualidade ambiental, habitação etc., circunscrevendo-se, na maioria dos casos, aos locais de moradia dos seus integrantes. São fragmentados, fluidos, heterogêneos, ciosos de sua autonomia frente aos partidos e ao Estado, mas apresentam uma grande dinâmica de mobilização horizontal. Desenvolvem novas formas de interação social, valores, cultura e visão de mundo, ainda que sob formas difusas e pouco elaboradas, como analisa Maria da Glória Gohn, a partir de processos educativos e pedagógicos não formais. Para as novas exigências de complexidade que se colocam para a ação da sociedade civil, minha principal referência é o conceito de “reflexividade” elaborado por Giddens e que será discutido no corpo do trabalho.

Estas práticas seriam o ponto de partida da redefinição dos conceito de espaço público e de um novo proceder social, intelectual, cultural, político e ideológico, só que agora, constituído de baixo para cima, o que exigirá um amplo trabalho reflexivo de produção de idéias e de reformulação do conhecimento por meio de um trabalho intelectual amplo e descentralizado. Estes movimentos têm deslocado o palco, o objeto e as formas tradicionais de ação política, realizando ações mais localizadas e fragmentadas que, no entanto, deverão produzir formas novas de síntese e integração, pois seus embates acabarão por se defrontar com questões de caráter nacional e transnacional, como demonstra a análise de Vacca.

No complexo mundo atual, a luta propriamente ideológica ocupará, crescentemente, um papel central, em prejuízo das orientações estratégicas que insistem em um economicismo estreito, colocando a necessidade de esclarecer melhor as características que esta luta ideológica

tenderá a assumir, o que exigiu, para justificação da minha proposta, uma elaboração mais detalhada desta questão.

Em termos do conceito de ideologia busquei referências em Marx. Dentre as diversas correntes e interpretações do pensamento marxista, inclino-me pela vertente denominada historicista, representada por nomes como Lukács, Gramsci e Lucien Goldmann. Neste sentido, não existem verdades universais, valores neutros, meras descrições de realidades empíricas, como querem os positivistas e nem sob a forma sofisticada com que Althusser separa “materialismo histórico” e “materialismo dialético”, tentando encontrar o “corte epistemológico” que cria uma ciência marxista transcendente à história.

Na vertente historicista, os valores ideológicos constroem-se em um determinado momento histórico, a partir de uma visão de mundo e de um projeto de organização econômica e social. Exigem, fundamentalmente, uma escolha que não é construída livremente, mas que é determinada por diversos fatores, incluindo a forma de organização econômica do modo de produção existente na sociedade e pelo lugar econômico e cultural ocupado pelos indivíduos na estrutura social, isto é sua classe social<sup>2</sup>. Os valores formam-se a partir da experiência individual e pela geração de identidades coletivas, construídas no dia a dia do agir político e social. São influenciados pela pressão de aparelhos ideológicos, como, por exemplo, a mídia, a escola, o trabalho, a família e a própria sociedade civil, instâncias que se apresentam como palcos naturais da expressão de contradições do sistema e de embates entre diferentes idéias e valores. Afasto-me, portanto, da visão de que uma sociedade baseada no modo de produção capitalista gera, necessariamente, um sistema reprodutor em bloco dos seus valores ideológicos.

Recupero a imagem de Löwi (1998), na sua “alegoria do mirante”, em que a posição ocupada pelos diferentes segmentos sociais, na pirâmide social invertida, determina a construção de visões ideológicas específicas, com horizontes mais amplos, ou mais restritos, do mundo e do conjunto da sociedade. A comunidade dos explorados e excluídos, pela sua abrangência e por não exercerem papel algum de dominação sobre outros segmentos sociais, teria, potencialmente, a possibilidade de enxergar um horizonte mais amplo, isto é, desenvolver formas de vida, conhecimento, cultura, agir político e organização social, desempenhando um papel fundamental

---

<sup>2</sup> A categoria *classe social*, no mundo atual, exige um redimensionamento de seus limites clássicos, pois seus contornos tradicionais tendem a ser redefinidos em função das mudanças no perfil do trabalho no mundo globalizado, exigindo uma ampliação do conceito tradicional de proletariado, mas devendo guardar sua identidade fundamental enquanto principal ator de transformações sociais profundas, isto é, que carrega consigo a potencialidade de negação do modo de produção capitalista.

para *desvendar* uma visão de mundo mais ampla e libertária.<sup>(3)</sup> Este *desvendamento* dar-se-ia a partir da sua própria ação social, cujo movimento revelaria e desnudaria questões antes invisíveis, assim como exigiria a necessidade de uma nova reflexão sobre elas e sobre o conjunto do conhecimento, ou seja, realiza-se um processo de práxis social.

As contradições estruturais do sistema, sua incapacidade de gerar respostas aos problemas que ele próprio põe, impulsionam uma atuação negadora que desenvolve o combate a seus próprios valores causadores de desigualdade, construindo o novo entre os espaços abertos pela crise do velho, em processo de superação, gerando movimentos de reforma gradual ou de ruptura, conforme o grau de esgarçamento do tecido social e do próprio Estado.

A discussão que se segue sobre as referências ideológicas no mundo atual incorpora algumas reflexões que se colocam no campo da denominada “pós-modernidade”. Para isto, procurei destacar as idéias apresentadas por J. F. Lyotard, no seu texto clássico: *A condição pós moderna* (LYOTARD,1998). Sua conclusão sobre a “crise dos grandes relatos”, como tendência crescente no mundo atual, aponta para os “pequenos relatos” da comunidade, como sementes de uma possível sociedade baseada, não no consenso<sup>4</sup>, mas na busca de justiça, a ser realizada por uma rede de milhares de pactos sociais localizados, valorizando as lutas e as bandeiras locais. Outra contribuição importante dos autores pós-modernos, refere-se a valorização do cotidiano como espaço de luta e reflexão sobre as formas de opressão e alienação exercidas pela ordem do capital, como ressalta a obra de Foucault.

Este percurso teórico, no seu desfecho, tem a finalidade de caracterizar os indícios das formas de relação que deverão se estabelecer entre escola e comunidade, a partir do papel político e ideológico que os novos atores sociais poderiam vir a ocupar em termos de transformação social. Portanto, o próximo passo deverá ser a análise da escola e do processo educacional, iniciando-se pela caracterização da escola que temos, hoje, no Brasil, no quadro de falência do *welfare State* e da vitória do neoliberalismo. Para isso reporto-me as análises de José Eustáquio Romão (1998).

Em relação aos novos rumos e orientações educacionais tenho como referência autores como Paulo Freire, Joe Kincheloe (1993) e Ivani Fazenda (1998), que defendem a realização de

---

<sup>3</sup>. “Mais um mirante ou observatório é elevado, mais ele permite observar a paisagem em toda sua extensão.....Em nossa hipótese, o ponto de vista mais alto é o ponto de vista do proletariado”.<sup>3</sup> (LÖWI, 1998:212)

projetos educacionais que visam a defesa da interdisciplinaridade, da reflexão crítica, da busca de uma prática de cidadania, da explicitação do compromisso ético-político, do incentivo à autogestão financeira e pedagógica da escola com participação da comunidade e da ênfase no cotidiano.

Para entender o novo espaço e lugar da escola, em termos de projetos educacionais, o ponto de partida foi Paulo Freire e, particularmente, a análise do “Projeto da Escola Básica Cidadã” (ROMÃO, 1998).

A proposta freireana constituiu-se em uma postura pioneira ao estabelecer uma relação entre educação e transformação social, abrindo toda uma nova perspectiva de reflexão e ação política, rompendo com o preconceito de que a consciência derivava, exclusivamente, das lutas sociais e econômicas. Há uma profunda valorização do indivíduo, priorizando o desenvolvimento do seu papel reflexivo e da sua capacidade crítica, como tarefas sempre presentes e não para serem postergadas para a pós-revolução. A sua proposta de partir do cotidiano do aluno, da sua linguagem e cultura, na alfabetização de adultos, produziu a revolução que hoje está presente nas novas orientações educacionais e que aponta para a comunidade, matriz deste cotidiano, como principal interlocutor da escola.

Para analisar a crise sofrida pelos movimentos sociais nos anos 90, no Brasil, e discutir as possibilidades de sua retomada tomei como referência o trabalho e reflexões de Maria da Glória Gohn (1994).

Em termos de novos projetos educacionais críticos e transformadores reporto-me as análises das experiências das escolas “Candanga” e “Plural”, através de documentos que descrevem estas experiências. A partir destes textos, procuro indícios empíricos de manifestação deste novo papel da escola e da potencialidade de sua expansão. Analisamos também, através de entrevistas semi estruturadas, a proposta da escola cidadã de Uberaba e a experiência mineira de eleições de diretores de escola a partir de Juiz de Fora, procurando uma relação entre a construção de laços com a comunidade e a possibilidade de continuidade e aprofundamento dos projetos progressistas.

---

<sup>4</sup> Esta afirmação é uma crítica explícita ao pensamento de Habermas que propõe a busca do consenso através do “agir comunicativo”, questão que trataremos mais a frente.

## CAPÍTULO I: O CENÁRIO

*Com a chave na mão  
quer abrir a porta,  
não existe porta,  
quer morrer no mar,  
mas o mar secou;  
quer ir para Minas,  
Minas não há mais.  
José, e agora ?*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

Poderíamos sintetizar, em grandes linhas, o cenário do mundo atual por três características principais :

### *I ) A falência do modelo de “wellfare State”*

A vitória do neoliberalismo, como forma atual de manutenção da acumulação capitalista, enterrou as últimas esperanças de um mundo melhor nos limites do Estado capitalista, pois sua consequência visível é o crescimento acelerado da desigualdade e da exclusão social. Do estado social-democrata, cujos valores estão em crise, herdamos a consciência da importância da defesa dos direitos sociais e da cidadania, o que gera confrontos sistemáticos com a nova fase de acumulação do capitalismo e sua ideologia neoliberal.

### *II ) A derrota do chamado “socialismo real”*

O esfacelamento das União Soviética e a derrota do socialismo no leste europeu, ao lado de reforçarem, simbolicamente, a descrença na possibilidade da construção de sociedades igualitárias, demonstraram que estas estruturas, ditas socialistas, não conseguiram vencer a escassez e nem criar uma sociedade civil que avançasse para ser, ela própria, o governo, inviabilizando o sonho socialista de um processo crescente de ampliação da democracia e da autogestão pública. O modelo de regime soviético não saiu dos marcos tradicionais, autoritários e excludores que suas propostas teóricas criavam a esperança de negar.

### III) *A globalização*

Hoje, mudanças na vida econômica e sociais das nações e seus povos não se darão por soluções nacionais isoladas, mas sempre contra um sistema internacional portador de uma inércia muito maior, reafirmando a sensação subjetiva de impotência para possíveis mudanças. Esta nova realidade cria a exigência de se pensar novos parâmetros transnacionais como condição necessária para a elaboração de possíveis políticas e estratégias de mudanças sociais.

A política do “Estado de Bem Estar”, executada pelos países desenvolvidos do ocidente, foi construída como resposta à soma das pressões dos movimentos sociais emergentes, à competição com o mundo socialista e às necessidades do mercado de trabalho gerados pelo desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico do pós-guerra. Foram desenvolvidas políticas absolutamente pioneiras, destacando-se prioridades como: os programas de universalização do acesso à escola fundamental, a criação de amplos sistemas previdenciários que buscaram viabilizar formas de proteção aos desempregados e aposentados e a ampliação do acesso à saúde pública.

Por isso, temos hoje como herança uma escola amplamente disseminada pela sociedade, com características novas, pois antes sua função básica, enquanto sistema restrito e elitizado, era apenas preparar os filhos da classe dominante e dos setores médios passíveis de cooptação para a continuidade e bom funcionamento do sistema.

Herdamos também, como decorrência da social-democracia e das lutas operárias e socialistas, a presença e a consciência de direitos sociais de cidadania que extrapolam os clássicos e restritos direitos individuais do liberalismo burguês, processo realizado efetivamente nos países desenvolvidos, mas que não deixou de influenciar países do terceiro mundo como o Brasil .

Os programas sociais do “wellfare State”, implementados na década de 50 nos países de Primeiro Mundo, começaram a estender-se mais recentemente para o resto do planeta. No Brasil e em outros países do Terceiro Mundo, este processo coincidiu com a própria crise ideológica do Estado Provedor, com o acirramento do desenvolvimento tecnológico excludente de mão de obra e com as conseqüências nefastas de desigualdade crescente produzidas pela globalização econômica e cultural. Na verdade, criou-se uma profunda contradição entre as expectativas geradas pelo acesso à escola, à saúde e à difusão dos direitos sociais e a incapacidade do sistema para enfrentar a exclusão e as desigualdades sociais crescentes.



Apesar da ampla vitória do neoliberalismo, seus defensores mal conseguem esconder os seus limites, atestando sua incapacidade para resolver os problemas e deformações gerados e ampliados pelo mercado globalizado.

Perry Andersen e Atílio Borón, (in SADER,1998) concordam em atribuir os baixos índices de crescimento econômico, característicos do período de hegemonia do neoliberalismo, à improdutividade do capital especulativo e à ampliação dos gastos sociais gerados pelo desemprego e exclusão social, manifestações que têm se intensificado no mundo globalizado. Mostram, estatisticamente, que os sistemas previdenciários estão sobrecarregados por problemas de saúde e desemprego, aumentando seus gastos percentuais em relação ao PIB ( Produto Interno Bruto), acrescentando que isto ocorre mesmo levando-se em conta os recuos nas políticas de gastos públicos e sociais propostos pela ideologia neoliberal.

As conquistas populares do período do “wellfare State” não podem ser simplesmente abandonadas, apesar da generalização das políticas neoliberais que propõem seu claro recuo, dado o grau de acirramento social, anomia e violência que isto produziria e pelas necessidades do desenvolvimento tecnológico que afirma a necessidade de uma mão de obra culturalmente flexível e melhor preparada para ações criativas. Essas características seriam exigências de um mercado de trabalho crescentemente competitivo, reforçando as necessidades de amplos investimentos em saúde e educação públicas. Os organismos econômicos internacionais, preocupados com possíveis ameaças à estabilidade do sistema, reafirmam a necessidade crescente destes investimentos e têm até colocado, como critério de alocação de recursos, índices que medem a presença e eficácia destes mesmos investimentos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com isso, visam atenuar o desencanto com a exclusão social decorrente das políticas neoliberais e tentam legitimar o sistema do capital, reafirmando uma pretensa igualdade de oportunidades para todos, em termos de acesso ao mercado de trabalho. Procuram construir uma justificação da desigualdade que, como formulada no velho modelo liberal, seria conseqüência das diferenças e méritos individuais e não de injustiças do sistema político e econômico.

Os Estados nacionais, premidos pelo fluxo especulativo dos capitais internacionais, pelos órgãos internacionais de controle macro-econômico, pelo baixo crescimento econômico e pela diminuição de seu tamanho, como conseqüência das privatizações, perdem, progressivamente, capacidade de intervenção econômica e de implementação de políticas sociais reguladoras contra

a desigualdade em plena ascensão. Como consequência histórica, gera-se um crescente mal estar na sociedade, pois esta constata que o Estado torna-se cada vez mais incapaz de responder aos desafios crescentes produzidos pela exclusão social. Na análise de Borón, este processo vai acirrar-se em países não desenvolvidos, como as nações latino-americanas, trazendo em decorrência, um “déficit de legitimidade” das instituições democráticas,

...levando a uma ingovernabilidade tendencial do regime democrático, sua acelerada deslegitimação e sua provável desestabilização, como riscos nada pequenos de uma inesperada — além de cruenta e indesejada — reinstalação de uma ditadura militar de novo tipo. (BORÓN *in* SADER, 1998: 111)

Os países de terceiro mundo, como o Brasil, terão que competir em uma economia mundial caracterizada por um alto grau de desenvolvimento tecnológico, sendo prejudicados por uma mais baixa capacidade de alocação de recursos públicos para investimentos maciços em formação de pesquisadores e pesquisa. Göran Therborn afirma que economias que contam com um razoável parque industrial, como Brasil e Rússia, por exemplo, dado o grau acirrado de competitividade do mercado para produtos industriais, terão ainda maior dificuldade em integrar-se ao mercado globalizado do que países que têm como atividade econômica quase exclusiva a agricultura ou a exportação de matérias primas.

Temos então uma ampliação da desigualdade entre as nações, que se soma ao aumento das desigualdades internas à sociedade de cada país. Após mais de 20 anos de fortalecimento crescente da política neoliberal, o “insuspeito” Banco Mundial, pelo menos nesse caso, exprime, em documento de outubro de 99, suas preocupações com o aumento da pobreza absoluta e da desigualdade no planeta. O desenvolvimento tecnológico no capitalismo tende, crescentemente, a excluir do mercado de trabalho parte significativa da população mundial que não serve mais nem para ser explorada, pois o sistema é capaz de produzir tudo o que precisa sem contar com ela. Por isso, criam-se “guetos sociais” com seus conseqüentes custos sociais de violência e anomia, gerando ônus de extrema gravidade para os próprios excluídos e para toda a sociedade.

A conclusão que se impõe é que não há possibilidades realistas de se pensar estratégias de diminuição da desigualdade e da exclusão sem mudanças na ordem mundial e nos padrões ideológicos hegemônicos. Os desequilíbrios ecológicos e o rápido consumo de matérias-primas não renováveis, por exemplo, apontam para a necessidade de se mudar as características de desenvolvimento baseados no crescimento contínuo da produção e no consumismo em nível

planetário, o que se expressa hoje pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Mudanças que partem de uma visão nacionalista, procurando realizar estas transformações no recorte isolado de cada Estado nacional, naufragarão, necessariamente, pois a melhoria de vida das maiorias populares em cada país, não poderá se dar sem uma diminuição da desigualdade econômica entre as nações. A falta de perspectivas da África é um atestado dramático desta condenação, caso não haja um reordenamento internacional.

Jürgen Habermas, em análise recente realizada para o “*caderno mais!*”, da Folha de São Paulo (1999), descreve o novo quadro géo-político europeu produzido pela globalização. Expõe com crueza as imensas dificuldades de superação do quadro atual de crescente exclusão social, analisando os limites das diversas propostas e caminhos da União Européia frente à globalização, mostrando a ineficácia de políticas de caráter restritamente nacional para enfrentá-las. Parte da inevitável deterioração da autonomia dos Estados nacionais e discute as possíveis respostas políticas, hoje existentes, no cenário político europeu. Pela sua análise, modificou-se radicalmente a situação tradicional em que economia, sociedade e estado coexistiam dentro das fronteiras nacionais. A globalização, além da economia, atinge a política interna, a vida, a cultura e os valores de cada país, o que se expressa na violência organizada, no tráfico de drogas e armas, nas crescentes correntes migratórias, nas novas mídias e redes de comunicação e em formas híbridas de cultura.

Os Estados nacionais, enredados na interdependência, perdem, necessariamente, autonomia, capacidade de ação e “substância democrática”.

Habermas descreve este processo a partir de três aspectos básicos:

a) *Perda da capacidade de controle estatal*

Expressos, por exemplo, pela incapacidade do Estado em defender os cidadãos de ônus ambientais, crime organizado, riscos de segurança de alta tecnologia, tráfico de armas, epidemias etc. , não tendo como contrapor-se aos efeitos das ações de “atores externos” ao seu recorte nacional.

b) *Crescentes déficits de legitimação no processo decisório*

Círculos que tomam decisões são diferentes dos círculos afetados por estas decisões. O âmbito de decisões, delegadas a instâncias supranacionais, “decisões políticas são subtraídas à formação democrática da opinião e da vontade” que tem caráter nacional, como acontece, por exemplo, com as decisões dos especialistas de Bruxelas.

*c) Progressiva incapacidade de ações de comando e organização*

Desaparece a integridade funcional da economia nacional que, antes, permitia intervenções legitimadoras. As economias nacionais dependem, cada vez mais, do capital especulativo, flutuante e “vagabundo”, que ameaça retirar-se quando os governos passam a realizar gastos sociais para responder às exigências de maior amplitude de demandas de consumo, ou garantias de emprego. Os governos nacionais perdem a capacidade de redefinir o montante e as formas de utilização de seus recursos tributários para estimular o crescimento econômico do mercado interno. As bolsas de valores, economicamente mais fortes que países isolados, reprimem, via mercado especulativo, possíveis manifestações redistributivas e constroem o atendimento de demandas sociais que teriam o poder de legitimar o Estado.

Habermas, após diagnosticar o problema, discute as propostas de soluções, presentes hoje na sociedade europeia, sobre possíveis novas formas de Estado, avaliando suas capacidades de restaurar o poder de execução de políticas mais justas e redistributivas.

Analisa a solução dos neoliberais que apostam na “mão mágica” do mercado como fator principal de integração transnacional e que se constituiria, pela concorrência, em matriz de um futuro melhor. Para Habermas, mesmo admitindo-se o discurso de uma possível positividade do mercado, a possibilidade de se chegar, teoricamente, à uma hipotética igualdade mundial de condições de concorrência, exigiria um imenso custo social, dada a desigualdade atual dos pontos de partida dos diferentes países.

A proposta denominada “terceira via branda”, para ele, não se diferencia muito da anterior, pois assume o “imperativo” do mercado globalizado, mas propõe que os Estados nacionais funcionem como “amortecedores” deste custo social transformando cada homem em um “empreendedor” capacitado para a competição. “À parte esse empréstimo moral, contudo, esfuma-se na percepção pública a diferença entre Margaret Thatcher e Tony Blair, sobretudo porque a novíssima esquerda ajusta-se ao ideário ético do neoliberalismo” (HABERMAS, 1999 : 8). A fraqueza desta hipótese é que fecha os olhos às injunções de um mercado que diminui

progressivamente os postos de trabalho e as condições de acesso à uma renda básica, independentemente da capacitação dos trabalhadores, negando o pretense “ideário ético” que afirma a igualdade de oportunidades para todos.

O nacionalismo conservador e o fechamento de fronteiras, dados os limites crescentes de autonomia dos Estados nacionais, é visto por Habermas como totalmente incapaz de realizar, realisticamente, suas próprias propostas em um mundo irreversivelmente interdependente e globalizado.

Habermas parece conferir maior coerência à proposta que denomina de “variante ofensiva da 3ª via. Esta proposta, segundo ele, aponta para a necessidade de se construir regimes cuja “perspectiva deixa-se guiar pelo primado da política em relação a lógica do mercado” ( *id.*, *ib.* : 8), apoiando-se na possibilidade de que as decisões sejam consequência de “políticas deliberativas”. Apesar da sua consistência em diagnosticar o problema, Habermas vislumbra nessa proposta um forte “cheiro de voluntarismo”, por “constar de um postulado normativo que.....não pode ser solucionado dentro dos moldes nacionais” ( *Id.*, *ib.* :8).

A única saída consequente seria a criação de regimes transnacionais, como a “Federação Européia”. Nesta hipótese, um novo Estado construído por um pacto social mais amplo poderia recuperar as perdas de poder político e administrativo dos Estados nacionais, cujos déficits de autonomia já são visíveis, hoje, nos países da Europa. Mas esta nova entidade, se não quiser tornar-se simplesmente um “global player” mais potente, que parece ser a motivação atual do processo de unificação, terá pela frente um longo e espinhoso caminho.

A política só será capaz de ter precedência sobre os mercados globalizados quando lograr produzir na política interna, a longo prazo, uma sólida infra-estrutura que não seja desvinculada de processos democráticos de legitimação. ( *Id.*, *ib.* : 8 )

As instituições da União Européia, a Corte de Justiça Européia, a Comissão de Bruxelas e o Banco Central Europeu, mesmo com a unificação da moeda, não se constituem em instituições capazes de tomar medidas políticas que se sobreponham ao mercado globalizado, com autonomia e legitimidade para enfrentarem suas deformações. Os Estados nacionais perderam força e autonomia e não amadureceram instituições políticas transnacionais, no nível institucional e da sociedade civil, capazes de realizar novos pactos sociais, condição necessária para a constituição da legitimidade necessária para efetuar correções do mercado e executar políticas redistributivas.

Isso seria tarefa para a “Federação Européia”, o que exigiria não apenas a elaboração de uma constituição unificada, pois esta teria que se enraizar, superando seu artificialismo inicial, exigindo a construção de :

...um sistema partidário europeu...em que os partidos revelarem interesses que ultrapassem suas fronteiras. ...de modo que possa formar-se uma sociedade civil européia com associações de interesse, organizações não estatais, iniciativas civis etc. ....quando os sistemas nacionais de ensino cuidarem de uma língua estrangeira como base comum. ( *Id.* , *ib.* : 12)

Essa proposta, além da sua dificuldade intrínseca, aponta para uma mudança de referencial ideológico que tira do mercado a primazia de determinação sobre os processos decisórios, retomando o discurso social-democrata em um plano mais global.

A conclusão de Habermas é transparente. Não há possibilidade alguma de se resolver as deformações produzidas pelo mercado globalizado no recorte dos atuais Estados nacionais. Isto só seria possível a partir da gestação de fortes instituições políticas transnacionais, sólidas e enraizadas, que superassem os atuais Estados, ocupando o seu espaço, pois só assim teriam a legitimidade necessária para realizar políticas redistributivas, respondendo ao darwinismo social do mercado mundializado. O que está proposto são novos Estados transnacionais e, na mesma seqüência lógica, teríamos que chegar a uma espécie de Estado mundial, conclusão semelhante à que Norberto Bobbio já havia chegado. Solução teórica que, para Habermas, apresenta perigos e dificuldades de realização, dada a imensa diversidade dos pontos de partida. Sua análise restringe-se à Europa. Não seria difícil imaginar a multiplicação das dificuldades para o resto do mundo, onde se verificam heterogeneidades, sem dúvida, muito maiores que na Europa.

Sua preocupação final versa sobre a necessidade de se preservar a diversidade em um processo acirrado de globalização. Propõe a discussão sobre a possível disposição do

....pequeno grupo de atores influentes assumir uma mudança de curso rumo a uma política interna planetária sem governo mundial. Uma tal política teria que ser implementada sob o signo da harmonização e não da homogeneização...superar a cisão e a estratificação sociais da sociedade mundial sem danificar as peculiaridades. ( *Id.* , *ib.* :13 )

Giuseppe Vacca, ao discutir a democracia possível no século XXI parte, como Habermas e Bobbio, da deterioração da autonomia dos Estados nacionais, mas com uma ênfase diversa. Seu eixo desloca-se da discussão sobre a formação de estruturas institucionais transnacionais para a necessidade da construção de um novo paradigma, de baixo para cima, isto é, de um “sistema internacional, baseado na interdependência entre as nações,.....a formação de uma ordem internacional, cujo intérprete principal não seja mais o Estado- potência”.( VACCA, 1996 : 70)

A partir dos conceitos e categorias de Gramsci, Vacca introduz a idéia de que isto só seria possível a partir de novas sociedades civis emergentes, com força política suficiente para **virar as regras do jogo**, ou seja, mudar o atual processo hegemônico construído sob o paradigma do capitalismo. Não há como voltar à fórmulas social-democratas adaptadas para um mundo globalizado sob novas formas transnacionais. Nas novas condições, a harmonização mundial e o enfrentamento da exclusão só poderão se dar a partir de um paradigma socialista para a construção de novos conceitos de Estado e de uma nova ordem mundial.

Esta discussão é fundamental, pois Habermas lembra que o discurso neoliberal refere-se, todo o tempo, à necessidade de uma sociedade civil autônoma, independente do Estado, como substrato de sua política, procurando colocar a responsabilidade da exclusão e dos ônus sociais nos ombros dos indivíduos. Ao Estado caberia, apenas prepará-los, na escola, para disputarem o mercado, tornando-os “empresários do seu próprio capital humano individual”. Portanto, não basta a referência à sociedade civil, se esta não estiver alicerçada, ideologicamente, em um outro paradigma negador do capitalismo, ou seja o socialismo.

Vacca inicia seu percurso pela exposição e análise crítica dos conceitos de Norberto Bobbio, principalmente no que se referem ao individualismo metodológico aplicado à análise do desenvolvimento democrático. Para Vacca, não se pode buscar um outro sujeito *individual*, diferente do burguês, para ser o “sujeito” que sustenta o processo democrático no mundo moderno. A sociedade atual é constituída por sujeitos sociais coletivos como negros, mulheres, trabalhadores, que reivindicam direitos sociais e que constituem uma sociedade civil orgânica que não se deixa apanhar, na sua “complexidade conceitual”, pela visão liberal de direitos individuais.

Na contramão do individualismo e de instituições políticas que se esgotam no liberalismo, Vacca coloca a importância da discussão sobre o Estado moderno “a partir de suas relações

internacionais”. Descreve os conceitos de Bobbio, relativos à permanência da democracia no mundo globalizado, que passariam a depender de duas questões:

Os Estados somente poderão se tornar democráticos em um sistema internacional democratizado. Mas um sistema internacional democratizado pressupõe que todos os Estados que o compõem sejam democráticos (BOBBIO cit. por VACCA, 1996 : 78 )

Bobbio assinala a crise de soberania do Estado-Nação que se acelera após a segunda guerra mundial, marcadas pelo perigo da guerra nuclear e pela bipolarização do mundo e chega a defender, embora cômico do caráter utópico da sua proposta, um “governo mundial”, pois vê uma tendência natural de anarquia nas relações internacionais, isto é, um “Estado de Natureza”, baseado na vontade de potência das nações. Por isso, vê esse governo como única forma de evitar a guerra e a competição desenfreada. Para Vacca esta conclusão é novamente consequência do individualismo metodológico de Bobbio, restrito ao contratualismo liberal, o que não lhe permite “elaborar o conceito de *sistema internacional*”. Assim como na análise da sociedade parte dos indivíduos, desconsiderando os laços e inter-relações orgânicas entre eles, também o seu conceito de relações internacionais carece de uma visão orgânica, pois considera os países como isolados e independentes, sem inter-relações e dependências mútuas o que, para Bobbio, só poderia trazer a ameaça da anarquia internacional e da guerra.

Vacca, para entender a nova situação mundial, assume um novo paradigma proposto por Bonanate, o conceito de *interdependência*, que parte da constatação da deterioração da soberania do Estado-Nação e que não reduz o sistema internacional às propriedades singulares de cada unidade, como faz o individualismo metodológico.<sup>1</sup> A globalização e financeirização do mundo ocorrida de 1970 a 1990

...inauguram a ruptura da ligação entre a produção (e circulação) da riqueza e o território, e portanto a crise da soberania fiscal do Estado”. . . “cria-se uma sociedade

---

<sup>1</sup> “O dado de fato é que, se é verdade que os Estados não reconhecem autoridade a eles superiores, é também verdade que, normalmente, ou seja, em longos períodos históricos, eles vivem e agem como se efetivamente existisse um tecido sociável, como se desprende dos acordos subscritos pelos Estados”. (L. BONANATE, *Ética e Política Internazionale*, Torino, Einaude, 1992, cit. por VACCA, 1996 : 112)



civil supranacional que prescindir dos Estados, a *business community*” e um “direito civil internacional. ( VACCA, 1996 : 74 )

O percurso teórico de Vacca, propõe a necessidade da discussão do conceito de Estado na teoria marxista. Parte da crítica dos limites liberais presentes na visão de Bobbio sobre este tema,

...não existe um modelo alternativo de organização política alternativo ao Estado parlamentar, um modelo que se possa dizer democrático e socialista em contraste com o modelo tradicional democrático e liberal. Esse modelo não existe, ou pelo menos não existe de forma completa, em todas as particularidades com que foi elaborado, através dos séculos, o sistema político da burguesia ( BOBBIO cit. por VACCA, 1996 : 83 )

A questão proposta por Vacca é se na nova democracia de massas a representação parlamentar poderia ser aprofundada por formas de democracia direta. Analisa, inicialmente, o que chama “ democracia de produtores”, ou seja a participação política de conselhos de fábrica e sindicatos que, conforme Bobbio, apresentam o perigo do “economicismo e da regressão corporativa” contra a democracia. Vacca cita a experiência concreta italiana para demonstrar que os conselhos e o movimento sindical, de fato, colocaram problemas de ordem política e democrática, alargando os limites da democracia italiana.

O movimento operário italiano vem ligando os problemas de salário aos problemas de estrutura de trabalho, do sistema de fábrica, das reformas econômicas e políticas, põe no centro de suas lutas toda a esfera da produção e seus vínculos com a distribuição e com os aparatos de reprodução.....eliminando corporativismos de categorias e particularismos de setores” ( VACCA, 1996 : 89)

Aponta, como exemplo de ampliação democrática, a conquista do *referendum* do divórcio. Nas fábricas, unificaram-se operários católicos e laicos contra o desafio clerical. A “democracia do socialismo” exige a penetração do princípio democrático nos processos de produção econômica e nos aparatos de distribuição e reprodução.

As análises que partem do individualismo metodológico, isto é, do conceito isolado de Estado-Nação e do conceito de indivíduos como sujeitos políticos seriam incapazes de dar conta desta nova realidade internacional, pois não têm como subordinar a política potência à política democrática, já que seu paradigma apontaria, necessariamente, para uma tendência anárquica. A questão da democracia, em um sistema internacional globalizado, radicaliza a inviabilidade do individualismo metodológico e dos direitos individuais, como suportes para sustentá-la. Não se pode fundar uma política democrática internacional sobre os direitos do homem e ver esta nova sociedade como uma “soma de indivíduos”. A condição para restaurar o discurso clássico do liberalismo acaba, quase sempre, por desembocar na proposição de um governo mundial, como forma de reproduzir as condições clássicas de realização do contrato social entre indivíduos, única alternativa liberal ao “Hobbesianismo” (estado de natureza selvagemmente competitivo e sem regras) no plano internacional.

Vacca supõe a existência de sujeitos históricos coletivos e o conceito de sistema internacional, dentro de uma visão orgânica de sociedade, como conceitos capazes de compreender as relações horizontais formadas no processo histórico da humanidade, não se deixando aprisionar “na jaula das relações indivíduo-Estado e Estado-Estado”.( *Id.* , *ib.* :84 )

Vacca discute a afirmação de Bobbio sobre a ausência, na teoria marxista, de uma discussão mais aprofundada sobre o papel e a estrutura de um novo Estado socialista, sempre postergado, em razão de uma discussão que se esgota na crítica do sistema representativo e na estratégia de tomada do poder. Para Vacca, Bobbio tem apenas razão parcial sobre esta questão, pois ela já estaria presente em Lênin, na sua reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo e sobre o Estado, como consequência de sua preocupação em elaborar um programa político que fixasse um nexo entre democracia e socialismo. A questão é explicar porque este conceito aparece tão embrionariamente no marxismo teórico e porque só se manifesta de forma mais sistemática nos textos de dirigentes políticos como Lênin, Gramsci e Togliatti que não foram apenas teóricos. Para Vacca, a resposta é que a produção teórica do socialismo, diferentemente do pensamento burguês que produziu seus Locke, Kant e Adam Smith, de forma individualizada, precisa constituir o “intelectual coletivo”, presente no conceito de Partido proposto por Gramsci.

Por isto, é preciso buscar, principalmente em Gramsci e secundariamente em Togliatti, o esboço de proposta de um Estado democrático e socialista baseado nos seus conceitos de partido, hegemonia e sociedade civil. Para Gramsci, o Estado não se esgota nos limites estreitos do

aparato burocrático do governo, mas estende-se a sociedade civil, na qual estão presentes instâncias de decisão e realiza-se o exercício de hegemonia. No limite, a instância propriamente política: o aparato estatal, seria absorvido pela sociedade civil que “reinará soberana acabando com a diferença entre governantes e governados”. (GRAMSCI cit. por VACCA, 1996: 144)

Esta visão não seria apenas um exercício utópico, mas um conceito programático, orientador e regulador da construção de formas mais democráticas e, portanto, menos coercitivas do Estado em todo o processo de transição.

O partido proposto não seria uma corporação com limites definidos, como o Partido Comunista Italiano, por exemplo. Seria um corpo difuso, de contornos tênues, espalhado pela sociedade civil, podendo estar presente, inclusive, em diversos partidos políticos, penetrando a sociedade organizada e a opinião pública de forma ideológica, implementando a luta contra-hegemônica como forma de construir um novo paradigma hegemônico, “..criando uma subjetividade para estabelecer critérios na construção de funções dirigentes especificamente políticas ...”, (*Id., ib.:* 151). Este Partido, assim proposto, manifesta-se como um corpo ideológico, um fermento intelectual, uma construção de novas “subjetividades”, mais do que propriamente um corpo físico.

Vacca expõe, a partir de Gramsci, a relação possível entre os conceitos de hegemonia e democracia. Critica Bobbio e os teóricos que apontam a incompatibilidade do conceito de hegemonia com pluralismo e democracia, ressaltando seu caráter autoritário. Gramsci conceitua Estado como :“sociedade civil + sociedade política, isto é hegemonia revestida de coerção”, (*Id., ib. :* 43) o que sintetiza a subordinação permanente da “Política-Potência” (a doutrina do Estado-Força ) à “Política-Hegemonia”. Para Vacca, o conceito de hegemonia tem que ser entendido como resposta à desintegração do Estado moderno, à crise do princípio de soberania e à superação do Estado-Nação, dentro de um processo da formação de agrupamentos supranacionais interdependentes. A condição para esta passagem gradual é a formação de “uma economia segundo um plano mundial”, por meio de formas intermediárias de Estado que diminuam progressivamente seu caráter coercitivo, não na construção de um novo liberalismo, mas de uma :

...era de liberdade orgânica ... favorecendo a passagem molecular dos grupos dirigidos ao grupo dirigente ... e levando a expansão máxima o consenso ativo dos governados .... O socialismo é o ator mais conseqüente dos processos de democratização, mas ao mesmo tempo é o protagonista da dissolução do Estado. (*Id., ib. :* 129 )

A democracia possível do século XXI, dentro de um processo de crise política e territorial do Estado-Nação, passa pela conceituação da relação entre *hegemonia e interdependência*. Os conceitos de Gramsci sobre este tema teriam a ver com sua reflexão sobre as dificuldades do socialismo russo. Em 1925 concordava com Bukharin sobre a necessidade de um “socialismo em passos de lesma”, devido ao isolamento internacional da URSS. Em 1930 já refletia sobre o fim da NEP e sobre o estalinismo como fenômenos que substituíam a hegemonia pela coerção e levariam a URSS a um beco sem saída. A territorialização do socialismo, uma contradição em termos, só poderia levar a deformação e ao bloqueio de sua evolução. Há um nexo entre socialismo e internacionalismo que impede sua sobrevivência territorial isolada. Esta visão, já presente em Gramsci, retorna na análise de Gorbachev sobre a “Perestroika”, mostrando que o socialismo teria um importante papel no mundo que se globalizava. Em discurso pronunciado na ONU, em 7 de dezembro de 1988, Gorbachev afirmava que “os automatismos de expansão do mercado mundial não poderão fundar um vínculo unitário do gênero humano”.(GORBACHEV cit. por VACCA, 1996 : 174 )

Esta tarefa exige a incorporação do conceito de interdependência, baseado na cooperação e na solidariedade internacionais e da relação intrínseca entre questões nacionais e internacionais. Como queria Gramsci, é preciso “colaborar para reconstruir o mundo, economicamente, de modo unitário”.( GRAMSCI cit. por VACCA, 1996 : 152 )

Vacca propõe uma mudança no agir político:

O discriminante essencial entre os atores políticos não está mais na presumível diferença de valor dos particulares representados ( exploradores e explorados, conservadores e progressistas, etc.), mas, na diversa capacidade de interpretar e representar os interesses gerais do gênero humano ( e também de fazer derivar dessa representação a legitimação dos interesses particulares que se pretendem fazer valer). ( VACCA, 1996 :200)

Atílio Borón, utilizando também conceitos de Gramsci, chega a conclusões semelhantes quanto a impossibilidade de uma estratégia de implantação do socialismo propor o fortalecimento do Estado no mundo de hoje, mas da necessidade de fortalecimento da sociedade civil. Para ele, o capitalismo é incapaz de dar respostas aos desafios de um mundo globalizado. Só o socialismo estaria habilitado para a expansão democrática e o enfrentamento da exclusão, mas não dentro dos conceitos de estatização da Rússia soviética

A Resposta a privatização não é a volta ao estatismo....., mas novas formas de mecanismos cooperativos entre os usuários, em outras novas formas de partilha entre o capital estatal, os trabalhadores e as cooperativas de consumidores.....Implementar mecanismos de regulação localmente descentralizados com participação popular. Devemos reconstruir o espaço público e não o estatismo, pois ele compreende e excede o Estado. Para a burguesia o importante é diminuir os espaços públicos o quanto antes e o mais possível : privatizar escolas, hospitais, centros de recreação, a rua, as praças, a praia, a floresta, as ondas radiais e televisivas, os esportes, os lazeres, em uma palavra, Fazer com que o mercado devore todas as formas de sociabilidade que só podem existir em espaços públicos vigorosos e estruturados. Este espaço deve ser construído com a participação da sociedade e não como exclusividade do Estado. (BORÓN, *in* SADER, 1995 : 192 e 193 )

Estas conclusões apontam para os limites de soluções estatizantes ou nacionalistas e para a incapacidade do sistema capitalista em responder aos desafios do mundo globalizado, o que gerou um retrocesso social em relação ao “wellfare State”, manifestos no acirramento insustentável da desigualdade, na ampliação da exclusão, no agravamento das questões ambientais, na escalada da violência, nas crescentes crises de valores e na generalização dos indícios de anomia social. Constatamos a impossibilidade de superar estes desafios sob a hegemonia dos valores capitalistas de prevalência do mercado, isto é, sem a criação de um novo paradigma no campo econômico, político, cultural e de valores. Qualquer solução para o agravamento contínuo destas crises terá que se dar por respostas políticas, isto é, fora dos marcos do mercado e terá que passar por mudanças mundiais, pois não mais se resolverão nos limites dos Estados nacionais.

As soluções nacionalistas e estatizantes tentam uma volta à social-democracia, com o retorno de políticas redistributivas a partir do Estado, propondo uma espécie de fechamento do país às influências do mercado mundial. Esta proposta tende a visualizar o enfraquecimento dos Estados nacionais, como decorrência de opções políticas dos governos em abrir-se à globalização e não como uma condição estrutural, presente, necessariamente, na vida de cada Estado. Esta tem sido a posição dos Estados fundamentalistas, dos nacionalismos de direita e de saudosistas da esquerda, que vêem suas esperanças serem soterradas, uma a uma, em governos que não conseguem realizar suas intenções e programas nacionalistas ao assumirem o poder.

Há uma profunda contradição entre nacionalismo e socialismo, que têm sua base maior na solidariedade e não na competição, seja entre homens, seja entre nações. A melhoria efetiva dos padrões de vida do terceiro mundo não mais se realizará sem uma mudança na economia e nos padrões de consumo do conjunto do planeta. A União Soviética foi uma das primeiras a sentir isto na pele, pois, sem dúvida, o processo de globalização foi um dos principais responsáveis pela sua destruição.

Uma outra solução, apresentada com restrições por Norberto Bobbio e que se assemelha à proposta discutida por Habermas, vislumbra uma espécie de Estado mundial, ou Estados mundiais, como a Federação Européia, que repetiriam as condições dos antigos Estados-nações fortes, sendo então capazes de ganhar legitimidade para realizar políticas redistributivas que se sobreponham ao mercado global. Na verdade, uma tentativa de recuperar a social-democracia em um plano transnacional.

Vacca critica esta visão, procurando demonstrar seu caráter utópico, preferindo pensar um novo mundo baseado em um sistema internacional, baseado na “interdependência”, formado por nações conscientes de seu baixo grau de autonomia, o que só seria possível dentro de um paradigma de solidariedade e cooperação, ou seja de um socialismo em construção.

**Retomando os conceitos de Gramsci, a condição para esta nova ordem mundial só se daria com uma mudança de hegemonia, o que pressupõe uma sociedade civil que caminhe no sentido de ser, ela própria, o governo, isto é, uma radicalização da democracia.**

Há aqui a necessidade de diferenciar claramente esta proposta de sociedade civil daquela defendida pelos neoliberais. Trata-se de atores coletivos que assumem a cooperação e a solidariedade como negação da competição e da hegemonia do mercado e não, simplesmente, como forma de amenizar a exclusão provocada por ele. Constitui-se de atores ativos, não para se qualificarem melhor no mercado, mas para desenvolverem uma luta contra-hegemônica que estabeleça as bases de uma outra proposta de organização da produção e da sociedade, o que pressupõe uma intensa luta ideológica e uma radicalização da democracia. O pressuposto é que a democratização radical do poder político é absolutamente contraditória com o capitalismo.

...uma das características contraditórias da ordem burguesa: a sua compatibilidade com a socialização da política (*cuja significação política positiva não pode, sob nenhum pretexto ser menosprezada*) é simultaneamente sua incompatibilidade com a socialização do poder político. ( NETTO, 1995 : 45)

Lênin, no seu *Estado e a Revolução*, chegava, muito antes, à conclusões semelhantes :

...o desenvolvimento do capitalismo cria as premissas para que todos possam realmente intervir na direção do Estado, ...se todos intervêm realmente na direção do Estado, o capitalismo já não poderá sustentar-se ( LENIN, in NETTO 1995 : 64)

As novas formas econômicas que deverão ser geradas, em termos de organização da produção e distribuição de serviços e bens de consumo, assim como as novas instâncias institucionais pouco terão a ver com as fórmulas praticadas pelo capitalismo e, muito provavelmente, se distanciarão da experiência soviética. Para Vacca, deverão ser construídas por uma nova sociedade civil emergente, subordinando-se à hegemonia de um novo paradigma de solidariedade, autogestão, internacionalismo, interdependência e justiça social.

A formulação destas políticas não poderá mais realizar-se no recorte isolado de cada nação. Terá que encontrar as formas de cooperação e solidariedade internacionais, capazes de enfrentar a injustiça da divisão internacional de riquezas.

A forma como se darão os choques de interesses entre os blocos de países, que começaram a se configurar mais nitidamente após o fracasso da reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Seattle, dependerão, em muito, da consciência dos atores sociais que formam a sociedade civil de cada país. Seattle foi palco de um embate entre interesses conflitantes. De um lado, uma nova espécie de darwinismo social, protecionista e nacionalista, assumido por atores coletivos do primeiro mundo, manifestando interesses marcadamente corporativos, incluindo grupos heterogêneos como segmentos empresariais, trabalhadores urbanos e agricultores. Do outro lado, ONGs e movimentos diversos manifestando-se por uma pregação difusa de novos padrões de solidariedade contra o mercado, a depredação ecológica e a globalização.

As respectivas presenças desses dois segmentos, em Seattle, refletiram quantitativamente sua presença nas sociedades civis americana e européia. A visível hegemonia dos interesses das corporações do primeiro mundo acabaram por determinar os resultados da conferência, presentes na falta de resultados que reafirmou o já existente, isto é, a evidente contradição entre a intransigente manutenção da posição auto-protecionista dos países desenvolvidos e a manutenção

da exigência de abertura dos mercados dos países do Terceiro Mundo. Esse resultado configurou o fracasso das expectativas de uma conferência que pretendia ampliar a abertura generalizada de mercados, reafirmando o neoliberalismo. A total ausência de resultados e conclusões do evento reafirmou a política discriminatória contra o terceiro mundo e a necessidade da organização política própria desses países, em função dos seus interesses comuns.

Os países não desenvolvidos fizeram-se presentes pelos seus representantes governamentais, caracterizando um profundo silêncio de suas respectivas sociedades civis, não só pela ausência física na conferência, mas pela inexistência observável de correntes de opinião visíveis presentes nesses países. Contrariamente, nos países do primeiro mundo, segmentos corporativos e ONGs expressaram sua presença em termos de organização e manifestação de correntes de opinião, o que resultou em influências determinantes para os resultados da conferência e o próprio impasse a que chegou.

Para o bem ou para o mal, mesmo com nítidas diferenças de intensidade entre os diferentes países, cresce a influência das sociedades civis e das correntes de opinião pública na formulação das políticas mundiais, reforçando a importância crucial da luta ideológica. Certamente não serão os interesses materiais das “grandes maiorias” dos países desenvolvidos que poderão levá-los a uma política de solidariedade mundial, mas a consciência de que poderemos construir um mundo melhor **para todos**, se deixarmos de confundir felicidade com consumismo crescente e ampliação dos diferenciais de exclusão. A possibilidade de romper a hegemonia de valores caracterizados pelo “individualismo possessivo” — expressão bem definida por C. B. Macpherson (1979) para exprimir o sentido real do liberalismo — nas sociedades civis dos países desenvolvidos e no conjunto do planeta determinará o custo social e o desfecho de uma possível nova ordem mundial. Reafirmando Vacca, é preciso construir políticas para toda a sociedade e não apenas para os explorados, embora eles sejam os principais protagonistas do desencadeamento destas mudanças, pois vivem de forma particularmente intensa as deformações e as políticas de exclusão.

Nos países do terceiro mundo a sociedade civil poderá ocupar o espaço aberto pelo enfraquecimento dos Estados nacionais, criando e reforçando políticas internacionais que enfrentem as injustiças da globalização, gerando solidariedades transnacionais que intensifiquem a força do novo paradigma emergente, mas, para isto, precisará elaborar propostas que não se



esgotem apenas na inclusão econômica, mas na transformação do conjunto da vida, criando um mundo melhor para todos os homens.

O novo paradigma, capaz de responder a esses desafios, teria que apontar para a substituição do individualismo competitivo por formas de solidariedade e cooperação que rompam com a exclusão em termos econômicos, culturais e políticos, seja entre homens, seja entre países. Sua possível construção supõe um longo processo de gestação de novos valores em todos os campos, “um novo Renascimento”, como dizia Gramsci, uma luta ideológica que renove profundamente as sociedades locais e mundial no sentido de sua própria autogestão. Este novo paradigma, como negação do individualismo, da competição, do corporativismo e do nacionalismo, aponta para um processo de descentralização e heterogeneidade que deverá estar, cada vez mais, presente nas práticas sociais e políticas realizadas nos mais diferentes momentos e locais. Realizar-se-á na diversidade fragmentada de formulações e produção teórica, mas dentro de uma dinâmica de movimentos contínuos que terá por função tecer uma rede de processos de integração política, social e ideológica, capazes de germinar a solidariedade do socialismo em todos os lugares.

Qualquer tarefa de transformação social exige sujeitos históricos à altura da realização desta tarefa. Cabe, portanto, perguntar sobre os indícios da presença concreta de atores sociais em formação capazes de enfrentar esses desafios, procurando determinar suas características próprias, sua dinâmica social e seus novos palcos de atuação.

## CAPÍTULO II :OS NOVOS ATORES SOCIAIS

*E agora, José ?  
a festa acabou,  
a luz apagou  
o povo sumiu,  
a noite esfriou,  
e agora, José ?  
e agora, você ?  
você que é sem nome,  
que zomba dos outros  
você que faz versos,  
que ama, protesta ?  
e agora, José ?*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

A possibilidade de instauração de uma nova dinâmica social, em que a sociedade civil passe a ocupar um lugar central, avançando para a autogestão, além de considerações estruturais sobre sua possibilidade objetiva, exige a existência de atores sociais com a disposição e a vontade política necessárias para ocupar o cenário social. Portanto, cabe averiguar, em primeiro lugar, quais as condições concretas que viabilizariam a possibilidade de manifestação desta vontade política, criando pontos de partida para a construção de uma crença consistente na sua própria potência transformadora, isto é, demonstrando que a realidade apresenta, objetivamente, condições favoráveis ao exercício desta potência.

Estas condições se realizam e adquirem um profundo significado social transformador, quando é possível demonstrar que o sistema tradicional esgotou suas possibilidades de enfrentar, eficazmente, os grandes desafios do mundo atual gerando, como decorrência, uma profunda crise de valores. E que estes novos atores sociais e só eles teriam o potencial real de enfrentá-los, podendo construir um processo contra-hegemônico de negação do crescimento da exclusão e da desigualdade. Quando existem, de fato, estas condições objetivas, temos a condição necessária para sua transformação em ação concreta. Esta objetividade, no entanto, é condição necessária,

mas não suficiente, para esta ação. A condição suficiente seria o convencimento subjetivo e ideológico dos atores sociais concretos para que realizem as condições objetivas presentes potencialmente na realidade, pois, sem isto, este potencial poderia deixar de realizar-se. Este convencimento subjetivo é a arte da luta política e ideológica.

Realizadas as duas condições — a necessária e a suficiente— cria-se a dinâmica de ação política transformadora, que deverá transcender o processo empírico da ação, sintetizando-se em uma práxis que envolve a criação de uma nova sociedade e, simultaneamente, de um novo paradigma no campo simbólico, ideológico, isto é, na produção coletiva de conhecimento.

Nosso objetivo, neste capítulo, é o de demonstrar que esta condição necessária já mostra indícios de sua presença expressa na forma de ação dos novos atores sociais nas comunidades locais. Eles já manifestam a presença, ainda que tímida, de uma capacidade estrutural única para enfrentar, de forma eficaz, os desafios absolutamente novos do mundo atual, expressos na emergência das complexidades das sociedades de massa e na natureza diversificada das questões que se apresentam, tanto no campo material quanto simbólico, no mundo globalizado. É preciso demonstrar que esses novos atores poderiam, além de ações localizadas, ser capazes de criar uma **nova maneira de ver o mundo**, intervindo contra a ampliação da desigualdade, da exclusão social, da violência social e ambiental, do consumismo e da corrupção e da falta de qualidade dos serviços públicos. A demonstração dessa hipótese viabilizaria a possibilidade concreta de condução destes novos atores a um processo natural de legitimação para constituírem-se em poder, deslocando o sistema constituído que demonstra não ter como enfrentar, competentemente, estes mesmos desafios, apesar de reafirmar sua necessidade. A deslegitimação das formas tradicionais de organização e intervenção do Estado, manifestando seus limites em alcançar os objetivos que diz ter, desvelariam sua desqualificação progressiva para a continuação do exercício do poder, abrindo espaços para a qualificação simétrica das novas dinâmicas e dos novos atores.

Podemos qualificar a crise de eficiência e de valores do sistema tradicional por três características:

*I — Crise das estruturas tradicionais de governo.*

Manifesta-se por dois aspectos principais. Primeiro, pela dificuldade encontrada por estruturas centralizadas e burocratizadas de administração pública em intervir sobre as atuais

sociedades de massa, em função de sua extensão, diversidade e complexidade. Segundo, pelo enfraquecimento da autonomia e poder do Estado em realizar intervenções sociais compensatórias e legitimadoras, o que decorre dos limites estruturais hoje impostos à reprodução ampliada do capital, levando ao desmonte do Estado realizado pelo neoliberalismo e a perda de sua autonomia produzida pela globalização.

*II — Crise de estruturas centralizadoras tradicionais da sociedade civil como partidos e sindicatos e, particularmente, das formas de organização que, historicamente, se colocaram no campo da revolução socialista e da transformação social.*

Estas estruturas têm demonstrado a mesma ineficiência que o Estado para atuar nas complexas e descentralizadas sociedades de massa e enfrentar os novos desafios postos pelo mundo globalizado. Suas formas normais de atuação, no sentido de pressionar o governo para atender reivindicações dos trabalhadores, são enfraquecidas pela perda de capacidade destes governos em responder às demandas sociais, o que esvazia suas arenas tradicionais de luta. Soma-se a isso a ineficiência presente na implementação de decisões geradas em estruturas partidárias centralizadas e autoritárias de comando., demonstrando dificuldades em articular-se com os novos movimentos sociais e entidades populares emergentes. Livrar-se desta tradição autoritária é uma condição necessária para a transformação destas estruturas centralizadas, buscando, articuladamente com os novos atores sociais, uma redefinição do seu próprio papel, da sua relação com a base social e das suas estratégias e bandeiras de luta.

*III—Crise dos sistemas tradicionais de valores.*

Refere-se à incapacidade que os sistemas de valores vigentes referentes a identidade sexual, casamento, religião, família, violência, drogas e outros demonstram em fornecer equilíbrio e estabilidade, gerando sentimentos de solidão e exclusão que se sublimam sob as mais diversas formas como: aumento do consumo de drogas; valorização do consumismo exacerbado; desvalorização da vida; generalização da violência; procura de simulacros pobres de comunidade como seitas religiosas, gangues e torcidas organizadas; frustração e desgaste das emoções projetadas em caricaturas virtuais de vida presentes nas novelas e outros programas televisivos e, também, em uma profunda sensação de impotência e falta de esperança, seja no futuro de cada um, seja no do próprio planeta. A urbanização acelerada, a favelização e multiplicação das sub-

moradias, a ampliação da exclusão, a universalização do acesso a mídia televisiva, a proliferação das drogas e da violência aceleram a deterioração destes valores em um mundo onde a perspectiva de empregos estáveis e ascensão social são, cada vez mais, quimeras distantes.

A partir destes indícios da crise do sistema hegemônico, restaria mostrar porque os novos atores sociais, emergentes das comunidades locais, poderiam qualificar-se para ocupar o vácuo produzido por esta crise de legitimação presente no Estado e na sociedade civil.

A complexidade inerente dos problemas resultantes das sociedades de massa e da globalização resultam na **falta de transparência destes problemas à observadores situados fora de seus multifacetados contextos locais para o seu diagnóstico, além de exigirem intervenções que se caracterizam por um caráter difuso, amplo e fragmentado que só as grandes maiorias da sociedade, em milhares de ações diferenciadas, teriam o poder de exercer de forma efetiva.** Por outro lado, somente essas maiorias teriam o potencial de construir um novo patamar de justiça social, por ocuparem um lugar privilegiado, do ponto de vista ideológico, para observar os mecanismos de injustiça e exclusão social do sistema, desde que retirem as vendas da alienação impostas pela dominação do capital, pois sua visão não está obscurecida por interesses de manutenção do poder, como se dá com os segmentos dominantes da sociedade.

Soma-se à desqualificação do sistema hegemônico para enfrentar os desafios das exigências de uma nova governabilidade, à sua incapacidade em enfrentar as novas formas de exclusão por ele mesmo geradas e suas graves conseqüências sociais. Vera Teles descreve este verdadeiro “apartheid” social que tem crescido em países do terceiro mundo como o Brasil,

A reestruturação industrial, as mudanças no padrão tecnológico e transformações na composição do mercado vêm produzindo um novo tipo de exclusão social, em que a integração precária no mercado se sobrepõem o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência à vida social. È isso o que caracteriza a chamada nova pobreza que escapa as soluções conhecidas e formuladas em termos de políticas distributivas e compensatórias, pois estas tem por suposto exatamente o que parece estar deixando de ser plausível, ou seja, a possibilidade de uma integração constante e regular ao mercado de trabalho. ( TELES *in* DAGNINO, 1994 : 98)

No espaço gerado pela incapacidade do Estado resta à sociedade civil gestar novas políticas, nacionais e transnacionais, capazes de responder a esta exclusão e suas graves conseqüências que tornam-se, cada vez mais, insuportáveis para a **sociedade como um todo**.

No entanto, não custa reafirmar que a existência destas condições objetivas não é garantia suficiente para sua realização, pois isto dependerá do desfecho das lutas políticas e ideológicas que irão se travar no seio da sociedade. O processo de deslegitimação do atual sistema de poder poderá trazer, não a ampliação da justiça e da democracia, mas, como afirma Atílio Borón, “ a sedução do autoritarismo” como forma de enfrentar a anomia e o caos, “...a quanta pobreza e exclusão um regime democrático pode agüentar?” (BORÓN *in* EDER SADER, 2000 : 56), desfecho que depende da capacidade de organização da sociedade civil.

Desde a década de 70, a literatura sociológica começa a destacar a emergência destes “novos atores sociais”, que caracterizam uma espécie de transição entre as velhas e as novas formas de ação e consciência política. No entanto, na década de 90, com a crise dos padrões tradicionais de atuação da esquerda e com a intensificação da globalização e das características das sociedades de massas, temos a emergência de movimentos sociais caracterizados por um nítido padrão de ruptura com as formas tradicionais do agir social e político.

Emergem formas de organização e mobilização, com características locais e comunitárias, que passam a ocupar espaços abertos por um processo de crise de legitimidade dos atores políticos tradicionais. Denominados como movimentos sociais e grupos de auto-ajuda, constituem, ao lado das ONGs, as novas formas de interlocução social junto ao Estado e à própria sociedade. Manifestam-se em questões como saúde, educação, habitação, consumo, acesso à terra, transportes, grupos anti-alcoólicos, proteção à idosos, terceira idade, qualidade ambiental, cooperativas de produção e comercialização, associações de trabalho informal e muitos outros segmentos.

Esses movimentos desenvolvem novas formas de solidariedade, valores e padrões culturais, estabelecem formas de ação cooperativa entre sujeitos com objetivos semelhantes, elaboram novas propostas de funcionamento e organização de serviços públicos e exercem sobre eles atividades fiscalizatórias que as burocracias estatais cumprem mal ou não conseguem cumprir. São marcados por formas fluidas e descontínuas de organização, limites temáticos e expressão geográfica localizada. Caracterizam-se, no entanto, por uma grande capacidade de

mobilização horizontal e penetração em segmentos da base social que, dificilmente, teriam sido atingidos pelas formas tradicionais de arregimentação política.

Em *Para além da esquerda e da direita*, Anthony Giddens (1996) estabelece elementos para caracterizar os novos atores sociais que deverão emergir no mundo do século XXI e que deverão construir relações sociais e formas de governo mais justas do que a atual. O pensador inglês, um dos teóricos mais importante da chamada “terceira via”, não aponta para um processo claro de ruptura com o individualismo e a competição presentes na ideologia de mercado. No entanto, suas análises sobre a construção da democracia possível do século XXI, levantam questões que parecem pertinentes para a caracterização destes novos atores.

Para Giddens, as tendências gerais de homogeneização, presentes no processo de globalização, seriam sempre acompanhadas por um movimento dialético oposto de defesa e conservação da diversidade. Por outro lado, a globalização impede o isolamento cultural e territorial de “fundamentalismos”, como se dava nas sociedades tradicionais, causando choques e disputas antes evitáveis. Essas razões explicariam as eclosões recentes de violência produzidas por guerras étnicas e religiosas.

Na vida interna das comunidades ocorre algo semelhante, expresso pela busca de formas de solidariedade que sejam capazes de resistir à dissolução de valores e à disseminação da pasteurização que procura anular as diversidades culturais e “ethos” sociais longamente construídos, além de expor posturas, comportamentos e valores tradicionais à comparação e à crítica aberta. Como consequência, manifestam-se nestes movimentos componentes de reconstrução de valores que seriam fundamentais para a constituição de um novo “self”, isto é, de um outro espaço subjetivo e cultural, como caldo de cultura adequado para a formação de novas concepções sobre si mesmos, consumo, trabalho, discriminação, relações familiares, violência, saúde, felicidade e solidão. Uma nova subjetividade que se expressaria em ações sociais e políticas transformadoras.

Teríamos, como consequência, uma rede de “pequenos relatos”, na expressão proposta por Lyotard, nascidos destas novas práticas comunitárias, em contraposição aos valores hegemônicos do sistema.

Giddens alerta, entretanto, para o perigo do conservadorismo e dos fundamentalismos geradores de violência e de frustrações, por serem incapazes de responder aos desafios do mundo atual marcado pela necessária convivência com as diferenças. A reação às políticas do sistema de

poder e à administração dos confrontos, naturalmente presentes na diversidade de propostas e opiniões, só poderia se dar a partir de uma “relação dialógica” entre indivíduos “informados e reflexivos”. Essa seria a forma possível de evitar a violência e responder aos desafios da sociedade “pós-tradicional”, marcada pela complexidade e pela “incerteza artificial”, isto é, pela presença de riscos criados pela própria ação humana, pelo desenvolvimento tecnológico e pela presença da globalização na “urdidura do cotidiano”. Esses novos desafios exigem um alto grau de informação e reflexão para as tomadas de decisões em ações cotidianas, exigências que não estavam presentes nas sociedades tradicionais. Para ele, decisões corriqueiras como casamento, separação, educação dos filhos, identidade sexual, orçamento doméstico e outras semelhantes, exigem um grau de reflexão para a tomada de decisões que não era exigido nas sociedades tradicionais. Giddens discorre sobre as exigências dessa “expansão da reflexividade social”, que exige maior autonomia do conjunto dos novos cidadãos.

Em uma sociedade destradicionalizadora, os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informações relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base neste processo de filtragem....Em um mundo pós-tradicional, os indivíduos têm, mais ou menos, que se engajar com o mundo em termos mais amplos se quiserem sobreviver nele. (GIDDENS,1966 : 15)

Seja na vida cotidiana, seja na vida pública e política, ou nas novas exigências “pós-fordistas” do mercado de trabalho, os indivíduos necessitam de um grau de informação muito maior que antes

A informação produzida por especialistas (incluindo o conhecimento científico) não pode mais ser totalmente confinada a grupos específicos, mas passa a ser interpretada rotineiramente e a ser influenciada por indivíduos leigos no decorrer de suas ações cotidianas (*Id., ib.* :15)

A exigência de reflexividade social aponta para a necessária autonomia de ação dos indivíduos, mas o mundo globalizado acentua as relações de interdependência dessas ações, criando uma realidade em que “autonomia não é a mesma coisa que egoísmo”. A tarefa de



“reconstrução das solidariedades sociais danificadas”, só se realizará com a “reconciliação de autonomia e interdependência” (*Id., ib. :21*), apontando para a solidariedade

Segundo Giddens, o mundo pós-tradicional nega a eficiência dos “modelos cibernéticos” e centralizadores de administração pública, assim como questiona a efetividade das estruturas institucionais burocráticas e das formas de organização tradicionais da sociedade civil, que estabelecem uma intermediação distante e centralizadora entre eles e outras instâncias. Os sistemas complexos exigem uma grandes quantidades de informações diversificadas para tomadas de decisão eficientes. “Esses sistemas dependem de uma grande quantidade de entradas de nível baixo (*low-level inputs*) para sua coerência”(*Id., ib.:16*). Giddens conclui sobre a necessidade da construção de um novo sistema social e político capaz de responder a essas novas condições,

... a democracia liberal, baseada em um sistema partidário eleitoral, que opera no nível do Estado-Nação, não está bem equipada para atender as demandas de uma sociedade reflexiva em um mundo globalizador; e a combinação de capitalismo e democracia liberal fornece poucos meios de geração de solidariedade social. (*Id., ib. : 18*)

As ações realizadas pelos novos movimentos sociais, apontam para estas exigências de reflexão e complexidade. Apontam também, como parte desta complexidade, para a necessária articulação de seu “localismo” com exigências sociais de universalização de suas lutas e bandeiras, pois defrontam-se, constantemente, com questões de caráter nacional e transnacional. Uma análise de movimentos de saúde, por exemplo, que poderia ser generalizada para outros segmentos, demonstra a presença destas características. Ao exercerem a fiscalização e apontar exigências para o funcionamento do seu hospital regional e da rede de unidades primárias e preventivas locais, vão acabar por enfrentar questões que:

- a) dependem de uma política nacional de saúde;
- b) defrontam-se com políticas de cartéis internacionais de medicamentos, equipamentos e técnicas médicas;

c) dependem da racionalização das divisões de tarefa entre instâncias municipais, estaduais e nacional;

d) propõem o levantamento e equacionamento de questões ambientais, como saneamento e poluição, além de problemas de subnutrição que interferem com a saúde;

e) impõem a necessidade de racionalizar o atendimento e diminuir as demandas desnecessárias que sobrecarreguem o sistema;

f) mostram a importância da realização de campanhas comunitárias contra drogas, comportamento sexual, alcoolismo, violência doméstica e planejamento familiar;

g) apontam possíveis mudanças de legislação pertinentes,

h) exigem a definição e implementação de comportamentos sociais adequados de moradores, empresários e órgãos públicos, quanto ao tema em pauta.

i) exigem a realização de discussões prático-teóricas entre investimentos prioritários para medicina curativa ou preventiva;

j) apontam para investimentos em pesquisas e produção de remédios que atendam interesses mais amplos

Este conjunto de questões, aponta a necessidade não só de uma complexidade ao nível da quantidade e qualidade das informações exigidas, reafirmando o conceito de “reflexividade” de Giddens, como da exigência da explicitação de novos parâmetros políticos, ideológicos e de mudanças de comportamento e da necessidade de articulações mais amplas para o enfrentamento das questões de maior abrangência. As necessidades objetivas dos segmentos sociais representados por essas entidades entram em contradição com os interesses do capital nacional e internacional, como mostra a questão das patentes de medicamentos. As necessidades de informações e elaboração de propostas emergem das reuniões e discussões próprias destes grupos caracterizados por uma baixa interlocução com partidos políticos ou dirigentes intelectuais, pois esses concentram suas atividades, preferencialmente, na ação parlamentar e institucional. Nas entidades populares persiste uma grande desconfiança de que a adesão aos partidos leve a sua mera instrumentalização eleitoral. Pragmaticamente, costumam envolver-se pontualmente com candidatos nos períodos eleitorais como forma de buscar empregos públicos, conseguir recursos financeiros como estratégia de sobrevivência e facilitar o acesso a projetos de governo que envolvam parcerias com estas entidades.

O novo é que a elaboração de propostas e formas de ação nestas entidades não se dá a partir de orientações gerais programáticas prontas, formuladas por direções partidárias de forma centralizada e endereçadas, autoritariamente, às suas bases. São novas formas de agir e de fazer política, criação de novos padrões de cultura e valores, em função de um novo cotidiano de convivência, sociabilidade e aprendizado, expressas por movimentos que, em geral, colocam a necessidade de preservar sua autonomia em relação aos partidos e ao Estado, além de desenvolverem uma clara resistência a filiar-se em estruturas orgânicas centralizadoras como, por exemplo, federações de entidades. As novas características apontadas por Eder Sader no seu clássico : “Quando novos personagens entram em cena”, descrevendo os movimentos sociais emergentes na década de 70, aparecem aqui plenamente desenvolvidas.

Ao lado das questões específicas, estas práticas estariam gerando embrionariamente novos paradigmas de ação política, de interlocução com o Estado, de comportamento, de valores, de saber, de cultura e de visão de mundo. Inaugura-se um processo de construção coletiva, sem uma teoria anterior estruturante e unificadora, mas que se dispõe a exercer espaços de governabilidade, a partir de um outro paradigma de visão de mundo, ocupando o espaço vazio produzido pela ineficiência do Estado centralizado, opondo princípios ideológicos baseados na solidariedade, contra a competição e o individualismo.

Evelina Dagnino, analisando os movimentos sociais brasileiros de 90 a 95, do ponto de vista do conceito de cidadania, enfatiza a necessidade de construção de uma cultura democrática contra o *autoritarismo social* presente na cultura brasileira e que não esteve ausente na atuação da própria esquerda

Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categoria de pessoas dispostas nos seus respectivos *lugares* na sociedade. ....Nossa referência aqui, portanto, é, mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática. ( DAGNINO, 1994 :104)

Esta mudança estaria inscrita, naturalmente, na ação dos movimentos sociais, na sua forma de agir, nas novas formas de sociabilidade que vão se criando pela construção de uma cidadania diferente dos padrões liberais tradicionais.

Um outro aspecto fundamental, reporta-se ao fato de que a grande maioria das questões cruciais, geradas na nova realidade das sociedades de massa, apresentam características próprias, de tal maneira, que só a *comunidade organizada* teria condições de enfrentá-las de forma eficiente. Questões nas quais a experiência acumulada já demonstrou, claramente, a ineficiência da burocracia estatal, incluindo seu aparato repressivo, em enfrentá-las. Um exemplo disto, entre outros, é a prevenção da marginalidade infantil. Só a comunidade seria capaz de saber e indicar quem são os criminosos e traficantes, bem como quem são as crianças de 9 ou 10 anos que já estão no caminho do crime e da droga e de estabelecer rotas de ação capazes de mudar isto, bem como de enfrentar o tráfico e o crime de uma forma mais ampla. A precariedade física das moradias de favelas, cortiços e invasões não permitem a manutenção da privacidade, assim como, a necessidades de apoio mútuo e solidariedade, como estratégia de sobrevivência, produzem uma transparência e socialização de informações ausente nos prédios de apartamento e condomínios da classe média e alta. Em outras questões como preservação ambiental, violência, fiscalização da qualidade e transparência dos serviços públicos, o mesmo envolvimento consciente e coletivo da população manifesta-se como condição de eficácia.

Um outro exemplo em que a comunidade passa a assumir funções de poder de governabilidade, isto é, assumindo decisões que, tradicionalmente, estavam restritas ao poder estatal aparece na discussão sobre uma nova definição de espaço público, que não se limita apenas ao estatal. Bresser Pereira, no seu trabalho: “Cidadania e *res pública*”(1997), explicita a emergência de um novo tipo de direitos, que denomina como “diretos republicanos”, referindo-se à *res pública* (coisa pública), isto é, os direitos ao patrimônio ambiental, ao patrimônio histórico-cultural e ao patrimônio “econômico público”. Este último refere-se ao patrimônio conjunto de toda a arrecadação tributária do Estado e a *res pública* não estatal, que tem crescido com as privatizações de serviços públicos. O ponto de partida deste novo direito é que a *res pública* é, igualmente, propriedade de todos os cidadãos. Seus defensores não seriam apenas indivíduos ou grupos sociais

Quando nos referimos a direitos republicanos não nos interessam os direitos dos cidadãos contra o Estado— estes são os direitos civis— mas os direitos dos cidadãos reunidos no Estado contra os indivíduos e grupos que querem capturar o patrimônio público ( PEREIRA, 1997 : 18).

Os possíveis inimigos deste direito seriam os indivíduos e, cada vez mais, as corporações compostas por funcionários ou empresários. Do ponto de vista jurídico este novo direito expressa-se nas penalidades contra a corrupção, o nepotismo e a sonegação fiscal. Mas, existe toda uma imensa gama destes direitos que se expressam de forma difusa, sem expressão legal e jurídica para defendê-los. Bresser Pereira situa, nestes casos, as políticas sociais injustas, que atentam contra estes direitos coletivos, como: subsídios aos usineiros; renúncias fiscais sem interesse social; empréstimos subsidiados injustos; as vantagens salariais e previdenciárias indevidas de funcionários de estatais e segmentos do funcionalismo público; o perdão de dívidas contra o erário público não justificáveis. O grande problema seria a definição do que é este interesse público. Neste ponto, Bresser Pereira enfatiza, exageradamente, o papel de técnicos e especialistas, como, por exemplo, os economistas, que cita explicitamente como principais formuladores desse interesse público, minimizando o possível papel da sociedade mais ampla nestas definições.<sup>5</sup> Da mesma forma o regime autoritário brasileiro enfatizava a importância dos técnicos e especialistas, defendendo a eficácia de uma espécie de tecnocracia “neutra” em relação aos interesses políticos.

O conceito de Bresser Pereira pode ser ampliado, em termos da discussão sobre o uso do dinheiro público e a distribuição dos serviços de caráter público, visando a realização de critérios de justiça social. Referimo-nos à questão das prioridades orçamentárias do país, estados e municípios e nas políticas tarifárias de serviços públicos, em grande parte não estatais, como, por exemplo, telefonia e energia. Esta discussão coloca em evidência, de um lado, a necessidade da gestão participativa nas definições orçamentárias, questão que amplia o seu alcance com o inevitável processo de descentralização e municipalização em curso e, de outro, a necessidade da criação de fóruns, conselhos e associações para garantir a participação popular na gestão, qualidade e definição de critérios tarifários dos serviços públicos, sejam eles estatais ou privados. Nestas questões, como a tarifária, por exemplo, recoloca-se o problema de como evitar a formação de instâncias burocráticas e centralizadoras, ou seja, como criar, nestes processos participativos, uma capilarização que contemple uma presença substantiva dos movimentos sociais localizados.

---

<sup>5</sup> Há uma tendência em Bresser Pereira para admitir a existência de uma “*freschwebende Intelligenz*” (*Inteligência sem vínculos*), constituída principalmente por economistas que cumpriram uma função semelhante aos intelectuais em Mannheim.

A participação popular teria que se dar, não apenas nas decisões sobre gastos públicos, mas, também, do lado das políticas de arrecadação do Estado. Sua tarefa seria a redefinição de políticas tributárias, de tal forma, que não permitisse o chamado “veto contributivo das elites”, conceito freqüentemente utilizado por Atílio Borón (1998), que se expressa pela realização de políticas explícitas e por brechas legais para minimizar as contribuições das elites para a receita pública e pela resistência a elaboração de políticas de tributos que implementem a redistribuição da renda privada.

Esta participação da comunidade em funções de decisão e governabilidade torna-se, cada vez mais, uma exigência do mundo atual. As sociedades de massa perderam a transparência presente nas sociedades tradicionais, o que facilitava a elaboração de diagnósticos e propostas externas de soluções para os seus problemas. A velocidade com que se processam mudanças, a complexidade de relações e informações e o aumento explosivo da densidade populacional impõem condições necessárias à concepção de propostas e à própria execução delas, que só estarão disponíveis na própria comunidade sob formas difusas e fragmentadas. Esta qualificação da sociedade civil para assumir tarefas criadas pela ineficiência estrutural do atual Estado, aponta a questão crucial proposta por Gramsci, isto é, a sociedade civil assumindo parcelas de poder do Estado, preparando-se para ser, ela mesma, o Estado. Giddens nega a denominação de sociedade civil, por identificá-la com as formas tradicionais, mediatizadas e centralizadas de representação, ao mesmo tempo que defende uma concepção de transformação social que não aponta para possíveis formas de unificação das lutas localizadas, isto é, não aponta para uma confrontação mais clara com o sistema de poder hegemônico, como faz Gramsci. O nosso desafio é buscar estas formas de unificação e confronto resgatando uma ampla participação popular de baixo para cima. É neste sentido que retomamos o conceito de sociedade civil em Gramsci.

Fortalece-se, conseqüentemente, um quadro em que a tradição tem perdido, progressivamente, a capacidade de gerar propostas e produzir comportamentos estabilizadores do sistema. Simetricamente, o Estado perde, de forma acentuada, legitimidade e eficiência na sua capacidade fiscalizadora, reguladora e repressiva para impor seus princípios, o que já se tornou bastante evidente em questões como o combate ao crime organizado, à violência e à proteção ambiental. Estaria, crescentemente, nas mãos da comunidade, a capacidade potencial de gerar e legitimar propostas, assim como realizar as ações capazes de enfrentar os graves problemas emergentes nas sociedades de massa.

Uma questão a ser enfrentada é entender, em maior profundidade, como se dará o percurso que vai das bandeiras e formas locais de organização até as instâncias nacionais e transnacionais necessárias para as transformações exigidas. Há aqui uma discussão potencialmente proposta sobre a questão das novas formas de organização a serem criadas e de um possível novo papel para as instâncias centralizadoras como os partidos e as centrais sindicais, assim como procurar entender quais seriam as novas formas de relacionamento entre estas instituições transformadas e os novos atores sociais. Do ponto de vista ideológico, esta questão vai implementar a necessidade da geração de uma dialética entre o local e o transnacional e entre os grandes projetos unificadores e as formulações fragmentadas.

Atílio Borón, caracteriza os fundamentos da crise das instâncias centralizadas da sociedade civil .

Partidos e sindicatos percebem como sua eficácia reivindicativa e sua credibilidade social são erodidas pelas tendências irracionais do capitalismo neoliberal , que destrói precisamente as arenas nas quais, tanto uns como outros, desenvolvem suas iniciativas. O esvaziamento da política, crescentemente convertida em assunto “mass mediático” e no qual a televisão substitui a ágora, converte os partidos em simples carimbos privados de qualquer capacidade de convocação e mobilização, e a flexibilização laboral e a progressiva informalização dos mercados de trabalho destrói pela raiz os próprios fundamentos da ação sindical. ( BORÓN *in* SADER, 1998 : 107)

O reconhecimento desta debilidade já se manifesta na diversificação da prática sindical que se expressa pela incorporação de novas frentes de ação, como questões ambientais, moradia ou qualidade de vida, bandeiras que não faziam parte do sindicalismo tradicional e que apontam novos palcos para sua realização. José Paulo Netto, por outras vias, chega a conclusões semelhantes quanto à crise de apelo social dos partidos políticos do campo da esquerda.

... estas duas formas organizativas político-partidárias, a da social-democracia e a comunista, estão se esgotando como viabilizadoras de transformações profundas na ordem burguesa.....a idéia de que os partidos políticos estão superados me parece algo precipitado; instâncias organizadoras da vontade política, capazes de universalizá-las no desdobramento de particularismos e de conduzi-las ao exercício do poder.....Parece-me, no entanto, indiscutível que, no caso dos

partidos comunistas a sua concepção e estrutura tradicionais ( envolvendo não só a sua organização interna e as suas práticas instrumentais, mas ainda, o seu estatuto no conjunto das instituições e agências cívico-políticas) não respondem mais seja aos ideários, seja às demandas da transformação social concretamente postas hoje ( NETTO, 1995 : 51 )

Os partidos da vertente socialista, sejam eles comunistas, anarquistas ou social-democratas e os movimentos sindicais, que exerceram um papel fundamental nas conquistas democráticas, económicas e sociais da humanidade, nos séc. XIX e XX, perdem aceleradamente prestígio e audiência social. Sintoma desta diluição da proposta social-democrata é que : “...as políticas de Mitterrand, González, Papandreou, Hauke e Lange, na década de 80, diferiam pouco das implementadas por Reagan, Thatcher e Kohl ” (CALLÍNICO cit. por NETTO, 1995 : 88).

Seria superficialidade falar em “traição”, pois esta situação traduz o “exaurimento do conjunto de pressupostos do *welfare State*” ( NETTO, 1995 : 82), que se articula com o enfraquecimento do poder de autonomia e decisão dos Estados nacionais, levando a uma evidente fragilização dos partidos do campo da esquerda, tanto na reafirmação de uma política clara de radical transformação social, quanto na sua relação orgânica com a base social dos excluídos. Esta análise pertinente nos países europeus, já começa a mostrar os seus contornos nos países de terceiro mundo, incluindo o Brasil. Portanto, vivemos uma profunda crise de formulações de estratégias no campo da esquerda, seja no plano político, teórico ou orgânico.

Se não queremos abdicar das lutas por transformações sociais, por achar que elas estão definitivamente descartadas, temos que procurar, na própria realidade, os indícios de novos atores sociais e de novos espaços que vão permitir a ação política, dedicando-nos a uma nova formulação de estratégias adequadas a realidade atual. O bloqueio dos canais centralizados mostra, claramente, que a arena se desloca para a base social, para as manifestações do cotidiano, **em que a correlação de forças permite a manifestação de sinais da presença de um paradigma contra-hegemônico, mesmo que fragmentado e localizado, no qual as pessoas sentem, com agudeza, as conseqüências pessoais, culturais, sociais e políticas do padrão de exclusão intrínseco ao sistema regido pelo capital.** Vários autores, como Borón, assinalam o outro lado da questão, isto é, a profunda dificuldade que esta fragmentação poderia trazer para



uma ação política transformadora : “o poderio dos monopólios é incomensuravelmente maior do que a miríade de débeis atores” (BORÓN *in* SADER, 1998 :107)

No entanto, esta fragmentação que é vista, freqüentemente, apenas como mais uma das reproduções de características do próprio mercado, constitui-se, para o sistema, em uma faca de dois gumes. No avesso de sua debilidade produz “miríades” de espaços onde a o sistema hegemônico é frágil e incapaz de impor com eficácia os seus valores. Esta fragmentação, enquanto expressão de lutas políticas, poderá criar uma sólida rede de resistências absolutamente inquebrantável, dadas suas imensas possibilidades de ramificação e a solidez de sua construção, o que se constituiria a partir da criação de novas subjetividades solidamente construídas em uma multifacetada luta ideológica e não no simplismo natural de bandeiras unificadoras ou meramente econômicas. Resta, no entanto, entender como enfrentar os momentos sociais e políticos que vão exigir a superação da fragmentação e do localismo, exigindo respostas mais abrangentes, sociais e orgânicas, para a construção de uma nova sociedade.

A simples exigência de autonomia dos movimentos frente ao Estado e aos partidos, somados à afirmação da importância da comunidade e da diversidade, não esgota a discussão sobre o tema das formas de organização. Questões de caráter nacional e internacional vão colocar a necessidade, já apontada, de gerar formas unificadas de lutas e bandeiras e de construir articulações com as diversas instâncias de uma sociedade civil nacional e transnacional, mas sem o caráter centralizador e burocrático das estruturas atuais.

Há um lugar fundamental a ser ocupado por instâncias de caráter geral, como partidos e centrais sindicais que tenham vocação crítica e popular, na unificação das lutas e bandeiras emergentes da prática dos movimentos sociais, seja nas grandes questões institucionais, seja nas necessidades de alteração da ordem mundial que certamente serão colocadas no cenário. Mas, a nova realidade vai exigir uma radical redefinição de suas concepções, do seu agir político e das suas formas de organização, avançando no sentido de romper com seus burocratismos e dogmatismos, rigidez teórica e orgânica, elitismo e autoritarismo. Impõe-se a criação de formas orgânicas, funções de direção política e produção teórica radicalmente novas.

A constituição de novos sujeitos sociais criativos e reflexivos, que começam a querer deixar de ser “peões passivos” de organizações políticas, manifestam-se nas palavras de Marilena Chauí, ao analisar os movimentos sociais emergentes na década de 70 :

...não se apresentam como portadores da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas para o qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizada. ( CHAÚÍ *in* SADER, 1988 : 10)

O desafio está na constituição de indivíduos capazes de realizar uma dialética permanente entre o individual e o coletivo, entre o local e o transnacional, com a responsabilidade de criar formas de luta, de organização e de dinâmicas sociais que respondam à grandeza e à gravidade dos problemas sociais emergentes.

Giddens propõe um equilíbrio entre “autonomia e interdependência”, ou ainda, “autonomia e solidariedade”, somados à necessidade de “ampliação da reflexividade social”. O desafio maior estará posto na capacidade de se criar processos de síntese e unificação que não tenham o poder de estratificar-se em formas rígidas e burocráticas, estruturadas para estancar a criatividade, a diversidade e a heterogeneidade dos movimentos sociais em ebulição. Processos que não limitem a formação de um novo cidadão, capaz de reconhecer-se, simultaneamente, como indivíduo e como sujeito coletivo.

A discussão sobre a emergência de novos atores sociais com suas características próprias e com tal responsabilidade histórica poderia ser enriquecida pela análise dos movimentos sociais que manifestaram uma intensa presença, no Brasil da década de 70 e 80, entrando em refluxo no início da década seguinte. Chauí, após descrever a crise simultânea das esquerdas, da igreja e do sindicalismo, afirma :

sujeito novo ainda noutro sentido, pois os traços anteriores revelam ser uma determinação decisiva desse sujeito histórico a defesa da autonomia dos movimentos, tendendo a romper com a tradição sócio-política da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se. Lugares onde a política institucional ainda não lançou tentáculos ... aqueles onde se efetua a experiência do cotidiano popular. ( *Id., ib.* :11)

Chauí assinala bem que havia apenas uma tendência ao rompimento com a tutela e não o efetivo rompimento, pois estes movimentos tinham muito a ver com a igreja e com as assessorias políticas externas à ele, na sua maioria ligadas aos partidos, à igreja católica e às centrais

sindicais. Como assinala Eder Sader, temos novos atores: os movimentos sociais, um novo palco: os locais de moradia e uma nova bandeira: as reivindicações ligadas ao cotidiano.

Colocam a reivindicação da democracia referidas às esferas da vida social em que a população está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. (Sader , 1988 :313).

No entanto, os movimentos da década de 70 traziam ainda referências das políticas tradicionais da igreja e da esquerda, como assinala Maria da Glória Gohn :

Enquanto o setor popular, propriamente dito, dos movimentos esboçou em alguns casos e momentos, uma política dos movimentos sociais, enquanto um programa de ação, as assessorias e algumas lideranças gestaram políticas para os movimentos sociais. A primeira do movimento-base, funda-se em princípio do liberalismo e do socialismo libertário. A segunda, das assessorias-lideranças, funda-se no socialismo ortodoxo (em versões mais ou menos autoritárias) e no humanismo cristão.( GHON, 1994 :106)

Gohn aponta as incompatibilidades entre as orientações presentes nos movimentos e as condições necessárias para o seu “desabrochar”, assinalando as contradições entre a necessidade da construção de linhas e diretrizes internas ao movimento, bem como da necessidade de conservação de seu pluralismo e heterogeneidade, o que se chocava com as concepções das assessorias.

Queremos acrescentar que o perfil de ação política dos movimentos sociais, das décadas de 70 e 80, indica que não conseguiram sair do campo tradicional que pareciam pretender negar. O economicismo e o autoritarismo, absorvidos na inter-relação destes movimentos com igreja, assessorias e partidos, não permitiu o florescimento das sementes de reconhecimento da potência própria da comunidade. Não trazia elementos que pudessem levar a construção de um novo paradigma ideológico que, conforme Gramsci, fizesse a sociedade civil caminhar para ser ela própria o Estado, isto é: ocupar espaços de decisão e poder, propondo alternativas de gestão pública. As orientações tradicionais esgotavam-se apenas na exigência externa de atendimento à reivindicações materiais, na contestação negadora do Estado e na esperança de uma futura tomada do poder. A potencialidade destes movimentos sociais manifestou-se pela criação de novos atores e de um novo palco para a ação política, obrigando a esquerda à deslocar-se até eles,

mas esta não conseguiu desvencilhar-se de seus inadequados discursos e adaptar-se as novas exigências.

Na concepção que procuramos defender, a questão não é mais colocar-se contra o Estado de forma exterior, através da exigência externa do atendimento das reivindicações materiais, como faziam as antigas sociedades amigos de bairro, ou de negar a possibilidade de conquistas de justiça social fora de uma conquista revolucionária do Estado, como pregavam os grupos de esquerda. Cabe procurar soluções concretas para os problemas, utilizando o próprio Estado, se for o caso, contudo sempre superando-o, mostrando os seus limites e contradições, expressos pela demonstração da eficiência superior da gestão solidária e comunitária. Esta seria uma nova característica emergente nos novos movimentos sociais da década de 90 e que daria a eles as condições de crescimento e permanência que não estiveram presentes nos movimentos anteriores. Mas, o avanço concreto para uma nova sociedade não pode prescindir de uma permanente luta ideológica que aponte para a negação dos valores de mercado e para a falência do individualismo, demonstrando a conseqüente superioridade de um governo auto-gestionário baseado na solidariedade

Constatamos a tendência crescente de que representantes eleitos da sociedade civil assumam funções de governabilidade. Estas ações são crescentemente institucionalizadas e remuneradas pelo Estado. Paralelamente, o desemprego, estruturalmente crescente na ordem do capital, coloca a necessidade da criação de postos de trabalhos e serviços dentro da comunidade ligadas ao exercício da governabilidade. Sinais desta nova ordem já são visíveis na existência, por exemplo, de agentes comunitários de saúde, de conselhos tutelares de menores, ou em ONGs que financiam a ação de seus agentes na comunidade com recursos estatais ou privados.

A produção de bens materiais para toda a humanidade será realizada, cada vez mais, por menos trabalhadores, o que se intensificará ao levarmos em conta o conceito de desenvolvimento sustentável e a conseqüente negação da cultura do consumismo que, hoje, se confunde com auto-realização, status e fórmula de encontrar a felicidade. Essa ação comunitária deverá tornar-se uma das grandes fontes de ampliação da oferta de trabalho. Fora do âmbito estrito das atribuições do Estado, as ofertas de postos de trabalho exercidos diretamente pela comunidade tenderão a se ampliar. Um exemplo dessa nova tendência é o conceito de turismo sustentável que propõe um papel ativo da comunidade para sua realização e já aponta uma outra forma, mais descentralizada e auto-gestionária, de organização da prestação de serviços.

Se, como procuramos demonstrar, existem hoje condições objetivas e concretas para a emergência de movimentos sociais com os objetivos descritos, a questão seguinte é entender melhor como vai se dar este processo, suas formas de organização, sua dinâmica social e seu processo de luta ideológica. Não basta constatar a existência da condição necessária, objetiva, para a sua emergência. É preciso analisar as questões de caráter não estrutural como organização, orientações estratégicas, táticas justas, clareza de objetivos, capacidade de convencimento e vontade política, como condição suficiente.

Gramsci formula os conceitos e elementos teóricos que constituem os pontos de partida para o enfrentamento desta questão. Para ele, o Partido, “o moderno Príncipe”, seria a grande matriz de formação ideológica, germinando os intelectuais orgânicos a quem caberia o papel de florescer a cultura socialista na sociedade. Gramsci aponta para uma concepção de Partido diferente da visão leninista expressa em “*Que Fazer?*”(1995), ou seja, nega os partidos de quadros, autoritários, disciplinados, com contornos bem definidos e auto-suficientes para definir diretrizes para as massas. Ao contrário, Gramsci propõe um Partido suficientemente amplo e difuso para poder captar as diversidades e fragmentações da sociedade civil, mais um fermento ideológico do que uma estrutura orgânica com contornos bem definido. O Partido seria o intelectual coletivo de uma sociedade civil que ocuparia, progressivamente, as funções do Estado e que construiria toda uma nova maneira de olhar a si mesmos, a vida, o mundo, os valores e a cultura.

Determinar as características desta luta ideológica e das correspondentes estratégias de transformação social, nos novos cenários descritos e nas dinâmicas sociais emergentes, dentro de um paradigma contra-hegemônico, constitui-se em passo imprescindível para cumprir a trajetória deste trabalho. A explicitação dos parâmetros ideológicos imbricados nessas concepções constitui-se em condição absolutamente necessária para qualificar a praxis proposta e sua possível relação com uma nova forma de ser da escola.

### CAPÍTULO III: A QUESTÃO IDEOLÓGICA

*Está sem mulher,  
 está sem discurso,  
 está sem carinho,  
 já não pode beber,  
 já não pode fumar,  
 cuspir já não pode,  
 a noite esfriou,  
 o dia não veio,  
 o bonde não veio,  
 o riso não veio,  
 não veio a utopia  
 e tudo acabou  
 e tudo fugiu  
 e tudo mofou,  
 e agora, José ?*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

Como este trabalho discute transformação social, a questão ideológica deveria ser tratada no primeiro capítulo, pois dela deveriam derivar os conceitos básicos para o enfrentamento teórico das demais questões. No entanto, do ponto de vista da ordem real de desenvolvimento das minhas idéias, as reflexões sobre o cenário e os novos atores sociais precederam uma preocupação mais sistemática com a questão ideológica. Portanto, atropelando a ordem lógica, acabei concluindo que a exposição seria mais clara se eu mantivesse a seqüência histórica das minhas reflexões.

A questão da ideologia será tratada sob dois aspectos formalmente distintos. O primeiro tratará da definição do campo ideológico e conceitual em que serão feitas as análises presentes neste trabalho. O segundo se referirá a importância que a luta propriamente ideológica tenderá a assumir nos embates e estratégias de transformação social, em um processo de luta contra-hegemônica no mundo moderno.

Para caracterizar o conceito de ideologia me apoio, no campo marxista, nas reflexões de Michael Löwy :

Ela (a ideologia) circunscreve um conjunto articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente unificadas, por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista socialmente condicionado.....um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza,.....está ligada aos interesses e situações de certos grupos e classes sociais ( LÖWY, 1998 : 13)

Löwy descreve as vantagens deste conceito: “o que ele designa não é, por si só, nem verdadeiro e nem falso, nem idealista e nem materialista, nem conservador nem revolucionário” As ideologias são “visões de mundo” combinando “elementos ideológicos e utópicos”.(Id., *ib.* :12) Em seguida, Löwy procura demonstrar a

...superioridade da perspectiva proletária....enquanto última classe revolucionária e enquanto classe cuja revolução inaugura o reino da liberdade, isto é, a dominação clara e consciente dos homens sobre sua vida social....o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico( para as ciências sociais) da nossa época”(Id., *ib.* 209)

A perspectiva proletária, conforme desenvolvida por Marx, apresenta o máximo potencial possível de desvelamento das relações sociais, pois a visão de mundo da burguesia é “miopizada” pela sua necessidade de defender seus próprios interesses de exploração e dominação. Por isso, nos seus limites de “consciência possível”, **enxerga** a confluência entre patrão e trabalhador no mercado, como o encontro de dois homens livres e iguais para efetuar uma troca justa de suas respectivas mercadorias. Marx mostra que esta “justiça” é uma ilusão, ao remeter-se a natureza concreta e específica das mercadorias trocadas, isto é, salário e força de trabalho. Da peculiaridade da mercadoria força de trabalho, expressa na sua capacidade de produzir mais valor do que o necessário para sua manutenção e reprodução, nasce o conceito de “mais valia”, isto é,

da possibilidade do lucro e da exploração. A visão formal da ideologia burguesa não é uma mistificação consciente. Dados seus próprios interesses, ela descreve o que vê, o que consegue ver, ou seja, a “face abstrata destas mercadorias”.

Esta pretensa igualdade no mercado vai forjar o substrato ético necessário ao capitalismo, pois lhe permite explicar a desigualdade como consequência de diferenças individuais e não como derivações necessárias do sistema do capital. Marx demonstra que as peculiaridades destas duas mercadorias levam, independentemente das diferenças individuais, à constituição de imensas maiorias que estão, necessariamente, impossibilitadas de ter acesso à uma vida digna. Mas, há um princípio ético imanente ao seu discurso que não se reduz ao conceito de análise econômica ou científica: **o acesso à igualdade, na distribuição dos bens econômicos e sociais, não deve depender de méritos individuais** (Na formulação clássica teríamos: “a cada um segundo sua necessidade e de cada um conforme sua capacidade”). Não basta, portanto, estabelecer pontos de partidas iguais, no mercado ou fora dele, como justificação da posterior desigualdade. Este princípio é uma escolha eminentemente ética, uma opção pessoal por uma sociedade de total inclusão.

Neste sentido o ponto de vista do proletariado não é o monopólio de um único grupo ou corrente, mas representa, em cada momento histórico, o horizonte comum a um conjunto de forças políticas e intelectuais, sociais e culturais que reivindicam a visão proletária( *Id., ib.* : 211)

O liberalismo afirma o contrário: esta igualdade seria o fim de toda a motivação para o desenvolvimento e para o progresso. Teríamos homens “sem alma”, sem desafios e a consequência seria a estagnação social. Este debate, enquanto luta ideológica entre princípios éticos, terá que ser travado, não apenas na teoria, mas no dia a dia das lutas e ações sociais, na análise dos resultados concretos das lutas por igualdade e inclusão no interior da sociedade, não podendo ser apresentado, na sua condição de opção ética, como necessidade histórica ou verdade científica.

Os explorados e excluídos, por sua vez, têm condições de construir uma visão de mundo mais transparente, justa e verdadeira, elevando o patamar civilizatório da humanidade, **porque** não tem sua visão obstruída pela necessidade de defender interesses de exploração e dominação.



Sua visão estaria **potencialmente** limpa e acurada para localizar as ilusões, os silêncios, os mecanismos de injustiça e os falsos valores que são justificados, aparentemente, pelo discurso da ideologia de dominação. Sua tarefa histórica, se forem capazes de transformarem-se em um ator social significativo, só poderia ser a ampliação da justiça e da liberdade. Mas, para isso, precisariam olhar a realidade com o seu próprio olhar, libertando-se da mistificação do discurso do sistema no poder, ou seja construindo o seu próprio discurso. Ninguém melhor que estes explorados para sentirem na sua vida a verdade dos conceitos de Marx, apossando-se deles de forma criativa e reflexiva. A questão não está em negar a teoria, mas em estabelecer uma dialética entre ela e a prática dos atores sociais concretos, uma prática reflexiva que repercute e modifique a própria teoria que, na visão dialética, não pode e não deve ser sacralizada. Esta práxis social transformadora constitui-se em base fundamental do que se denomina “corrente historicista” do marxismo, que será discutida em seguida.

Em relação ao conceito de ideologia, tivemos decorrências históricas importantes da diferenciação, extensamente presente nos teóricos marxistas, entre as categorias de “consciência de si” e “consciência para si”, ou ainda “consciência real” e “consciência possível”. Apesar da verdade histórica expressa nessas diferenciações que caracterizam a capacidade do sistema em cooptar os explorados através da sua “alienação”, o conceito de “consciência para si” ou “consciência possível”, assumidos como absolutamente necessários para a transformação revolucionária, passou a ser visto como algo absolutamente exterior à própria classe transformadora. Erigiu-se em produto elaborado por uma elite intelectual, cuja legitimidade se expressava pela recorrência aos textos de Marx e como oposição à intersubjetividade dos componentes reais do proletariado que, na sua maioria e quase sempre, não portavam a teoria revolucionária. Mészáros descreve e critica esta visão presente em Lukács, mesmo sendo este um dos grandes expoentes de uma visão crítica e libertária do marxismo :

Em vista do caráter de reificação que em tudo penetra – dominando a consciência de cada trabalhador individual – apenas o sujeito coletivo plenamente consciente (o partido)...que escapa destas determinações, pode oferecer um vislumbre de esperança.... A exigência vital da transição...entre a situação atual e a futura sociedade socialista deve ser hipostasiada e localizada no partido, que desta forma se torna a mediação concreta entre o homem e a história. A mediação concebida deste modo, ou seja, como um órgão em separado, em contraste com a

massa dos trabalhadores que são todos e cada um amaldiçoados por uma consciência reificada, só pode ser um postulado abstrato ( MÉSZÁROS, 2002 :401)

Para Althusser, a elaboração de uma teoria revolucionária seria consequência da capacidade teórica de “desvelar” o materialismo dialético, a ciência marxista, presente em “estado prático”, na produção teórica do Marx . Versão que acabava por desautorizar aportes que procurassem construir uma relação dialética entre a teoria e a vida, a prática e a reflexão dos explorados, fortalecendo ainda mais o autoritarismo teórico excludente. Nesta concepção a ideologia aparece como o oposto da ciência, minimizando as possíveis contribuições de quem vive e faz a história.

As concepções presentes na “corrente historicista” do marxismo, desenvolvidas por pensadores como Lukács, Gramsci e Goldman, dada a importância que conferem ao momento histórico e suas dinâmicas próprias, relativizando o papel de uma ciência a-histórica e revitalizando o papel da ideologia, têm a potencialidade de abrir espaços reais para uma presença formuladora e criativa dos atores sociais concretos, identificando-se com os objetivos deste trabalho.

Mas, independentemente da disputa entre historicistas e estruturalistas, o dogmatismo teórico predominante nos partidos de esquerda manifestou-se pela dificuldade na assimilação de contribuições originadas na base social.

Ficou esquecida uma decorrência necessária do conceito de ideologia de Marx, isto é, que os explorados, no seu dia a dia, vivem uma situação privilegiada para desvendar a injustiça e a ilusão presentes na imensa multiplicidade de aspectos da vida do capitalismo, inclusive nos seus mecanismos de produção. Aspectos que se apresentavam de forma opaca, ou até invisível, aos teóricos distantes deste cotidiano, por mais preparados intelectualmente que sejam. É preciso ter claro que grande parte deste desvendamento não é espontâneo ou natural, passível de ser efetuado por uma abordagem teórica antecipada, mas decorre da realização de ações políticas concretas incidentes sobre os diversos aspectos da vida social. Essas ações desvendam manifestações de injustiça do capitalismo que, só perdem sua opacidade e mostram suas contradições, quando entram em crise e são questionados por atores políticos concretos, expressando a exigência de uma dialética permanente entre prática e teoria, isto é, a realização de uma práxis.

Houve um enlace profundo entre o elitismo e o economicismo presentes na prática tradicional dos partidos de esquerda, pois a teoria parecia prestar-se melhor à discussão das

questões econômicas do que sobre a miríade de questões da vida e do cotidiano dos explorados, levando a uma prática hegemônica de desqualificação da importância política de lutas que não fossem diretamente econômicas. A luta sindical foi extremamente valorizada, desprezando-se movimentos comunitários e sociais, minimizando-se, por muito tempo, questões como a luta das mulheres, das minorias e das reivindicações vicinais, que eram vistas como destituídas de um efetivo “caráter de classe”, caracterizando a falta de importância dada às questões que vinham das bases populares.

O que decide o destino das várias forças socialistas na sua confrontação com o capital é o grau de sua capacidade de fazer mudanças tangíveis na vida cotidiana hoje dominadas por manifestações ubíquas das contradições subjacentes. (MÉSZÁROS, 2002 : 817)

Esta é uma das razões pela qual grande parte dos novos movimentos sociais e entidades populares nascem e vivem à margem dos partidos de esquerda. Desprezou-se a rica prática do dia a dia que enfrenta e desvenda milhares de aspectos cotidianos de discriminação, desigualdade e exclusão, questões essenciais para a luta ideológica de construção do paradigma socialista em termos de valores, cultura, conhecimento e visão de mundo.

Hoje, podemos ver mais claramente, na prática do “socialismo real”, que burocracias detentoras do poder, como na União Soviética, tinham interesses em defender privilégios próprios contra a maioria da população, o que só poderia “miopizar” sua visão sobre a realidade, independentemente de auto declarações sobre sua própria competência teórica e boas intenções em termos de socialismo e teoria marxista. Na verdade, a “consciência possível” dessas elites, decorre de sua posição social de dominação, demonstrando que esta “consciência possível” não é mera decorrência de conhecimento teórico, mas também da forma de sua inserção social. Elites intelectuais ou burocracias, independentemente de sua opção ideológica, acabam por ter interesses próprios que limitam sua capacidade de “enxergar” aspectos de dominação presentes no cotidiano dos explorados e na sua própria prática, por maior que seja sua consciência teórica e disposição subjetiva inicial de lutar por justiça e igualdade. Se a teoria marxista levanta questões absolutamente necessárias para a criação de uma “consciência para si” dos explorados, ela é absolutamente incapaz, no seu isolamento teórico, de desvendar aspectos essenciais da luta e da

estratégia de transformação social e da própria evolução teórica. Trata-se da construção de um permanente refazer prático e teórico que seleciona e incorpora partes da teoria original em processos de síntese com a praxis coletiva.

A derrocada da União Soviética demonstrou que não se constrói um país socialista sem homens socialistas, sem a modificação das relações do cotidiano, o que significaria construir uma outra maneira de viver e pensar e não apenas, modificar as formas de propriedade e as políticas distributivas. “Como a divisão da sociedade em força de trabalho e executivos socialistas poderia se reconciliar com a idéia de uma sociedade sem classes” (MÉSZÁROS, 2002 :753)

A própria organização da economia na URSS e do seu sistema político, elaborados e dirigidos por uma elite burocrática que se propunha como modelo exclusivo do que seriam as instituições econômicas e políticas de um modo de produção socialista, mostrou-se uma falácia. Nada indica que um novo modo de produção, a ser construído de baixo para cima, à partir de valores de um paradigma socialista, seja igual ao modelo soviético. A implicação teórica da visão de ideologia que decorre da abordagem de Marx, conforme assumida no início deste capítulo, é que não há possibilidade alguma de que elites autoritárias possam construir, nem mesmo teoricamente, a arquitetura de um novo mundo socialista. Ele só poderá ser construída na praxis de uma luta “contra-hegemônica” da sociedade civil em movimento, a partir de quem não tenha privilégios a assegurar. Este é o sentido maior da visão de Gramsci, decorrente de sua consistente leitura do conceito de ideologia em Marx, expressa na sua afirmação sobre a impossibilidade de que a revolução socialista seja uma “tomada do palácio de inverno”, mas, ao contrário, que só poderá se dar como decorrência de uma longa “guerra de posições”, a ser travada no interior do capitalismo e dentro do seu próprio Estado burguês.

A análise de Gramsci aponta para a importância que a luta ideológica deverá assumir na ação política transformadora, condição que se intensifica no mundo que emerge do século XXI. Para não criar ambigüidades, ressaltamos que esta ênfase no ideológico não desloca o papel central e crucial das lutas materiais dos explorados contra a desigualdade econômica. Reafirmamos, portanto, a atualidade da afirmação do materialismo dialético que estabelece como condição para a construção de uma sociedade igualitária a exigência da socialização dos meios de produção. O que não podemos aceitar é que a luta ideológica e as formulações teóricas sejam “áreas de reserva” das elites pensantes, os “quadros” do partido, “delegando” às massas o embate material e a aceitação mítica da revolução expressa pelo “messianismo” de lideranças

carismáticas. O socialismo será uma construção prático-teórica coletiva, forjada no crescimento da reflexividade e no exercício da autogestão das grandes maiorias, colocando no campo dos inimigos dos explorados quaisquer burocracias que se oponham ou queiram adiar esse projeto. Uma ação da comunidade organizada que enfrente, com resultados concretos e superioridade humana, a questão da criminalidade, por exemplo, dentro da sua localidade, poderia legitimar um paradigma burguês “comunitarista”, ou uma proposta de socialismo como forma superior de organização social. O embate ideológico será preponderante na definição de questões como essa, devendo permear cada momento da multifacetada luta política, construindo homens socialistas pela sua ação e pela sua reflexão, articulando as questões de momento e o projeto de uma nova sociedade.

Os atores coletivos deverão constituir sua identidade não só pela negação das condições materiais de exclusão, mas pela afirmação de valores socialistas em ações alternativas de governabilidade, superando uma defesa abstrata e propagandista da nova ordem social. Esta mesma percepção nega a forma mecânica com que, muitas vezes, se estabelece a relação entre reforma e revolução. As transformações paulatinas e os momentos de rupturas estarão presentes no cenário das lutas políticas, conforme contextos específicos, mas a constituição do socialismo dar-se-á em um processo progressivo de ampliação da autogestão social, isto é, derivará de uma crescente radicalização democrática do poder político que só poderá conviver com uma simultânea negação progressiva da desigualdade econômica. Reafirmamos que os momentos de ruptura e as grandes mobilizações, se não forem precedidos de longos processos de ampliação da reflexividade e de exercícios auto-gestionários de governabilidade, tenderão a favorecer as manipulações autoritárias que negam a essência do socialismo. Uma efetiva luta contra-hegemônica terá o seu centro nas lutas materiais, mas não poderá prescindir da presença permanente do embate ideológico.

A construção do socialismo não se esgota apenas em mudanças econômicas, mas, reafirmamos, exige a emergência de “um novo Renascimento”, como afirma Gramsci.

...A afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é de um novo senso comum, e portanto de uma nova cultura e uma nova filosofia que se radiquem na crença popular. (GRAMSCI,1974 :175).

O Renascimento repercutiu em todos os segmentos da vida: no econômico, no desenvolvimento tecnológico, nas instituições políticas, nos valores, na arte, na cultura, nos conceitos de ciência e religião, na família, na vida privada e na visão dos homens sobre o mundo, a sociedade e si mesmos. O capitalismo foi uma construção prático-simbólica, tendo no Iluminismo, a constituição de um corpo de idéias e valores que veio a transformar-se não apenas em um patrimônio da burguesia, mas de toda a humanidade. Esta luta contra-hegemônica teve o papel fundamental de legitimar o fim do feudalismo e a sua substituição pelas instituições democrático-liberais, construindo uma sociedade que valoriza o indivíduo, defende a racionalidade como negação da submissão à mitos e estabelece, no seu discurso, a igualdade de direitos fundamentais para todos os homens. Concretizou a igualdade formal que criou o caldo de cultura necessário para se questionar a sua existência real. Geraram-se as instituições democráticas que, apesar de seus limites, permitem às grandes majorias exercitarem suas lutas e reivindicações, montando o cenário da construção de uma outra dinâmica, de uma nova luta contra-hegemônica que busque a igualdade efetiva para todos os homens.

Não se pode esperar menos de uma transformação social que pretenda desvendar as contradições do sistema regido pelo capital e construir um mundo socialista. Pelo contrário, diferentemente da revolução burguesa, o caráter amplo e libertário deste novo paradigma exigirá uma sociedade civil que seja, simultaneamente, sujeito histórico e intelectual coletivo, que produza mudanças no modo de produção econômico e, simultaneamente, uma profunda revolução intelectual.

A incapacidade historicamente demonstrada pelas visões elitistas e economicistas na condução das lutas socialistas, durante o século XX, acentua-se sobremaneira no mundo que emerge no novo século, exigindo um profundo “repensar” para a retomada das lutas pelo socialismo. A intensa crise prático-teórica vivida pelos partidos de esquerda e a decadência do “socialismo real”, não por acaso, coincidiram com a emergência de um novo mundo e de uma nova sociedade ao fim do século XX. A globalização em todos os seus aspectos, a predominância da mídia eletrônica, a informatização, o rapidíssimo desenvolvimento tecnológico e a emergência das sociedades de massa, criaram cenários e valores radicalmente novos, gerando crises profundas de valores, de cultura e de modos de vida. A crise manifesta-se em todos os aspectos: na desfiguração de culturas locais, na explosão de lutas étnicas e religiosas, nas formas tradicionais de organização do Estado e da sociedade civil que são erodidas pela perda de

autonomia das nações e na decadência de valores que antes produziam estabilidade social. Mas, não existem vácuos políticos na sociedade. Em meio à perplexidade dos atores políticos tradicionais, sentimos o nascimento de uma nova dinâmica política, a emergência de novos atores sociais e a presença de profundas mudanças ideológicas em curso.

Evelina Dagnino analisa a extensão das mudanças político-ideológicas potencialmente presentes nos novos movimentos sociais, portadores, hoje, de um conceito de cidadania que extrapola seu clássico conteúdo liberal e que desqualifica os conceitos tradicionais da esquerda para as estratégias de luta política,

...a nova cidadania transcende uma referência central do conceito liberal que é a reivindicação do acesso, inclusão, *membership*, “pertencimento” (*belonging*) ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o *direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema*, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade.(DAGNINO, 1994 : 109)

Configura-se uma clara negação do elitismo de vanguardas que reservavam para si a elaboração das estratégias e dos modelos de sociedade que deveriam ser implantados. Gramsci teve o grande mérito de pressentir essas mudanças que só agora parecem estar efetivamente maduras.

Vacca, ao comentar a afirmação de Bobbio sobre a inexistência de uma teoria marxista sobre o Estado socialista, afirma a necessidade da construção do “intelectual coletivo”, identificado com a forma de Partido proposta por Gramsci, como condição para a elaboração teórica do socialismo

Ao marxismo dos intelectuais não está dado nenhum atalho e nenhum privilégio. O pensamento político marxista só pode ser obra do intelectual coletivo, do partido político, entendido não como um conjunto de militantes... , mas como todo o bloco social ativo do qual o partido é o guia.(VACCA,1996 :102)

A concepção de “partido de quadros”, expressa por Lenin em “Que Fazer?”, ou a concepção de materialismo dialético, como proposta por Althusser, transformam a teoria da

revolução social em conceitos prontos, cristalizados e bem definidos. A tradição elitista dos partidos de esquerda e a forma como a União Soviética elaborou suas práticas políticas expressam estes mesmos princípios. O resultado é visível. Não se formou o homem socialista, não se avançou para a construção de um novo paradigma, não se construiu a sociedade que se qualificasse para ser, ela própria, o governo, **porque elites no poder não tem a legitimação política e ideológica necessária para realizar tais tarefas..**

Não se trata de tomar o poder para, então, construir o estado socialista e o homem socialista. A questão emergente é a construção de uma consciência socialista de massa dentro do capitalismo, negando-o, implementando políticas que se confrontem com a exclusão capitalista, radicalizando a democracia e construindo formas de autogoverno através do exercício de parcelas de governabilidade, dentro do novo paradigma. Gramsci ao desenvolver seus conceitos de Estado, sociedade civil e hegemonia, fornece os instrumentos analíticos capazes de captar esta nova realidade.

Gramsci propõe, com todos os desdobramentos possíveis, que o Estado não é um comitê da burguesia, mas palco de uma luta ideológica entre diferentes projetos de hegemonia. Um conceito de Estado que inclui a própria sociedade civil, quando esta assume segmentos de poder decisório em relação a políticas públicas. Um dos palcos fundamentais para a realização da “longa guerra de posições”, como estratégia de uma verdadeira revolução socialista, será, portanto, o próprio Estado burguês

As preocupações imediatas da vida cotidiana, do cuidado médico a produção de grãos, não são traduzíveis diretamente de um sistema social...é um importante sinal das condições historicamente alteradas que estas demandas ... já não possam ser incorporadas ou integradas à dinâmica objetiva de auto-expansão do capital. Devido a sua insolubilidade crônica, bem como pelo seu poder motivador, elas deverão definir a estrutura de confrontação social em um futuro previsível. (MÉSZÁROS, 2002 :818)

Uma importante manifestação das novas contradições emergentes no sistema hegemônico, diferenciando-o dos modelos tradicionais de administração pública do estado burguês, expressa-se nas políticas de descentralização. Sentimos sua presença nas atuais propostas de autonomia da



escola, nas municipalizações e na formação de conselhos locais dos mais diversos segmentos, como segurança pública, saúde, emprego, políticas do menor e assim por diante. Estas políticas exemplificam a ocorrência de uma efetiva fragilização do Estado, pois constatamos uma entrega objetiva de parcelas de poder à instâncias mais difusas do ponto de vista de uma possível hegemonia ideológica desse mesmo Estado. A descentralização poderá adquirir, nestas condições, uma clara matriz socialista de radicalidade democrática. A instauração crescente de políticas públicas de descentralização demonstram apenas a manifestação das contradições do atual estágio do capitalismo, pois não há mais como manter uma centralização administrativa eficiente no mundo atual. O liberalismo clássico nunca abriu mão da centralização coercitiva do Estado Burguês através de seus aparatos repressivos. Seu *laissez faire* sempre restringiu-se, no plano teórico, à políticas de não intervenção no mercado e na economia, mas, frequentemente, intervêm no próprio mercado e na economia, quando seus interesses são ameaçados. A estratégia de transformação social só pode ser a de aprofundar esta contradição, levando-a ao limite e recuperando sua efetiva matriz ideológica socialista

As bandeiras de cidadania, no sentido novo, não liberal, que este termo está adquirindo, de radicalização democrática, de ampla inclusão, de elaboração de novas formas de organização do Estado e de governabilidade, levadas às suas efetivas conseqüências, tendem a negar, progressivamente, o capitalismo e o Estado burguês. Este, após “o welfare state”, não tem mais como combatê-las como subversivas e as tentativas saudosistas de defesa da volta de Estados fortes, reeditando plataformas social-democratas, não se sustentam mais no mundo atual, como tentamos demonstrar nos capítulos anteriores. A radicalização da luta por bandeiras de democratização do poder e de inclusão, significam, necessariamente, a construção de um novo paradigma, diferente do capitalismo, ou seja, o socialismo.

O significado do pluralismo socialista...emerge da capacidade das forças participantes de combinar, num todo coerente, com implicações socialistas em última análise, inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de especificamente socialistas. (MÉSZAROS, 2002 : 818)

As características de fragilidade e contradições do Estado atual, em termos de resposta competente aos desafios da exclusão, da democracia e do novo conjunto de problemas sociais vão rebater no conjunto de seus componentes e, particularmente, sobre a escola pública, com suas características específicas de aparelho ideológico – análise que procuraremos fazer no próximo capítulo.

Entre as novas questões colocadas pelo mundo atual, algumas foram denominadas, genericamente, de pós-modernas. Os principais autores deste pensamento desenvolveram alguns nichos conceituais importantes para a luta contra-hegemônica marcados por um profundo silêncio dos autores marxistas e pelas práticas da esquerda orgânica. Debruçaram-se sobre formas de opressão e tirania impostas pela ordem do capital ao cotidiano, como por exemplo o trabalho de Foucault, que resgata questões importantes para a vida das pessoas, seu corpo, seu emocional, seus valores e sua visão de mundo. Da mesma forma, a discussão presente nos conceitos de “pequenos relatos” e “pactos sociais localizados” propostos por Lyotard, procura resgatar a importância de lutas locais e dos discursos destes atores sociais “menores”, contrapondo-os aos grandes discursos. Não é por acaso que Marilena Chauí prefaciando o trabalho de Eder Sader sobre os novos atores sociais emergentes na década de 70, suas novas preocupações e bandeiras, afirma que

Não se trata de simples mudança de ponto de vista, mas de crítica as perspectivas estruturais anteriores, que caracterizaram as análises das esquerdas e das ciências sociais onde, por definição e por essência ,o cotidiano é encarado como um espaço-tempo onde nada acontece (CHAUÍ *in* SADER, 1995 :12)

Do ponto de vista epistemológico, os autores denominados pós-modernos desenvolveram a crítica do discurso iluminista marcado pela visão cartesiana da linearidade e verdade absoluta dos discursos científicos, buscando sua relativização. O papel determinante da linguagem e a importância dos modelos teóricos na descrição científica da realidade, afastam de vez discursos ingênuos sobre a captação da realidade e suas leis. Nas ciências humanas este discurso reflete-se também na problematização de modelos totalizantes, exigindo um debruçar maior sobre realidades específicas, como o próprio cotidiano, resgatando suas possibilidades de relacionar-se dialeticamente com as grandes teorias.

As questões denominadas genericamente como pós-modernas emergiram no cenário político na década de 60, tendo como principais atores estudantes e segmentos médios, como intelectuais e artistas. O movimento estudantil, principalmente o universitário, ocupou um papel extremamente importante, como ponta de lança destes segmentos. Convém lembrar que estes atores sociais compunham uma população escolar de origem social predominantemente elitizada cujas relações, convivência, valores e linguagem os afastavam, física e culturalmente, das maiorias populares.

Marcuse e Lyotard chegaram a ver os estudantes franceses, de maio de 68, como os revolucionários e arautos dos novos tempos, na consciência que demonstraram ter sobre os impasses e a falta de resposta do capitalismo e do socialismo real aos grandes problemas da humanidade. A história encarregou-se de demonstrar o exagero desta hipótese, mas não deixou de apontar a sensibilidade política e social aguçada presente nestes momentos de reflexão coletiva, marcados por mobilizações sociais e formas orgânicas que apresentavam um caráter fluido, descentralizado e anárquico, sem teorias pré-determinadas a guiá-los.

O maio de 68 francês contextualizou-se como momento marcante da efervescência cultural, social e política vivida pela década de 60. Situou, de forma expressiva, temas como: ecologia, feminismo, discriminação de minorias, liberdade sexual, questionamento do autoritarismo familiar, negação do consumismo e do otimismo tecnológico da sociedade industrial.

A esquerda orgânica da época foi incapaz de assimilar estes novos valores que expressavam, no plano político, uma visão “anárquica” de rejeição a partidos, sindicatos e estruturas centralizadas. Não podia aceitar propostas de mudanças sociais revolucionárias que não se originassem diretamente das lutas econômicas, mas a partir das idéias, do simbólico, da representação. O que, no entanto, não impediu que se produzisse um processo social com um alto poder mobilizador e transformador, apontando a necessidade do resgate dessas bandeiras enquanto parte da luta política atual.

A década de 60 e suas bandeiras transformaram-se em um marco histórico e político fundamental do séc. XX e um referencial significativo para o séc. XXI. Traduziram-se em um grande ensaio geral que repercutiu intensamente na formação de valores do mundo atual. Seu limite expressou-se pela sua base social, restrita a segmentos médios e intelectualizados, o que criava uma contradição intrínseca com os objetivos revolucionários pretendidos, pois só as

grandes maiorias exploradas poderiam realizar o embate contra o coração do sistema capitalista, isto é, contra o seu sistema produtivo. A superação destes limites aponta, como consequência, a necessidade de uma práxis integradora de uma ampla base social e popular capaz de realizar o embate material, associada a uma intensa capacidade intelectual e reflexiva exercida de forma coletiva e descentralizada, dispensando-se a tutela rígida e autoritária de partidos políticos com estratégias prontas e bandeiras cristalizadas.

Na reflexão sobre as condições de legitimidade dos discursos ideológicos e sobre as novas formas de produção ideológica, em um mundo diferenciado pela sociedade de massa e pela globalização, temos uma importante contribuição de Lyotard. No seu clássico: *A Condição Pós-Moderna* (1996), discute como se processam as formas de legitimação do “saber científico” e suas relações com o “saber narrativo”, que se manifestam como jogos de linguagem, com suas regras próprias de validade, recorrendo, cada vez menos, a meta-legitimações. Descreve a crise dos “grandes relatos” que forneciam um quadro geral unificador e legitimador para a vida e o saber, como *o ideal iluminista*, *o espírito absoluto de Hegel*, ou ainda, *a emancipação marxista*. Para Lyotard é chegado o momento dos “pequenos relatos” construídos no diálogo restrito das comunidades localizadas, a quem caberia elaborar “contratos sociais locais” sob a égide da heterogeneidade, do dissenso, do “paralogismo” e não do consenso. “O consenso tornou-se um valor ultrapassado, e suspeito. A justiça porém não o é. É preciso então chegar a uma idéia e prática da justiça que não seja relacionada ao consenso” (LYOTARD, 1998 : 11 }

A crise das “grandes sínteses teóricas” seria, não só a rejeição do autoritarismo e da centralização, mas a construção de um caminho possível para a autonomia, a emancipação e a justiça do conjunto da sociedade, respeitando todas as suas diversidades.

Lyotard preocupa-se com o possível caráter utópico desta proposta, mas não vê outra saída possível para um sistema de caráter “cibernético” no qual:

...a harmonia entre esperanças e necessidades dos indivíduos e dos grupos com as funções que asseguram o sistema não é mais do que uma componente anexa do seu funcionamento; a verdadeira finalidade do sistema, aquilo que o faz programar-se a si mesmo como uma máquina inteligente, é a otimização da relação global entre os seus *input e output*, ou seja, o seu desempenho (*Id., ib. : 12* ).

Um sistema político onde os atores políticos, segundo Lyotard, tendem a ser substituídos por “decisores” tecnocratas e, progressivamente, por “inteligências artificiais”.

Poderia se objetar que a análise de Lyotard aplica-se melhor ao momento em que seu *Condição Pós-Moderna* foi escrito, isto é, no auge do “welfare State”. Com o neoliberalismo atual as formas de controle e regulação do Estado perderam espaço frente ao irracionalismo do mercado e a uma globalização acelerada que enfraquece a capacidade de controle dos Estados-Nações, convivendo com a clara ausência de um processo de consolidação de formas equivalentes de controle mundial. Mas, podemos entender este processo de crise do modelo cibernético e do próprio “welfare State”, como mais um grande relato em crise, criando, com maior urgência, a necessidade de uma nova saída. No entanto, o sistema, inclusive o neoliberal, que não deixa de ser autoritário e prepotente quando assim julga necessário, não deixa de propagandear, ao lado da eficiência natural do mercado, a capacidade cibernética e tecnocrática de desempenho de suas instituições. Apregoa a utilização de uma “razão instrumental” capaz de descobrir as melhores soluções para todos – esfera em que as reivindicações sociais seriam “ruídos” que atrapalhariam o próprio futuro de quem reivindica – dada a incapacidade que os atores sociais teriam de acessar e racionalizar as complexas informações necessárias às tomadas de decisões, o que repõe a preocupação de Lyotard. Não podemos esquecer, entre os perigos do autoritarismo, a audiência conquistadas pelos economistas no mundo moderno, assumido um papel semelhante a *Intelligentsia* sem vínculos de Mannheim.

O possível caráter utópico da saída apresentada por Lyotard, questão que o preocupa, exige a discussão da possibilidade efetiva da comunidade vir a ocupar este papel e conseguir contrapor-se aos modelos existentes, cujos critérios de legitimidade seriam a eficiência operacional do sistema e a eficácia da mão mágica do mercado. Cabe discutir quais seriam as características destas novas formas de organização e da dinâmica social, capazes de cumprir esta tarefa de construção da justiça e as possibilidades concretas de sua emergência de forma socialmente significativa. Como poderiam, a partir de sua genética de manifestação local, achar os caminhos mais amplos de reconstrução do mundo e da sociedade, mas guardando a consciência da necessidade de que estas sínteses não se transformem em mais um “grande relato” centralizador e autoritário.

O alerta de Lyotard sobre a pós-modernidade é que não há mais que se procurar reconstruir outros grandes relatos unificadores e homogeneizadores. As sínteses necessárias

deverão ser feitas sob o signo do transitório, da ambigüidade, dos pontos de inflexão e do respeito à diversidade das paralogias. Toma de empréstimo, para suas reflexões sociais, as novas concepções epistemológicas da física atual, que rompem com os conceitos tradicionais de objetividade científica. Concepções que propõem a relatividade do espaço e do tempo e que assumem a ambigüidade de comportamento dos fenômenos em função da presença do observador e da sua rede conceitual. As leis físicas deixam de ser universais, pois passam a depender das coordenadas espaço-temporais dos fenômenos observados.

Podemos citar alguns exemplos de formulações básicas da física que expressam, claramente, essas concepções:

a) O mesmo objeto, o elétron por exemplo, pode ser visto, ambigüamente, como onda ou partícula, matéria ou energia, dependendo do observador e do contexto de realização da experiência.

b) O espaço físico homogêneo proposto por Newton, com suas leis isotrópicas válidas em qualquer ponto do espaço, é substituído por um tecido espaço-temporal com características específicas em cada ponto, determinadas pela geometria gravitacional própria de sua localização, apresentando pontos de inflexão e de descontinuidade.

c) O “Princípio da Incerteza”, de Heisenberg, que afirma a impossibilidade de determinações exatas e simultâneas da velocidade e posição de uma partícula, manifestando uma condição estrutural da matéria e do universo e não uma simples falha técnica a ser superada.

A física deixou de ser uma ciência unívoca e objetiva, no sentido cartesiano. Seu objeto perdeu a sólida consistência original, tornou-se esquivo e pouco definido, arrastando, nesta ambigüidade, os absolutismos de sua rede conceitual e de seu discurso teórico. A revolução conceitual da física atual, para Lyotard e os pós-modernos, ocuparia um papel epistemológico pioneiro que expressa características presentes no conjunto do conhecimento e da vida no mundo atual. Esta subversão de valores, inerente à pós-modernidade, reafirma o dissenso, a paralogia, os pontos de inflexão e as especificidades locais. Na contrapartida nega-se o universal, o contínuo, o homogêneo e o uniforme.

Lyotard, no fim do seu texto, ao criticar a busca do “consenso”, proposta por Habermas através do “agir comunicativo”, propõe para substituí-lo o conceito de justiça. Que justiça? Sem dúvida, a justiça emergente dos pequenos relatos dos diferentes segmentos sociais, dos grupos de vizinhança, das associações de minorias, dos grupos que lutam contra a desigualdade e a exclusão

e que se espraiam a partir dos mais diferenciados contextos étnicos e culturais. De um conceito de justiça que não emergirá mais de uma ampla concepção teórica, de uma meta-legitimação, mas de uma ampla rede de práticas solidárias, as mais diferentes possíveis. A necessidade da construção de discursos e bandeiras unificadas, exigidas pela possível emergência de questões nacionais e internacionais, só deveria se dar, como decorrência, de **sínteses que não tenham o poder de estratificar-se e homogeneizar a rede, diversificada e paralógica, de seus diferentes significados, sempre em movimento.**

No entanto, a ênfase pós-moderna na heterogeneidade, nos pequenos discursos locais, opondo-se aos conceitos unificadores, leva a um excessivo relativismo, à renúncia a qualquer projeto futuro de sociedade. Nesta visão radicalizada, Augusto de Franco (1995), por exemplo, cunha uma bela expressão para esta negação dos grandes projetos sociais, afirmando que não devemos ser “capturados pelo futuro”<sup>6</sup>. O projeto de futuro, a “utopia” (o não lugar), deveria ser substituído pela *topia* (o lugar). Para ele, a utopia estabelece um modelo autoritário que impede as riquezas do momento, do local e da diversidade se manifestarem. Do projeto de futuro derivar-se-iam linhas estratégicas que “sobrepassariam” a realidade, produzindo seu “engessamento”, sua neutralização. Há alguma verdade nisto. No entanto, é preciso complementar afirmando que não devemos ser, também, **capturados pelo presente**, pelo absolutismo dos discursos locais, sob pena de não andarmos para lugar algum diferente do que já estamos. A luta ideológica pressupõe sonhos, projetos políticos maiores, paradigmas e utopias que vão dar um rumo e um sentido as nossas ações e deles deriva a riqueza, a arte e a força desta luta ideológica. Um apelo ideológico que se esgota, enquanto projeto, em uma vaga defesa da solidariedade e da comunidade, no aqui e no agora, não basta para construir um novo mundo.

O hiper-realismo do aqui e do agora acabará por se demonstrar pobre e incapaz de dar conta de seus próprios problemas. Os dados do aqui e agora não são neutros, isto é, apreendidos pelos indivíduos como manifestações puras e imparciais da forma única de ser de suas naturezas próprias. Eles só conseguem ser inteligíveis em um discurso que contém uma série de pressupostos relacionais que, naturalmente, estão impregnados da visão ideológica

---

<sup>6</sup> .....no confronto entre o mito e a utopia, isto é, entre repetição do passado e projeção do futuro, se tomarmos partido da utopia nos libertamos do domínio do passado, mas corremos o risco de ser *capturados pelo futuro*. ....Não é difícil captar o sentido da crise da Modernidade(enquanto paradigma) como uma **crise da utopia** .....do mecanismo da utopia que nos joga na corrente alucinante que arrasta para o futuro e, por isso mesmo, nos impede de materializar **um outro estado do mundo**. ( DE FRANCO,1995 :23)

hegemônica do sistema, ou de uma visão contra-hegemônica em curso. É absolutamente impossível esperar que esses fatos e ações do cotidiano, expressos nas suas formas próprias e isoladas, se contraponham ao discurso sistêmico vigente. O desenvolvimento do raciocínio crítico da filosofia, ao longo da história e, particularmente, a obra de Kant, diferenciando o mundo “noumênico” e o “fenomênico”, não nos permitem mais aceitar este empirismo ingênuo. Aliás, como já procuramos mostrar, a física atual afirma, como ponto de partida, que o dado experimental é sempre apreendido como uma interação da rede conceitual com as manifestações empíricas do mundo real. Quando se trata do mundo das relações sociais e culturais, esta rede conceitual passa a ser formada, de maneira determinante, pelos valores, pela ideologia hegemônica do momento, isto é, do período histórico em curso, manifestando-se sob a forma como é incorporada pelos atores sociais e pelas formas relacionais presentes na vida da sociedade. Disto não escapam os chamados discursos locais, que já estão impregnados pelo modelo globalizante do sistema hegemônico de poder e ainda mais autoritários porque não explícitos.

Estas considerações sobre as relações entre o empírico e a rede conceitual, presentes no discurso científico, estão manifestas na análise de Thomas S. Kuhn no seu clássico: *La estructura de las revoluciones científicas* (1971). Para ele, há um momento em que a rede conceitual estabelecida, o modelo unificador do discurso científico vigente, começa a mostrar-se incapaz de dar conta, de forma lógica e unificada, das manifestações empíricas. Apresentam-se dificuldades e contradições nessa apreensão, propiciando as condições necessárias para a elaboração de outros discursos que sejam capazes de apreendê-los de forma coerente. “Isto indica que os fatos da realidade não são meramente passivos, pois demonstram ter potência suficiente para expressar contradições e oposições com a rede conceitual que tenta apreendê-los. Particularmente, nos momentos de transição, criam-se situações de desorganização até que se elabore o novo quadro conceitual. Mas, esta realidade empírica não têm, por sua vez, a potência suficiente para reunir todos os elementos necessários para a criação do novo paradigma, ou, mesmo, para a manutenção do antigo.

Kuhn observa essas características ao descrever a passagem da física newtoniana, parâmetro epistemológico e científico da modernidade, para a nova física de Einstein. Esse momento de transição é consequência do próprio desenvolvimento interno da física newtoniana que, num certo momento histórico, acumulou as condições para que se expressasse um padrão de



contradições e, simultaneamente, as condições de maturidade para a elaboração de novas teorias unificadoras. Seria importante demarcar que nada indica, **logicamente**, que essa nova teoria seja a **única** capaz de dar consistência ao sistema de oposições e contradições criado. “O teorema de Duheïn-Quine : para um conjunto dado de informações empíricas podem existir vários sistemas teóricos capazes de compreendê-los”( LÖWY,1998 ;200), expressa bem esta dificuldade. Da mesma forma, nada impede que se procure, com imensos custos teóricos isto é, com extensos circunlóquios, manter a vigência do modelo em cheque o que, aliás, é um comportamento comum na história da ciência<sup>7</sup>. A escolha de uma determinada proposta, ou a manutenção da antiga, vão determinar o desenvolvimento posterior da ciência envolvida, isto é, as realidades sobre as quais ela passará a ter condições de se debruçar e que influenciarão o padrão futuro do seu desenvolvimento científico e tecnológico, que não é único. Na elaboração do paradigma emergente, interferem, necessariamente, outros fatores, culturais e ideológicos, presentes no momento da transição, na vida e na consciência dos atores envolvidos, assim como a capacidade de resistência do paradigma anterior que, para sua persistência, dependerá da sua possível ancoragem em valores hegemônicos externos ao discurso científico. Na forma como as contradições do sistema em crise são apanhadas, já estão presentes os delineamentos relacionais de um novo projeto em luta contra o anterior. Estas contradições apresentar-se-iam de outra forma, ou até não se apresentariam, se outro fosse o projeto em florescimento.

Para utilizar um termo pós-moderno, *a desconstrução* de conceitos ou discursos nunca é imparcial ou ingênua. A forma como ela se realiza pressupõe sempre uma escolha, um particular discurso que se constitui a partir dos delineamentos de uma nova construção possível, pois é isto que dá inteligibilidade relacional e consistência ao discurso de desconstrução. Neste sentido, em toda desconstrução há, implicitamente, uma proposta de nova construção que incorpora valores exteriores ao discurso em pauta, na verdade valores ideológicos, cuja explicitação constitui a única forma de negar o autoritarismo silencioso, isto é, a opacidade ideológica desse novo discurso em elaboração. Não há, portanto, um discurso científico e objetivo que garanta a univocidade absoluta da escolha. O conceito de verdade científica, nas denominadas ciências

---

<sup>2</sup> Um exemplo dessa situação manifesta-se na complicada teoria dos epicentros, mantida durante grande parte da Idade Média, e que propunha uma explicação matemática consistente dos dados observáveis das órbitas dos corpos celestes, dentro do modelo circular consagrado por Aristóteles e sacralizado pela Igreja. A proposta de Kepler, ao descrever esses mesmos movimentos sob a forma de orbitas elípticas, explicava, também, matematicamente os dados empíricos, só que de forma muito mais simples e elegante. Mas, de um ponto de vista meramente lógico, ou de

naturais, tem sido definido pelo consenso, sempre precário e transitório, de determinados modelos de interpretação teórica da realidade empírica na comunidade científica. Seria mais condizente substituir consenso por hegemonia, como forma de apreender a dinâmica de mudanças, rebeldias e diferenças de ponto de vista presentes nessa comunidade na dinâmica que ela hoje tem. Assim como, seria impossível apreender a hegemonia de um determinado discurso sem se remeter a existência de valores ideológicos exteriores ao objeto científico, mas que estão presentes na constituição dos modelos teóricos legitimados. A relação que se estabelece, hoje, entre a física atual e os valores da pós-modernidade atestam este entrelaçamento. O que dizer então da opção por modelos de sociedade em um mundo que é constituído por classes sociais com interesses absolutamente divergentes, diferentemente das possíveis clivagens nas comunidades científicas das ciências naturais. Nessas condições, assumir um determinado modelo de sociedade pressupõe, sempre, uma opção eminentemente ética, a escolha de um conceito particular de homem e de justiça.

Da mesma forma, coerente com sua matriz ideológica, na visão de mundo capitalista, a exclusão não se apresenta como contradição, mas como móvel de progresso e desenvolvimento. Suas respostas à exclusão apresentam-se, sempre, como formas mitigadoras ou autoritárias de enfrentar as tensões sociais, isto é, expressam a forma possível, conjuntural, de manutenção da própria exclusão. Se assim não fosse, seria idêntica ao socialismo. De um ponto de vista meramente lógico, seria possível manter o modelo burguês. Ele tem consistência teórica dentro do seu pressuposto antropológico da defesa do individualismo e da desigualdade. Isto reafirma que a vitória de um projeto socialista não está garantido pela sua superioridade científica ou pela sua inevitabilidade histórica. Pode ou não acontecer. Ela não está inscrita na história, deterministicamente, como necessidade absoluta da “evolução” da ordem econômica ou produtiva. Será resultado de um dos desfechos possíveis da luta material e ideológica entre diferentes paradigmas. O fim da desigualdade é um objetivo ético, uma escolha de visão de homem e de mundo. Ele não acontecerá espontaneamente, se quem nele acredita não lutar explicitamente pela sua realização, ou se quem sofre suas conseqüências não se convencer da justiça e da possibilidade da construção de um outro paradigma.

Aliás, a justificação da inevitabilidade do socialismo sempre repousou na crença de que o capitalismo chegaria a um impasse insolúvel, caracterizado pela contradição entre seu modo de consistência matemática, nada impedia que o modelo anterior fosse mantido, como de fato aconteceu com o modelo

produção e a necessidade de ampliação das forças produtivas. Segundo esta crença, só um modo de produção socialista, seria capaz de liberar as forças produtivas necessárias para se estabelecer o fim da escassez, propiciando a possibilidade de fruição dos bens materiais por toda a humanidade.

Vejo esta afirmação como uma extrapolação linear da revolução burguesa que, de fato, precisou “explodir” o modo de produção feudal, baseado no sistema de “servidão” e no artesanato, para liberar as forças produtivas industriais, como condição para produzir mercadorias em larga escala, condição exigida pelo crescimento da população mundial.

A forma de organização do capitalismo atual, baseado no desenvolvimento tecnológico, na automação e na informatização, têm demonstrado já possuir todas as condições potenciais para gerar os bens materiais necessários para toda a humanidade. Aliás, o socialismo real manteve a forma capitalista de organização do processo industrial produtivo. As mudanças se deram na transição da propriedade das fábricas para o controle do Estado e pela implantação de um planejamento centralizado, situações que não geraram uma ampliação da capacidade de produção de bens materiais em relação ao padrão capitalista.

A implantação de um parque industrial moderno na URSS foi realizada a partir de um projeto de socialização da apropriação dos bens materiais, o que permitiu o acesso a um padrão de vida básico para o conjunto da sua população, diferenciando-se da exclusão capitalista. Esta fase, como nos países capitalistas, levou a um aumento extensivo da produção e oferta de bens materiais e a uma relativa estabilidade política. Após estes anos iniciais de desenvolvimento, o planejamento burocrático e centralizado foi incapaz de imprimir uma dinâmica produtiva que se equiparasse ao dos países capitalistas desenvolvidos. Somos obrigados a admitir que as sociedades mais abertas, do ponto de vista das liberdades políticas e dos mecanismos de mercado, conseguiram melhores resultados produtivos que o planejamento centralizado, mesmo levando em conta as dificuldades internacionais da URSS e os gastos que teve de realizar por isto. A eliminação da mediação descentralizada do mercado não foi **compensada** por uma descentralização do poder político que fosse capaz de imprimir uma racionalidade “orgânica” – discutiremos melhor esse conceito mais a frente – a partir da base da sociedade. Um dos aspectos fundamentais da crise soviética, do ponto de vista econômico, resultou como ônus de um

planejamento centralizado e burocrático, cuja viabilidade repousava na ausência de um processo democrático, isto é :

....a crise do *socialismo real* tem uma inequívoca *centralidade política*, a que remetem os bloqueios do crescimento econômico: deriva da ausência de uma plena *socialização do poder político* --- só a implementação da *democracia socialista*.....com reais *processos auto-gestionários* aptos para otimizar a alocação central de recursos, poderia garantir o desenvolvimento exitoso das experiências pós-revolucionárias.....A crise do *socialismo real* demonstra que a superação da ordem do capital é função de uma *radical democratização da vida econômica, social e política*. ( NETTO, 1995 : 72)

A capacidade de bem gerir quaisquer processos, mesmo os econômicos, no novo mundo complexo e globalizado, depende da assimilação estratégica de uma imensa quantidade de *low-inputs*, como afirma Giddens, ou de uma imensa quantidade de “pactos sociais localizados”, como quer Lyotard, inviabilizando estruturas institucionais autoritárias e centralizadoras. Portanto, a crise do “socialismo real ” não nega a possibilidade de uma verdadeira socialização, isto é, não nega a superioridade de um sistema que se caracterize por uma racionalidade produtiva global em relação aos mecanismos irracionais e darwinistas do mercado. A lição que deve ser tirada é que essa nova racionalidade produtiva terá que ser produto de uma sociedade auto-gestionária, capaz de emitir a pluralidade de sinais e propostas que construam articulações entre o particular e o geral, uma espécie de racionalidade pós-moderna, sem o autoritarismo das “iluminadas” propostas de vanguardas ou burocracias detentoras da única verdade. Esta constatação, ao lado do isolamento internacional da URSS, que aponta a impossibilidade do socialismo ser construído em projetos nacionais isolados, são as lições que deverão estar presentes na formulação de novas estratégias.

A presença do “socialismo real” foi extremamente positiva no plano internacional, pois impulsionou lutas anti-coloniais, apoiou as lutas libertárias do terceiro mundo e teve muito a ver, pela sua própria presença competitiva, com as conquistas do “welfare State”. No entanto, foi uma profunda decepção constatar que o desmoronamento do socialismo real, em diversos países, deu margem ao aparecimento de xenofobias e máfias, sem saldos visíveis dos 70 anos de socialismo,

isto é, sem saldos produzidos pela existência possível de homens socialistas. A forma autoritária e burocrática assumida pelo socialismo real, sua despreocupação com a democracia e direitos políticos, somadas as suas crises produtivas, acabaram por fornecer autoridade e audiência ao mistificador discurso liberal e neoliberal. Pois ele associa capitalismo e mercado com eficiência produtiva, liberdades políticas e direitos individuais, dificultando a luta ideológica para demonstrar a superioridade ética e libertária de uma verdadeira proposta socialista.

A conclusão é clara. O capitalismo de hoje vive uma contradição profunda, de natureza ética e política. As expectativas geradas pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas, pela difusão das bandeiras de direitos sociais, incluindo a universalidade do acesso a educação, embatem-se com a política de exclusão que é inerente ao predomínio do mercado, seja no nível da apropriação restrita dos produtos culturais, materiais e serviços, seja pela apropriação minoritária das decisões de caráter público e político que apresentam claros sinais de ineficiência. A questão fundamental, para a defesa de uma sociedade socialista, desloca-se da questão do combate exclusivo no plano econômico e não se esgota mais na proposta de apropriação revolucionária do Estado burguês para uma posterior construção do socialismo. Estará mais claramente posta na questão política e ideológica de formas articuladas e parciais de autogestão do poder público e político, gerando mudanças nas formas de apropriação dos bens e do processo produtivo, sem deixar de levar em conta a interdependência internacional.

Não se configura uma explosão quase automática e inevitável do modo de produção capitalista a partir de necessidade de ampliação extensiva da produção, como aconteceu com o sistema feudal. O eixo central desta luta será, diferentemente da revolução burguesa, uma longa, ampla e radical luta contra a desigualdade econômica e social que envolverá as grandes maiorias sociais, mas com uma presença marcante das questões ideológicas.

Diversos exemplos mostram que as lutas contra a desigualdade econômica terão que se saturar de componentes políticos, ideológicos e de radicalização democrática para ganhar eficácia. Citemos alguns deles:

a) Caracterização de novas formas produtivas, associadas ao socialismo, não poderão mais se basear no aumento extensivo da produção de bens materiais. A defesa do “desenvolvimento sustentável” e da negação do consumismo, sem dúvida, bandeiras que devem ser assumidas, dentro de um paradigma socialista, apresentam-se mais como limitadores seletivos de uma ampliação indiscriminada da produção de bens materiais e de determinados tipos de serviços. A

sustentabilidade do desenvolvimento apoia-se, claramente, na definição de parâmetros políticos e coletivos que neguem a irracionalidade do mercado e o individualismo possessivo. O delicado equilíbrio ecológico do planeta exige políticas claras, locais e mundiais, assim como mudanças de atitudes e comportamento que apontam para a solidariedade, a responsabilidade compartilhada e a reflexão coletiva. Este novo padrão de desenvolvimento é uma bandeira de clara linhagem ideológica socialista apesar da sua apropriação por segmentos neoliberais

b) As modernas teorias capitalistas sobre “qualidade total” colocam, em tese, cada trabalhador como devendo ser co-responsável pelo produto final, além de propor a universalização da educação e uma formação educacional flexível para satisfazer às necessidades de mão-de-obra para o novo perfil produtivo. Com isso embaralham-se as afirmações clássicas sobre a “alienação” do trabalhador em relação ao produto final do seu trabalho. Mais do que negar em bloco estas características, cabe aos socialistas apropriar-se delas dentro de um outro paradigma, mostrando as contradições entre a justiça ética formal desse discurso e a exclusão estrutural própria do capitalismo

c) O financiamento e apropriação dos trabalhos e resultados das pesquisas e novas tecnologias, pelas suas altas taxas de lucro, desempenham, hoje, um papel fundamental na desigualdade econômica entre as nações. Por outro lado, as políticas de acesso aos resultados dessas pesquisas, em áreas como a médica e biológica, por exemplo, geram uma profunda desigualdade na utilização de produtos essenciais para o conjunto da humanidade. Será uma tarefa estratégica fundamental intervir, internacionalmente, na questão ética e política relativa a legitimidade dessas apropriações, caracterizando-as como conquistas da humanidade e não propriedade de grupos de interesses

d) As diversas formas de descentralização e municipalização criam a possibilidade de avanço na radicalização do processo democrático, no aprendizado da autogestão, no exercício da governabilidade e no crescimento da reflexividade e autonomia dos novos atores sociais. Sua “localidade” permite trabalhar com correlações de forças favoráveis aos excluídos em que o sistema mostra claras fragilidades para impor sua hegemonia, diferentemente, por exemplo, da grande mídia em que esta hegemonia é rigorosamente exercida. Estes espaços de descentralização configuram um grande espaço aberto para a demonstração da superioridade de formas de governabilidade baseadas na solidariedade e na elaboração coletiva de propostas de ação, ou seja da superioridade ética do paradigma socialista

Nesta realidade, distante de qualquer determinismo, não cabe mais esperar que a “inevitável exclusão crescente” do neoliberalismo levará, necessariamente, a um processo revolucionário. O capitalismo de organização aprendeu a regular as crises e mitigar contradições, superando sua fase anterior de guerras mundiais produzidas por disputas de mercados. Guerras que foram responsáveis pela criação dos “elos mais fracos do capitalismo”, teorizados por Lenin, como um dos fatores, para explicar a possibilidade da eclosão da revolução russa. Mesmo com a situação atual de enfraquecimento da autonomia e capacidade de intervenção dos Estados, não devemos subestimar a capacidade de intervenção prática e **ideológica** do capitalismo. A proposta de um mundo socialista para a humanidade, não precisa depender de crises sociais agudas para ser defendido, pois sua superioridade ética pode ser expressa em quaisquer circunstâncias conjunturais, embora as crises sociais agudas vão estar presentes, como consequência do esgotamento do padrão de acumulação do capitalismo, apontando para o socialismo. Este processo de luta não se manifestará, apenas, em grandes greves e massas na rua,<sup>8</sup> mas também por uma longa luta material e ideológica marcada pela crescente ampliação da consciência e da reflexividade das maiorias populares.

A esperança reside, de fato, na imensa multiplicação das lutas materiais localizadas e nas suas formas de unificação, desde que permeadas pelos embates ideológicos. Repousa na existência de condições, objetivas e subjetivas, mesmo que potenciais, para que se crie uma práxis capaz de demonstrar que um mundo sem exclusão e sem darwinismo social é um lugar possível para toda a humanidade. É preciso demonstrar que no capitalismo as conquistas sociais, mesmo limitadas, como no “welfare State”, vão e vêm, conforme as necessidades de acumulação do capital e que hoje chegam a um ponto de total restrição. É necessário ampliar a consciência sobre as decorrências irracionais do mundo do mercado, em que imensas áreas de plantação são desativadas para garantir preços mínimos, mesmo em um mundo na qual a fome atinge grande parte da humanidade. Não precisamos de grandes crises ou “catastrofismos” para gerar esta praxis transformadora que tem, independentemente delas, todas as condições objetivas para se realizar. Aliás, o socialismo é a única forma de se impedir desfechos sociais catastróficos que se

---

<sup>8</sup> Na visão romântica de Sartre, expressa em alguns dos seus romances, o marxismo e a luta de classes seriam aprendidas “nas trincheiras”, tornando os momentos de ruptura ou de intensas mobilizações como os grandes momentos pedagógicos do proletariado. O que procuramos resgatar aqui é ,não só o aprendizado, mas, também, a presença da criatividade prática e teórica dos explorados nos momentos de normalidade institucional.

anunciam. Desenvolver ou não esta potencialidade concreta, desde já, é o desafio das políticas e das estratégias vinculadas ao socialismo.

As contradições só se manifestam como antagônicas e não como meras oposições, quando já se apresentam elementos delineadores de um novo projeto contra-hegemônico, não só na consciência dos atores, mas também, nas formas materiais concretas de mudanças propostas e realizadas nas relações e instituições da sociedade. Expressam-se nas novas formas de ser do Estado (dentro do conceito de Estado desenvolvido por Gramsci que perpassa pela sociedade civil) e de novas formas de organização da produção e distribuição de serviços e bens materiais. O novo nascendo dentro do velho, não como seu complemento, mas como oposição antagônica e negadora.

Para Gramsci,...atualizar Marx significa consolidar as novas crenças, fazê-las penetrar nos interstícios da velha formação social em crise e iniciar uma luta hegemônica não só entre as crenças, mas entre as práticas sociais correspondente a elas (BADALONI *in* FERRI, 1977 : 17)

Neste sentido, não há um momento determinado de instalação do socialismo, mas sim um processo de transformações sociais em sua direção. Não queremos dizer que estejam definitivamente afastadas as situações de ruptura, mas que esses momentos não terão o “status” de vir a ser os únicos momentos de implantação do novo sistema e sim parte integrante de um processo mais amplo de construção de novos homens e de novas instituições.

Os valores culturais e ideológicos, por envolverem diretamente a dignidade pessoal, as emoções e a busca da felicidade, aparecem como elementos extremamente potentes, formadores da subjetividade, individual e coletiva, que permitem apreender o mundo a partir do seu ponto de vista próprio, abrindo espaço para a visão crítica e a reflexividade. A constatação da existência de contradições, emergentes do cotidiano, não é condição suficiente para estabelecer a maneira de ser do novo paradigma. É um pressuposto ético e uma escolha subjetiva definir se nosso objetivo determinante é a igualdade na distribuição dos bens culturais e materiais resultantes do trabalho coletivo, ou um outro critério qualquer. Há uma escolha a ser feita entre a competição e a solidariedade como os móveis fundamentais da ação humana.



Procuramos apreender o alerta de Lyotard, sobre o perigo das utopias e dos grandes relatos, como forma de evitar o erro de transformá-los em modelos autoritários que impeçam o novo e o diversificado de brotar. O filósofo francês procura negar a maneira de ser própria da “modernidade” como conceito paradigmático, isto é, nega sua pretensão autoritária de trabalhar com verdades absolutas, contrapondo-se ao seu espírito mecanicista e linearmente cartesiano. No entanto, a exclusão de qualquer um dos pólos seria a negação da riqueza, da dialética, do movimento perenemente criativo. Desta dialética permanente é que brotará a dinâmica inovadora de um eterno mundo novo em construção. O que não podemos é “fetichizar” um dos pólos, negando ao outro o direito à existência. O perigo da modernidade foi a superestimação da utopia, dos grandes relatos. O perigo da pós-modernidade tem sido a hipertrofia do aqui-agora e da diversidade. Só há uma saída, assumir a radical dialética entre eles. Procurar as sínteses e unificações necessárias sem negar a diversidade

A física atual, tida como principal parâmetro epistemológico da pós-modernidade, não abandonou seu projeto de construir teorias abrangentes e unificadas. Um dos nomes mais importantes da física atual: Stephen W. Hawking, descreve seu trabalho e o anterior de Einstein, como o de buscar uma teoria que unifique o campo gravitacional, o campo eletromagnético e os campos de forças nucleares,

...progredimos no sentido de descobrir teorias parciais que descrevessem uma extensão limitada de acontecimentos,...Ultimamente, entretanto, espera-se encontrar uma teoria completa, consistente e unificada que inclua, enquanto aproximações, todas estas teorias parciais, e que não precise ser adaptada para dar conta dos fatos. ( HAWKING, 1989 : 213)

A física de hoje não desistiu do conceito de lei científica e da procura de teorias unificadoras. Aprendeu a necessidade de respeitar a diversidade, a ambigüidade, as manifestações destoantes de suas teorias consensualmente aceitas e assume a possibilidade de mudá-las sem a profunda resistência de momentos anteriores. Há consenso na comunidade científica de que as “verdades” hoje aceitas não são imutáveis, forma como era vista a mecânica de Newton até inícios do século XX. Entretanto, não se rendeu à uma relativização total, como alguns defensores da pós-modernidade querem fazer crer. Esta procura das leis gerais, no seu embate com as realidades parciais rebeldes e heterogêneas, tem sido responsável pelos grandes esforços

teóricos que levaram ao crescimento da física enquanto ciência, pois esta não se contenta em ser um painel de teorias fragmentadas sobre fenômenos localizados.

É preciso ter claro, que o respeito a diversidade e a conseqüente rejeição do autoritarismo das teorias unificadoras, não significa deixar de lado a busca de projetos mais amplos. A física atual é um exemplo claro da potência criadora de uma radical dialética entre o particular e o geral, quando nenhum desses pólos é negado, ou super valorizado.

Sem dúvida, há uma certa convergência dos conceitos de Lyotard, sobre os “pequenos relatos” e as proposições sobre o novo papel da escola na sua relação com os novos atores sociais emergentes. Estes pequenos relatos, que já começam a acontecer, podem trazer os delineamentos de um novo mundo marcado por um novo conceito de justiça, a ser construído por milhares de pequenas histórias, a ser constituído em centenas de palcos que apresentam uma hegemonia difusa dos valores do sistema e correlações de forças mais favoráveis à instauração de um novo paradigma. Assim como, as preocupações de Foucault com as formas de opressão e dominação presentes no cotidiano, expressam facetas importantes das lutas atuais. No entanto, as estratégias de transformação social não estão dadas de antemão e não se esgotam nestas lutas locais. Dependerão fundamentalmente da crença de cada cidadão em si mesmo, na sua própria potência de se exercer como sujeito histórico coletivo. Ator de transformações imediatas, mas que se inscrevem, desde já, em um novo projeto de sociedade que negue o paradigma atualmente hegemônico.

A articulação dialética entre o local e o universal, o hoje e o futuro, o fragmento e o conjunto, o particular e o geral, o imediato e o projeto, a realidade e o sonho, precisarão constituir-se para formar o cerne da luta contra-hegemônica, de negação da desigualdade e da exclusão. O desfecho desta luta dependerá, fundamentalmente, da criação do intelectual coletivo capaz de resgatar o patrimônio intelectual da humanidade nos novos registros impostos pelo paradigma emergente. Temos, portanto, funções especificamente ideológicas e intelectuais, a serem exercidas de uma forma nova, radicalmente democrática.

Há uma importante discussão em curso, sobre a comparação e o significado social de sociedades orgânicas ou individualistas, questão que emerge com a superação do feudalismo pela revolução burguesa. O iluminismo nega as sociedades que se estruturam a partir de uma meta-legitimação mítica expressa, por exemplo, nas relações entre o sistema feudal e a igreja católica. Defende o contrato social entre cidadãos livres como instância legitimadora, sem recorrências

externas ou metafísicas. Thomas Mann em um dos seus tantos clássicos, *A Montanha Mágica* (1954), cria um debate entre um jesuíta, que defende valores medievais, e um professor italiano, defensor da modernidade, comparando os dois sistemas. A defesa do jesuíta procura mostrar a superioridade social do “coletivo orgânico” presente no feudalismo contra o individualismo burguês da modernidade : as pinturas murais sacras para todos e a apropriação individual dos *marchands*; as procissões envolvendo toda a comunidade frente a passividade individualista dos espectadores burgueses de teatro; a sensação de felicidade pessoal por pertencer a instâncias coletivas, com graus acentuados de solidariedade orgânica, e as manifestações de isolamento e angústia do individualismo possessivo e competitivo do mundo burguês. O professor italiano contrapõe, descrevendo as conquistas de autonomia, reflexividade, liberdade, progresso material e científico da modernidade. No entanto, mesmo tendo plena consciência sobre as formas de exploração e dominação medievais, ficamos com a sensação de que algo importante foi perdido. Não podemos deixar de sentir, nas reflexões do jesuíta, uma certa identidade difusa com valores coletivos perdidos. Esta equação delicada entre autonomia, liberdade e reflexividade individual, por um lado, e a constituição de atores coletivos e projetos unificadores que neguem o individualismo e o mercado, por outro, é um dos desafios à reflexão atual. Esta resposta só poderá se dar por **uma incorporação individual e altamente reflexiva de valores coletivos**. A afirmação clássica que define “ liberdade como conhecimento da necessidade” pode apontar caminhos para esta resposta. Mas temos que enriquecer o conceito de “necessidade” com parâmetros como os de desenvolvimento sustentável, da superioridade da solidariedade em relação a competição, da possibilidade de fruções pessoais mais intensas e gratificantes que o consumismo. A apropriação individual e reflexiva destes grandes parâmetros de forma ativa e transformadora poderia fornecer, às grandes maiorias, a unidade de propósitos necessária para a construção de **uma sociedade orgânica e articulada, mas que não fosse negadora da liberdade, da autonomia e da diversidade**. Não apenas no sentido clássico, psicanalítico, de que o conhecimento das necessidades geradas pela consciência do coletivo constrangeria a realização de ações desejadas, frustrando-as conscientemente, como uma espécie de superego repressor, mas no sentido de produzir encontros convergentes entre as necessidades subjetivas e estas exigências coletivas. Esta dicotomia entre o individual e o coletivo está impregnada da visão burguesa que vê a realização individual como negadora do coletivo, ou seja, esgotando-se

no campo do egoísmo e da exclusão. Nada indica que esta dicotomia não possa ser superada a partir de um paradigma de solidariedade.

Por todas essas razões é que a escola pública, na sua especificidade de aparelho ideológico, de atividade no campo simbólico e imersa na comunidade, caberá um papel fundamental. O que poderá dar a esta escola um caráter radicalmente novo, como oposição à sua instrumentalização ideológica pelo capitalismo, sob a forma específica ou não de neoliberalismo, não será apenas uma análise teórica do conteúdo de seus princípios pedagógicos. Precisaremos saber como estes princípios incorporam a praxis da sua relação com a comunidade, isto é, como fazer da vida intelectual da escola uma **parte** significativa do pólo de formulação ideológica dos explorados e excluídos. As novas propostas educacionais, no campo crítico e transformador, terão que incorporar esta questão como ponto de partida nas suas formulações. A escola pública poderá cumprir um papel significativo de participar do resgate, no novo paradigma, do patrimônio cultural da humanidade e das formulações de generalização e unificação de bandeiras e projetos maiores de sociedade. A escola, exercendo estas funções, passaria a ser parte do intelectual coletivo, isto é, do Partido, como expresso por Gramsci

A ideologia transformadora tem a seu favor o fato de ser capaz de dar conta dos desafios da realidade, fortalecendo a sua legitimação; mas tem, contra ela, a tarefa de lutar contra uma outra ideologia já elaborada, estabelecida e reafirmada, constantemente, pelos aparelhos de produção e reprodução ideológica do sistema. O seu maior desafio está em avançar no processo de elaboração prática e teórica do novo paradigma, bem como neutralizar, ou até inverter, se possível, o papel dos aparelhos de reprodução ideológica.

Entre as matrizes de formação de valores e visão do mundo, a mídia, principalmente a televisiva, ocupa hoje um importante papel. Mesmo sem entrar na questão de objetivos ideológicos e específicos de quem detém o poder sobre ela, ou sobre seus elementos estruturais de pasteurização, massificação e conformismo, a mídia apresenta a necessidade de disputar audiência para garantir seus anunciantes. Essa característica já significa um compromisso antecipado em produzir catarse com o telespectador da forma possível, isto é, reproduzindo os valores ideológicos já presentes e que apontam para a manutenção do sistema, ou seja, sem produzir “ruídos” como dizem os comunicólogos. Por outro lado, diferentemente da escola pública que vive, hoje, um processo de conquista de autonomia e tem uma correlação de forças diversificada na definição de seus caminhos e produção de seus conteúdos, a mídia televisiva

apresenta um alto grau de concentração de poder político e econômico na definição de suas diretrizes e princípios de atuação. Isto significa que a neutralização, ou a inversão do papel ideológico da mídia pela sociedade civil, exigirá a elaboração de estratégias específicas e, provavelmente, uma outra correlação de forças no conjunto da sociedade.

Um outro segmento que vem ocupando um papel de crescente importância na formação de valores de parte da nossa população são as novas igrejas pentecostais e carismáticas. Proliferam nas periferias os “cultos” que estabelecem um cerco cerrado sobre o comportamento e os valores e comportamento dos “fiéis”, cujas vidas passam a girar em torno da igreja e de seus pastores, inclusive em termos políticos e eleitorais. Na maioria dos casos, esses segmentos incentivam uma submissão política que desestimula a prática cidadã. A profunda crise de valores e identidade, somadas ao desencanto com a vida de grande parte da população, facilitam essas formas de apropriação da “alma” e do “dízimo” de grandes contingentes populares. Sem discutir ações específicas, que fogem aos objetivos deste trabalho, ou possíveis necessidades metafísicas, acredito que a ampliação da reflexividade e a retomada da esperança e da dignidade pessoal, conquistadas nas lutas sociais, poderão negar ou transformar as práticas dessas igrejas.

A escola pública, pelas características que hoje tem, atuando junto à base social e apresentando correlações de forças difusas e descentralizadas nas unidades educacionais em processo de autonomia, poderia inaugurar, desde já, novas dinâmicas que poderiam constituir uma arena privilegiada para combater as formas de reprodução ideológica do sistema. Dizer que a escola poderia ocupar este papel significa também dizer que hoje isto não ocorre, ou que ocorre de forma incipiente. Enquanto a mídia representa um espaço privilegiado de representação do mundo atual, a escola se constitui, majoritariamente, em espaço burocrático e distante da realidade. Ela é o local para se buscar alguns instrumentos formais e de conteúdo para enfrentar as exigências do mercado de trabalho, acabando por ocupar um papel secundário na construção desta representação do mundo. No entanto, nas novas orientações educacionais e na nova função proposta para a escola, configuram-se possibilidades reais de inversão deste papel, levando-a a ocupar um espaço decisivo, dentro de suas características próprias de atividade intelectual, no processo de luta ideológica.

Esta proposta de construção de um novo mundo e de uma luta contra-hegemônica associada a ele aponta o ideal utópico de toda uma sociedade constituída de cidadãos-práticos-intelectuais, o sonho do jovem Marx, rompendo não só com a desigualdade material, mas,

também, com a divisão entre os “decisores” e os “passivos”. Propõe cidadãos que, ao elaborarem suas trajetórias locais, configuram, simultaneamente, o conjunto do sistema, invertendo o movimento tradicional. Neste caso, seu caráter utópico não é uma mera ficção imaginária, mas ocupa o papel de um guia atual para a ação emancipatória, um norte social e político para os novos atores em formação, ou seja, um paradigma orientador de busca da justiça e da igualdade. O importante é que esta utopia, este projeto de uma nova maneira de ser dos homens e da sociedade seja inscrita no aqui e no agora, que produza novos homens, atitudes e valores, cujo crescimento seja visível a cada instante e não como tarefa a ser postergada para o momento futuro de uma pós-revolução. A ação política de cada momento, de cada local, tem que explicitar a constituição destes novos cidadãos, expressa no crescimento da capacidade crítica e da reflexividade individual de cada um. O que se coloca como condição necessária para que possam reconhecer a exigência da constituição de **sujeitos coletivos**, como atores imprescindíveis para a mudança da história e, quem sabe, pela redescoberta de parte constitutiva de seu substrato antropológico, negado pelo individualismo, mas que valeria a pena desenvolver

Acreditamos poder afirmar, sem voluntarismo, que temos um quadro de possibilidades reais para a emergência de uma nova dinâmica de transformação social. Vivemos uma profunda crise de legitimidade do sistema tradicional, dada sua incapacidade de dar conta dos desafios do mundo atual e das novas exigências que começam a se formular. Divisamos novos atores sociais que, graças ao seu lugar na sociedade, têm condições objetivas de enfrentar estes desafios, criando um mundo novo para toda a humanidade.

Esta dinâmica, no entanto, terá que se dar em um cenário transnacional de luta ferrenha entre diferentes propostas de hegemonia, uma luta simultaneamente material e ideológica, cujo desfecho não está dado antecipadamente, nem o custo social do percurso até ele. Minha percepção é que a forma de ser de uma nova escola pública poderá ter muito a ver com esta trajetória e seu possível desfecho.

## CAPÍTULO IV: A ESCOLA ATUAL

*Se você gritasse,  
se você gemesse,  
se você tocasse  
a valsa vienense  
se você dormisse,  
se você cansasse,  
se você morresse,  
Mas você não morre,  
você é duro, José!*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

O ensino público médio e fundamental vive um momento de profunda crise no Brasil. Não corresponde a nenhum dos papéis que o sistema hegemônico ou a sociedade dela poderiam esperar. Não consegue ser uma fonte importante de reprodução dos valores estabelecidos, no sentido de legitimá-los, e não convence como formadora eficiente de mão-de-obra para as necessidades do mercado. Cumpre com dificuldade o papel de criar a ilusão de igualar as oportunidades de ascensão social para todos. Funciona, ainda, como símbolo formal de não exclusão para obtenção de um mínimo de *status* e pela possibilidade potencial, cada vez menos realizada, de facilitar o acesso ao mercado de trabalho. É sintomático que a constatação desta crise seja consensual para os mais diversos segmentos sociais.

A política do “Estado de Bem Estar”, construída como resposta à soma das pressões dos movimentos sociais emergentes, das novas necessidades do mercado de trabalho geradas pelo crescimento econômico do pós-guerra e pelo desenvolvimento tecnológico, legitimou, como valor básico, a universalização do acesso à escola fundamental, criando um fato absolutamente pioneiro na história mundial. Por isso, temos hoje, pelo seu público, uma escola com características absolutamente novas. Antes, sua função básica, com acesso restrito, era apenas preparar os filhos da classe dominante e dos setores médios passíveis de cooptação para o bom funcionamento do sistema vigente. Este processo de universalização, inaugurado no *boom* econômico da década de 50, nos países de primeiro mundo, começou a estender-se para o resto

do planeta mais recentemente, coincidindo, no Brasil e outros países do Terceiro Mundo, com a crise econômica e ideológica do Estado provedor deflagrada pelo neoliberalismo. Constituiu-se um cenário marcado pelo avanço tecnológico excludente de mão-de-obra e pelas conseqüências nefastas de desigualdades crescentes, criando-se uma profunda contradição entre as expectativas geradas pela ampliação do acesso à escola e a incapacidade do sistema em satisfazê-las.

No fim da década de 60 e durante a década de 70, em pleno regime militar brasileiro, as orientações educacionais oficiais absorviam as tendências em curso no mundo, no sentido de ampliar o acesso à escola fundamental. Buscavam implementar um ensino estreitamente profissionalizante como resposta às necessidades de desenvolvimento do país, que se caracterizava, então, por altos índices de crescimento da economia e da oferta de empregos, o denominado “milagre brasileiro” que teve seu ápice durante o governo Médici. Projeto educacional natimorto, dada sua inadequação aos novos ventos provenientes do acelerado desenvolvimento tecnológico que começava a exigir, dos novos trabalhadores, um nível de formação mais ampla e exigências de flexibilidade funcional e, também, pelas mudanças na economia mundial que, a partir de 74, indicava uma diminuição das taxas de crescimento econômico com suas conseqüências sociais de ampliação do desemprego, erodindo as bases de sustentação do próprio regime militar.

O processo rápido de ampliação do acesso à escola, para as populações de baixa renda, criaram desafios absolutamente novos, desorganizando a escola e a formação de professores, confundindo os valores e a visão pedagógica cristalizada dos agentes educacionais da rede pública. A manutenção dos padrões educacionais tradicionais, com seus sistemas rígidos de currículos, seriação e métodos de avaliação, produziam, nas periferias e no campo, altíssimas taxas de evasão e reprovação, colocando em discussão a própria razão de ser da escola. A democratização do acesso à escola pública trazia, com seu novo público, novos valores culturais e padrões de comportamento e linguagem, sem que estivesse preparada para isso. As situações sociais de exclusão passavam a penetrar a vida da escola, acompanhando seu novo contingente de alunos egressos das periferias, rompendo com seus antigos parâmetros cuja referência eram as formas mais homogêneas da vida e dos padrões culturais das elites e setores médios. Minha conclusão, que se defronta com interpretações que vêem nessa escola um projeto consistente do sistema neoliberal, é que se produziu uma profunda desorganização da escola pública e do seu



discurso legitimador clássico, transformando-a num aparelho ineficiente, levando os setores médios à buscarem, nas escolas particulares, a eficiência educacional perdida.

Não se realizaram temores de que o neoliberalismo implantasse, no Brasil, um projeto pedagógico consistente, isto é, criando duas escolas: a de melhor nível e qualidade para a elite e uma outra escola, com patamares qualitativos mínimos, destinados aos trabalhadores desqualificados. A tentativa de visualizar este projeto, pela comparação entre os níveis de qualidade das atuais escolas públicas e privadas, incorre em alguns erros de princípio. Essa proposição implicaria atribuir às escolas privadas, um selo garantidor de qualidade e nível, o que é muito discutível. Além disso, seria simplismo atribuir as dificuldades atuais, para se construir uma escola pública de qualidade para as maiorias, à uma política consciente e estratégica de afunilamento de recursos e de diminuição deliberada de “qualidade” da escola pública. Na verdade, constatamos o inverso, isto é, uma ampliação crescente de recursos públicos para a educação fundamental, nos últimos anos, e uma preocupação claramente presente com a melhoria de sua capacidade educadora. Parte importante do problema reside na dificuldade de se formular e implementar propostas que enfrentem o desafio de proporcionar uma educação consciente e cidadã para estas maiorias, a partir da sua realidade de exclusão e dos parâmetros socioculturais que elas hoje vivem. Esse é o grande desafio que teremos de enfrentar, a menos que se queira primeiro criar uma sociedade igualitária e só depois criar a escola para as maiorias. Nesse caso, realmente, não há nada a fazer quanto à educação.

Portanto, as dificuldades de criação de uma nova escola, crítica e cidadã, não se originam, hoje, de uma oposição cerrada e sistemática do sistema institucional, mas nas próprias dificuldades encontradas para a produção intelectual de propostas pedagógicas consistentes e nas resistências de alguns segmentos sociais, como pais de alunos e professores, para sua implementação. Com a municipalização crescente do ensino fundamental e a crescente autonomia das unidades escolares, a negociação sobre políticas educacionais passa para o âmbito municipal e comunitário, permitindo a presença de diversas experiências críticas e progressistas como as da “Escola Cidadã”, discutidas e analisadas pelo Instituto Paulo Freire.

Uma proposta consistente e institucional do neoliberalismo para a formação de duas escolas diferenciadas, uma para o povo e outra para as elites, teria que se traduzir em orientações educacionais claras e na aplicação de torniquetes econômicos para as “escolas dos pobres”. Na

análise realizada por Miguel G. Arroyo, em 1986, de experiências educacionais acontecidas da primeira metade da década de 80, este temor está presente.

Não são as carências, a pobreza material e intelectual .....que levam a uma pedagogia do pobre, mas é o destino de classe – futuros pedreiros, bóias frias, empregadas domésticas, proletários – que justifica a sua não escolarização ou uma escolarização mínima, empobrecida.....Por traz do ideário pedagógico dominante, há uma opção de classe.....fornecendo base teórica às propostas de escola para o povo.....Foi e continua a ser um instrumento de reprodução de classes sociais ( ARROYO, 1991 : 31).

A realidade atual do sistema educacional não apresenta sinais de uma implantação articulada dessa estratégia, nem pela limitação de verbas, nem pela implantação de políticas educacionais dirigidas, sistematicamente, para esse objetivo, rebaixando a função formadora da escola à treinamentos para trabalhadores braçais. Temos uma realidade bem mais complexa, com a predominância intelectual de orientações educacionais progressistas, mesmo em órgãos oficiais, que expressam dificuldades em transitar para a realidade, devido a presença de resistências conservadoras à mudanças que envolvem a própria sociedade civil e da perplexidade natural frente aos novos desafios. Mas, não podemos deixar de constatar que existem espaços abertos para a presença de propostas educacionais efetivamente transformadoras, como a “Escola Cidadã” demonstra, não se configurando, como já afirmamos, uma cerrada oposição institucional à esses projetos.

O discurso neoliberal não conseguiu produzir um desdobramento consistente no nível de propostas próprias para a escola pública, assim como não tem conseguido elaborar propostas para o conjunto das questões sociais. Seu discurso encontrou uma ampla audiência no campo propriamente macroeconômico, onde exerceu, por décadas, um papel hegemônico que hoje já começa a ser contestado, mas viveu, concomitantemente, um permanente processo de contestação quanto aos seus desdobramentos no campo social. Esta dificuldade expressa a contradição entre as necessidades de um mercado que exige mão de obra com maior qualificação e flexibilidade e o simultâneo crescimento da exclusão de grandes contingentes desse mesmo mercado. Sua proposta explícita, como tendência lógica, seria a de produzir centros educacionais de excelência para uma parte mais elitizada da população e tratar o “resto” como peso morto, isto é, neutralizá-lo com o menor custo econômico possível, além de estimular a privatização da escola. Estas políticas seriam coerentes com seu discurso que prega o enfraquecimento do Estado e a

diminuição dos gastos com políticas públicas. A consequência prática desse discurso deveria ser a manutenção de cursos profissionalizantes baratos que funcionariam como ilusão da possibilidade de acesso a um mercado cada vez mais exigente e excludente e que, cada vez mais, deixa menos lugar para os trabalhadores desqualificados. A grande dificuldade é que esta ilusão não tem como conviver com os graus, simultâneos, de exclusão e exigências de qualidade do mercado atual, o que inviabiliza o papel esperado da escola de neutralizar as tensões sociais.

No nível de privatização do ensino, não se apresentam, no Brasil, iniciativas de ampliação de escolas particulares financiadas pelo dinheiro público, como ocorreu no Chile.

Na verdade, o projeto do neoliberalismo não sabe o que fazer com a exclusão social crescente, com as exigências de universalização do acesso à saúde e à educação, com a sobrecarga dos sistemas previdenciários, intensificados pela mesma exclusão e pelo desemprego e com a falta de legitimação crescente de seu discurso, que aponta um mundo melhor para todos através do mercado. Por isto mesmo, o discurso “puro” do neoliberalismo sempre foi um modelo teórico, cuja aplicação teve que ser negociada nas condições concretas de cada país, dependendo de suas taxas de crescimento econômico, tendo que levar em conta as formas específicas das conquistas populares anteriores e a intensidade das resistências político-sociais e, por isto mesmo, assume graus diferentes em diferentes países

Apesar do alerta de Atílio Borón, citado no capítulo anterior, de que a exclusão crescente poderia levar “a sedução de soluções autoritárias”, não se configuraram, até agora, espaços institucionais para soluções de natureza ditatorial. O autoritarismo centralizador deslegitima-se enquanto eficácia administrativa, dadas as exigências intrínsecas de descentralização para o enfrentamento consequente dos problemas emergentes da globalização e das sociedades de massa. Podemos constatar, nos países de terceiro mundo, que não apresentam confrontos religiosos ou étnicos explícitos, como é o caso do Brasil, que as forças armadas, sustentáculo e atores diretos da maioria das rupturas autoritárias, passam por um processo de diminuição de sua importância social. Isso expressa-se na diminuição de seus efetivos, na designação de verbas públicas cada vez menores para seus aparatos, nos baixos salários de seu oficialato e na diminuição da importância de seu papel simbólico e repressivo, condições impostas pelo pragmatismo das políticas de mercado que exigem diminuição dos investimentos públicos em estruturas improdutivas. Da mesma forma, o fim da bipolarização do mundo e as novas condições mundiais levaram a minimização das propostas e práticas de ruptura revolucionária,

que perdem espaço para estratégias de reformas paulatinas e de aprofundamento da cidadania. Os partidos de esquerda e os movimentos populares deixam de ser vistos como possíveis inimigos revolucionários do sistema. Os inimigos visíveis passam a ser a violência criminal e o narcotráfico, cuja repressão vai se dar no âmbito de polícias federais e não do exército, a não ser em situações limite, como na Colômbia, ou no caso das fronteiras nacionais. Movimentos sociais mais agressivos, como os “Sem-Terra” brasileiros, apesar de momentos localizados de confronto, tendem à políticas de institucionalização e negociação, o que é condição para o seu não isolamento político. A exclusão social tem gerado mais manifestações de violência anômicas e desorganizadas do que atuações coletivas e o sistema não perdeu totalmente a capacidade de gerar políticas mitigadoras. Estas constatações apontam para um esvaziamento, em termos de espaço político-social, para possíveis soluções autoritárias como estratégia atual do sistema hegemônico.

Caracterizar diferentes governos como Blair, Clinton, FHC e outros como assemelhados e rotulá-los de forma genérica, como neoliberais, não nos permitirá apreender as especificidades e as diferenças entre eles, assim como teremos dificuldade em perceber discordâncias manifestas, de parte de suas ações, com princípios do discurso teórico do neoliberalismo. Convivemos, hoje, com misturas complexas entre o discurso neoliberal e práticas social-democratas, decorrentes da conquista de direitos sociais que não podem ser simplesmente abandonados. Ouvimos, frequentemente, o discurso de defesa do mercado associado à defesa da ampliação dos direitos sociais e a necessidade de buscar formas para mitigar as políticas de exclusão que este mesmo mercado provoca, seja no plano de cada nação, seja no plano internacional. O sistema do capital, que sempre necessitou de massas incultas para explorá-las, seja na alienação mecânica das linhas de produção, seja na ampliação dos contingentes de bóia-frias no campo, passa a não ter mais função produtiva para grande parte desses contingentes e, conseqüentemente, não sabe o que fazer com eles. Ao mesmo tempo, precisa responder, por questão de sobrevivência, às demandas sociais e às conseqüências nefastas da exclusão. Este conjunto de questões, remetido à escola pública traduz os mesmos impasses e contradições – quadro que acaba por se expressar na falta de políticas neoliberais claras para a educação das majorias, isto é, na ausência da elaboração de projetos educacionais sistematizados que sejam capazes de se opor à possíveis propostas de origem progressista.

Conceitos como os de cidadania restrita, presentes no liberalismo clássico, não passaram incólumes, nos séculos XIX e XX, pelas lutas políticas e pelas conquistas de direitos sociais capitaneadas, quase sempre, por movimentos e partidos inspirados no socialismo. A consciência de uma cidadania que se expressa por direitos sociais, penetrou profundamente a cultura mundial, com hegemonia no conjunto da população e não apenas nos excluídos, criando imensas resistências à uma possível volta para as condições de vida anteriores. Tal recuo só seria possível dentro de uma total anomia, desalento e incapacidade dos movimentos populares em elaborar estratégias mínimas de intervenção política, caminhando passivos para o campo da criminalidade e para o matadouro da generalização da fome e das doenças, o que me parece extremamente improvável. Só um mundo “orweliano”, baseado na extrema repressão, na “bestialização artificial” e na eliminação física dos “inúteis”, seria capaz de estabilizar socialmente um mundo como esse. Não me parece um mundo plausível fora da ficção.

Estas razões, somadas à globalização em todos os campos, à emergência das sociedades de massa e ao desenvolvimento tecnológico, levam o sistema político atual a ter que conviver com bandeiras de direitos sociais, cidadania, participação e descentralização. Bandeiras que apresentam condições de inserção em uma linhagem socialista, por mais que o sistema vigente tente delas apropriar-se. Sua radicalização levará à própria negação do capitalismo, estratégia transformadora que se legitima ainda mais ao constatarmos que o sistema hegemônico demonstra profundas dificuldades, práticas e teóricas, em opor-se frontalmente à essa radicalização. “A viabilidade da superação da ordem do capital é função de uma radical democratização da vida econômica, social e política”. ( NETTO,1993 :73)

Estas contradições e fragilidades do sistema levaram a uma presença significativa de propostas educacionais que se afastam de um possível modelo excludente e consistente com o ideário neoliberal. Com o fim do regime militar brasileiro, após um vácuo de orientações institucionais no campo da educação, estas novas propostas começaram a ganhar espaço. Procuravam adequar-se à complexidade maior das novas exigências produtivas e estabeleciam como prioridades, além da universalização do acesso à escola fundamental, a necessidade de uma preparação do aluno para a cidadania e a democracia – orientação que se cristalizou nas propostas atuais do MEC, a partir de sua inclusão na nova L.D.B.( Lei de Diretrizes e Bases) aprovada pelo Congresso Nacional. Firmavam-se posições que visavam buscar um compromisso

da escola com a manutenção do aluno dentro dela, neutralizando a evasão e visando um crescimento intelectual efetivo desse aluno, a partir de seus pontos de partida pessoais e concretos, mas sem limitar o seu ponto de chegada em níveis inferiores e empobrecidos.

No plano das orientações ideológicas, propunha-se que a escola deixasse de ser uma proposta única e cristalizada, diplomando apenas aqueles que se adaptavam aos seus conceitos e valores consagrados, calcados em sistemas rígidos de avaliação. A nova escola teria que se constituir a partir da crescente autonomia das unidades educacionais, formulando propostas curriculares e de avaliação com a participação da comunidade e elaborando propostas pedagógicas que partissem das realidades sociais e culturais específicas dos alunos. A proposta de “Escola Cidadã” como defendida por Eustáquio Romão (1997), elaborada a partir do “Instituto Paulo Freire”, em termos de conteúdo pedagógico e formas de gestão da escola, expressam a presença destes novos modelos de educação.

O próprio sistema hegemônico detecta a ineficiência de ações burocráticas e centralizadas, defendendo políticas de participação comunitária, autonomia e descentralização. Visa buscar algumas formas perdidas de eficiência administrativa e formas mitigadoras da exclusão. Com isto, abdica, por falta de alternativa, de formas mais rígidas de controle ideológico, questão que aparece com profunda nitidez na escola, já que esta se caracteriza por sua função nitidamente ideológica ao operar valores simbólicos responsáveis pela formação da subjetividade dos alunos

O sistema não tem escolha, senão trabalhar no fio da navalha, tendo que assumir bandeiras que, radicalizadas, no sentido marxista de ir às raízes, de extrair delas o seu âmago, criam contradições absolutamente antagônicas, constituindo-se em negação do sistema hegemônico. Por outro lado, quando falamos do Estado burguês, é preciso ter claro que não ocorre a sua ocupação em bloco por decididos conservadores e neoliberais convictos. A variedade de resultados dos processos eleitorais e a irradiação ideológica da justiça dos direitos de cidadania estão presentes na composição de segmentos significativos dos formuladores e executores de políticas públicas que, muitas vezes, se contrapõem, ética e politicamente, ao crescimento da exclusão.

Os conceitos emergentes de participação comunitária, cidadania, ação local, descentralização, desenvolvimento sustentável, flexibilidade e criatividade no trabalho, diversidade, podem ser recuperados para uma perspectiva revolucionária, pela sua radicalização,

pela construção de um paradigma de solidariedade e justiça social que dê a eles um sentido social e histórico amplo, delineando uma nova sociedade que seja oposta à atual. As características próprias que passam a se manifestar, nesse novo processo de lutas sociais, com seus novos atores, geram uma configuração específica absolutamente nova, uma confluência particular de propriedades que criam condições efetivas para que a escola pública, pela primeira vez, possa vir a ocupar um lugar histórico extremamente significativo no processo de transformação social. Esta situação decorre da necessidade de ampliação da “reflexividade” no sentido apontado por Giddens, da exigência do exercício criativo de novas formas de governabilidade e do conseqüente crescimento da importância da luta ideológica.

Grande parte das novas propostas educacionais traduzem, em comum, a tentativa de ocupar os espaços institucionais e políticos que se abrem, referenciando-se explicitamente em um paradigma crítico de compromisso com a transformação social, como as propostas inspiradas em Paulo Freire, Joe Kincheloe e Edgard Morin. As orientações intelectuais e formulações teóricas deste campo, até por falta de uma oposição sistemática, manifestam, hoje, uma grande preponderância. Propõem a necessidade de um ensino crítico voltado ao mundo real, inter e transdisciplinar, respeito à diversidade, que tenha como ponto de partida a comunidade com seu cotidiano e que incorpore um claro compromisso ético e político. Ivani Fazenda descreve bem este novo clima.

Há tempos, empreendi uma ampla revisão histórico-crítica dos estudos clássicos sobre interdisciplinaridade. Concluí que, entre as principais preocupações dos anos 70, destacavam-se as de natureza filosófica; nos anos 80, a diretriz mais marcante foi a sociológica e, nos anos 90 caminha-se para um projeto antropológico para a educação. Formar professores com base no cotidiano de suas práticas e rotinas ...Conceitos pouco explorados na educação – como ética, estética, memória e temporalidade – já fazem parte do universo discursivo e de pesquisa da interdisciplinaridade. Altera-se com isto o macroconceito do que é ser professor, que passa a ser analisado sob a égide da ambigüidade, da ruptura, dos pontos de inflexão. ( FAZENDA, 1998: 7)

No entanto, estas novas mudanças e orientações, encontraram uma estrutura educacional estabelecida que assiste a emergência das novas propostas, respondendo, muitas vezes, com imobilidade, inércia e um certo apego aos conceitos pedagógicos tradicionais com a qual tinha sido formada. A reação às novas políticas acontecem como uma reação inercial difusa da tradição, dos costumes enraizados e da resistência à mudanças e não como uma possível reação

articulada do sistema hegemônico. Esta resistência emerge dos próprios professores e profissionais da educação e, em escala menor, dos próprios alunos e suas famílias, ou seja, da própria base social e não do sistema de poder estabelecido. Na verdade, temos uma esdrúxula combinação entre instâncias institucionais como o MEC, as secretarias estaduais de educação e o próprio Congresso que abriram espaços para as novas orientações, tendo que contrapor-se às resistências conservadoras e inerciais da base social expressas por profissionais da educação e pela própria clientela da escola.

A conseqüência dessa interação das tentativas de implantação dos novos projetos educacionais enfrentando resistências difusas e desarticuladas, somadas ao desafio da incorporação escolar consistente das maiorias, tem se manifestado por uma crescente inadequação e falta de identidade do processo educacional, resultando uma escola marcada pela sua ineficiência, que se expressa na falta de resultados práticos e orientações claras. Como já assinalamos, a escola transformou-se apenas em um instrumento formal propedêutico, ou como canal de não exclusão formal de possíveis ofertas de emprego. O ensino fundamental nas escolas públicas das periferias cumpre, com dificuldades, uma função meramente alfabetizadora e socializadora, procurando proporcionar informações básicas para o convívio profissional e social mínimos exigidos pelo sistema, o que é pouco frente ao que a sociedade e o próprio sistema poderiam esperar da educação.

Este quadro empobrecido, insistimos, não resulta de uma política deliberada das elites. Esta seria uma explicação fácil para diluir a responsabilidade e a tarefa posta para os segmentos progressistas da sociedade. Deriva das dificuldades para se conseguir uma tradução das orientações teóricas das novas propostas em termos de sua operacionalidade nas situações concretas de vida das maiorias excluídas. Mas, além disso, expressa as dificuldades para que estas propostas se adequem ao quadro real dos professores que temos, partindo de sua realidade concreta, de sua formação, cultura, linguagem e valores. Este quadro também resulta da ausência de setores progressistas e organizados da sociedade civil em participar sistematicamente deste debate, da sua presença ainda incipiente na prática e na luta política para implantação das novas propostas. Como exemplo, a administração de Marta Suplicy, na cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, tem sido omissa quanto a implantação de um projeto pedagógico progressista, o que não tem produzido nenhuma crítica sistemática, seja do seu partido, seja das entidades de professores.



Tudo isto, no entanto, não consegue impedir a presença localizada de propostas educacionais mais avançadas, constituídas a partir de algumas administrações municipais progressistas, em função do grau de liberdade adquirido com a municipalização da educação. Analisaremos algumas destas experiências no próximo capítulo.

A corrida ao terceiro grau, intensificada com as novas exigências do mercado produtivo, gerou uma proliferação de faculdades de baixa qualidade, incluindo as de educação e cursos de magistério. Na maioria destas instituições as orientações teóricas e os autores adotados pertencem ao campo progressista, mas os novos professores encontram dificuldades para assimilá-los na sua prática educacional. Estes, correram às faculdades em busca de uma oferta de emprego em expansão, pois, apesar da baixa remuneração, a profissão de professor tem a “virtude rara” da possibilidade de emprego, dada a expansão acentuada, nos últimos anos, da rede pública e privada de ensino.

Por outro lado, grande parte dos cursos de reciclagem e atualização dos professores já formados, visando a assimilação das novas orientações educacionais, têm-se caracterizado pela formalidade e superficialidade. Repassam os novos princípios formais da LDB, mas têm dificuldade em conseguir que os professores incorporem as exigências dos novos saberes necessários ao exercício prático do trabalho pedagógico. Incorporar conceitos como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, cidadania, contextualização, formação crítica e reflexiva, compromisso ético e buscar pontos de partida nas realidades específicas, exigem toda uma reformulação da formação intelectual geral e visão de mundo, seguindo-se a necessidade, nada trivial, do seu reatamento n conteúdo das matérias específicas. Estamos longe de propostas de cursos de requalificação, com seu correspondente material didático, que sistematizem e incorporem essas necessidades, levando em conta o nível de formação dos atuais professores e o perfil dos alunos que hoje ocorre a escola pública. Este é um campo que exige pesquisa e trabalho pedagógico a ser realizado por equipes multidisciplinares visando a elaboração de propostas conseqüentes.

Um outro lado da questão, consiste em enfrentar o desafio de uma incorporação pedagógica, com qualidade de aprendizado, das maiorias exploradas com seus problemas culturais e sócio-econômicos. Não adianta iludir-se com um “messianismo basista” que não enxergue as dificuldades de acesso a um patamar intelectual maior provocado pelas condições deterioradas de vida destas maiorias, sejam elas causadas pelas condições diretamente materiais,

como subnutrição ou necessidade de trabalhar, seja pela falta de convivência com um vocabulário mais amplo e com raciocínios abstratos. Paulo Freire tem uma importante contribuição neste nível, só que ainda com um grau baixo de sistematização para cursos que não visem a alfabetização de adultos em momentos de intensa mobilização política, que foram o principal caldo de cultura das experiências freireanas, questão que será melhor discutida no próximo capítulo. Este é um dos eixos de discussão e formulação que começa a ser realizado pela “Escola Cidadã”.

Não é factível esperar que a maioria dos atuais professores do ensino fundamental e médio, com a formação deficiente e tradicional que a maioria deles hoje têm, possam incorporar, no seu trabalho de classe e nas matérias específicas, as novas orientações educacionais, sendo capazes de construí-las a partir da linguagem e cotidiano dos alunos, com os cursos de requalificação e de formação pedagógica que hoje temos. O professor e seus alunos teriam que passar da condição de transmissores e receptores passivos de conhecimentos estabelecidos para a desafiante condição de “produtores de conhecimentos”.

De qualquer forma, a presença das novas orientações, a chegada dos novos contingentes de excluídos e o irreversível processo de autonomização da escola atingem frontalmente as estruturas educacionais tradicionais, causando perplexidade e reações imobilistas, ao lado de tentativas apressadas de adaptação. Enfim, estabeleceu-se uma profunda confusão onde, antes, reinava a clareza e a ordem. A municipalização e a descentralização do ensino, somadas à crescente autonomia das unidades escolares, seja administrativa, financeira, curricular ou pedagógica retiram, progressivamente, as sólidas bases de sustentação das práticas anteriores, desarvorando os apegos conservadores e criando uma certa sensação de caos a que as novas orientações ainda não conseguiram responder adequadamente.

Na verdade, temos a manifestação do enfraquecimento da autonomia e da capacidade de legitimação do Estado expressas na escola pública como uma de suas instituições. A perda de eficácia das estruturas centralizadas desse Estado frente às sociedades de massa e a sua perda de autonomia, decorrentes do seu desmonte e da globalização, permitem a intensificação da luta ideológica no seu interior que, no caso da educação, abre espaços concretos para o fortalecimento de propostas críticas. Por outro lado, as mudanças dos palcos de decisão e de execução das propostas educacionais, deslocados para cenários mais localizados, em que ocorrem correlações

de forças mais difusas, permitem a multiplicação das intervenções de baixo para cima que poderão vir a ser permeadas pela ótica das maiorias.

Cabe observar que os canais tradicionais de ação política da sociedade civil têm demonstrado, também na questão educacional, sua inadequação ideológica e orgânica aos novos tempos. Enquanto as orientações progressistas, provenientes em grande parte da área acadêmica, conquistavam espaços nos aparatos de decisão do MEC e nas secretarias estaduais de educação, as centrais sindicais, o Partido dos Trabalhadores e as entidades sindicais do professorado enredavam-se em seus compromissos oposicionistas-institucionais e corporativos, colocando-se de forma principista contra a municipalização e a própria autonomia da escola, o que é diferente de se colocar contra a forma autoritária como foi realizada por grande parte dos governos estaduais. A maioria dos partidos e entidades não entenderam a municipalização como uma necessidade irreversível dos atuais processos de descentralização, das novas características de governabilidade e como condição necessária para se criar um processo de luta contra-hegemônica a partir da base social e da radicalização democrática. Deixaram de prestar uma importante contribuição para a transformação crítica da escola, omitindo-se de uma participação maior nas discussões sobre as formas de implantação da municipalização e descentralização, sobre os conteúdos e formas de implantação das novas propostas educacionais e sobre a redefinição de conteúdos curriculares, projetos pedagógicos e gestão da escola.

Aos professores, responsáveis por parte significativa da formação ideológica da sociedade, cabe uma ação que, sem negar direitos corporativos, seja capaz de transcender-se como categoria profissional, discutindo sua identidade ideológica e seu papel social. Aliás, a orientação atual das centrais sindicais, nas suas novas orientações e programas, decorrentes da sua perda de poder de representação nas lutas econômicas, têm sido a proposta de enfrentar outras questões que transcendem sua ação corporativa. Incluem, entre outros, a educação como um dos seus temas, razão pela qual ressaltamos, com maior veemência, a ausência dessas centrais nas discussões recente sobre as novas orientações do MEC, expressas na LDB e nos novos parâmetros curriculares.

Um componente fundamental na questão da rejeição a municipalização, tem sido a avaliação do papel político de lutas “locais”, vistas como “localistas” ou “comunitaristas”, isto é, como incapazes de se incorporarem a um conceito mais amplo de classe ou de transformação social. Nos capítulos anteriores tratamos da importância da retomada das lutas locais na

perspectiva de transformação social. Quanto a municipalização, a justiça evidente das reivindicações corporativas dos professores não pode neutralizar a importância da discussão sobre projetos pedagógicos e conteúdos de ensino, assim como a “pulverização de padrões”, por dificultar a unificação corporativa da categoria, não pode ser um argumento definitivo contra a municipalização. Eustáquio Romão na sua “*Dialética da diferença*” analisa com clareza este debate, apontando os equívocos de críticas desenvolvidas contra a municipalização da educação.

...porque imperaram uma certa miopia acadêmica e um temor corporativista. A primeira decorreu de uma referência a lutas anteriormente travadas no Brasil, entre privatistas ( defensores do localismo) e os defensores do ensino público; a segunda, certamente ganhou força pela *municipalização selvagem* adotada por governantes estaduais. Os integrantes da primeira esqueceram-se de que a história não se repete.... não há como os arautos da iniciativa privada obterem o apoio dos municipalistas para suas pretensões educacionais mercadológicas. Os outros, em luta aberta com seus padrões , especialmente pelo fracasso de suas políticas salariais.....abriram baterias contra a municipalização do ensino fundamental ( ROMÃO, 1998 :185)

Os movimentos sociais e entidades populares começam a estabelecer relações com as unidades escolares das periferias, desenvolvendo ações que apontam para uma transformação do papel da escola. Por outro lado, os próprios educadores, paulatinamente, começam a se sensibilizar com os novos desafios procurando achar novos caminhos que dêem sentido a sua prática educacional.

As comunidades e os movimentos sociais locais têm se dado conta que a escola é o único aparato público, próximo aos seus locais de moradia, onde podem realizar atividades socializadoras, como esportes e reuniões para encaminhamento de seus problemas. As novas orientações educacionais em curso, dentro do novo conceito de projetos educacionais coletivos e transdisciplinares, já tem se traduzido em campanhas e levantamento de dados quanto a questões de saúde, prevenção da AIDS, consumo de drogas, melhoria do meio ambiente, cultura etc, o que transcende o papel anterior da escola, acabando por torná-la um centro de referência coletiva do bairro. Ao fim deste trabalho descrevemos alguns destes projetos realizados em propostas educacionais progressistas. Por estas novas práticas, ainda que tímidas, a comunidade começa a sentir indícios da existência de uma instituição pública, próxima à ela, com estrutura e condições para preocupar-se com suas inquietações.

Os educadores, por sua vez, começam a perceber que as novas orientações pedagógicas, ao enfatizar a necessidade de manter cada criança e adolescente na escola e de levá-los a crescer crítica e intelectualmente, expressam a necessidade de adentrar a casa dos alunos e enfrentar problemas de fome, doença, desestruturação familiar e marginalidade. Tais questões não exigem apenas tratamentos individuais, mas também ações de caráter coletivo, na medida em que os mesmos problemas generalizam-se exigindo uma ação articulada dos órgãos públicos com as entidades populares. Os profissionais da educação começam a perceber que está se formando um espaço em que seu grau de responsabilidade e intervenção transcende o papel educacional restrito e descompromissado do modelo de escola que cabe superar.

Na verdade, temos uma total revolução no papel expresso no projeto iluminista para a educação, isto é, restringir-se a socializar conhecimentos absolutos e indiscutíveis da humanidade, tarefa que se esgotava na exposição dos conteúdos para quem tivesse condições materiais, disposição e preparo para apreendê-los. Na medida em que a preocupação do educador não é apenas despejar o conteúdo das matérias na cabeça dos alunos, mas preocupar-se com o seu desempenho e a sua manutenção na escola, em meio a uma comunidade de excluídos, a questão da educação enlaça-se naturalmente com os problemas sociais no seu conjunto.

Com isto, configura-se um outro perfil de professor, exigindo educadores que **vivenciem** a escola e seus alunos, em uma escola que dilui crescentemente suas fronteiras com a comunidade. O novo professor tende a cumprir funções que não mais se mantêm nos limites teóricos da sua disciplina, precisando relacioná-las com questões presentes no entorno da escola. Cada vez mais, estará presente a exigência da realização de levantamento de dados e trabalhos junto à comunidade, assim como a necessidade de uma formação ampla dos professores que os capacite para o exercício da interdisciplinaridade, para o trabalho com temas transdisciplinares e para um pleno exercício da cidadania, tanto seu como dos seus alunos. As necessidades de formação dos novos educadores exige, cada vez mais, uma visão crítica e informada do mundo atual, de caráter global e local, assim como a capacidade de desvendamento do papel social, tanto concreto quanto simbólico da sociedade, do governo e de suas diversas instituições.

Nos capítulos anteriores, procuramos mostrar que os novos atores sociais, ao enfrentarem os problemas de saúde, moradia, qualidade de vida, violência e demais questões ligadas ao seu cotidiano, deparam-se com realidades complexas que exigem informação e reflexão para equacioná-las. Vimos no capítulo III, por exemplo, que movimentos de saúde defrontam-se com

a existência de “lobbies” internacionais que se apropriam, através das patentes, de fórmulas de medicamentos e de novas técnicas médicas. Enfrentam situações que exigem, freqüentemente, conhecimentos não disponíveis na comunidade do bairro, mas que poderiam ser acessados na escola pelos professores, alunos e pela Internet, ou, pela articulação da escola com universidades e outras instituições. Procuramos mostrar que canais tradicionais, como os partidos políticos, que poderiam executar esta função, ou parte dela, manifestam profundas dificuldades em adequar-se à esta nova realidade em função do grau de descentralização que ela apresenta. A escola, como pólo prático e simbólico de conhecimento presente no bairro e interligada à uma rede física e eletrônica de conhecimentos mais amplos, passa a ser a porta natural de acesso ágil aos conhecimentos necessários à esses movimentos.

A sociedade civil, como já analisamos anteriormente, tende a ocupar espaços de governabilidade passando, inclusive, a exigir remuneração para tais atividades. Na medida em que a governabilidade começa a deixar de ser atividade exclusiva de segmentos elitizados ou da burocracia estatal, a articulação e a elaboração de projetos e propostas exigirá o acesso a dados e informações em que a escola poderá ser extremamente necessária. Temos insistido nesta questão da remuneração de atividades da comunidade, por acreditarmos que passará, cada vez mais, a ser instrumento de uma nova proposta de auto-governabilidade e de combate ao desemprego, como atividades que negam o mercado e as formas de reprodução do capital.

A educação tem como função, inclusive na sua vertente crítica, a preparação para o desenvolvimento que, dentro de uma perspectiva transformadora, terá que assimilar o conceito de desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, cabe assinalar que o governo tem destinado quantidade significativa de recursos para o treinamento de mão de obra, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (F.A.T.), com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.). Essas atividades têm dilapidado recursos dos próprios trabalhadores pela realização de cursos rápidos e frágeis que têm se demonstrado incapazes de produzir resultados efetivos, isto é, não têm produzido mão-de-obra adequada às mais complexas exigências de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. A escola pública articulada com entidades e movimentos, teria melhores condições de enfrentar esses novos desafios, não só para a inserção no mercado, mas dentro de um processo de mudanças transformadoras na dinâmica de produção que apontem para um novo paradigma de organização e de formas de propriedade comunitárias do aparato produtivo. A preparação para o exercício das novas tarefas e funções de

governabilidade que deverão ser exercidas pela comunidade constituem parte deste desafio. Uma das tarefas essenciais da nova escola será integrar a formação cidadã e a formação técnica necessária à um novo padrão de desenvolvimento sustentável que leve em conta, articuladamente, o universal e as diversidades locais.

A relação da escola pública com as universidades e institutos de pesquisa, no sentido da socialização de informações, apoio pedagógico e estabelecimento de prioridades de investimentos em inovações tecnológicas que interessem às maiorias, passará a ser uma questão básica em um mundo em que a apropriação privada dos resultados das pesquisas de ponta é uma das grandes fontes de poder e desigualdade econômica. Como não poderia deixar de ser, as mudanças em curso afetarão profundamente a vida das instituições de ensino superior, questão cuja análise não é objetivo deste trabalho, mas sobre a qual podemos prever exigências sociais de intensificação da sua interação com a comunidade, intermediada pela relação com a escola pública de ensino médio e fundamental, como forma de incorporar e enfrentar questões postas que exijam maior complexidade de informações e de tratamento intelectual.

Procuramos, neste capítulo, precisar melhor qual é a situação atual da escola pública e qualificar as pressões que sobre ela se exercem, exigindo uma reformulação de sua maneira de ser. Ressaltamos seu caráter ambíguo, como parte do aparelho de Estado, mas vivendo uma correlação difusa de forças que permite uma presença marcante da sociedade civil organizada. Procuramos enfatizar as resistências apresentadas por essa escola para incorporação das novas orientações educacionais, deixando claro que ela já vive um processo de transição, resistindo às pressões, mas tendo que incorporá-las, ainda que seja sob formas confusas e desorganizadas.

Neste capítulo, privilegamos as condições externas de pressões sociais e institucionais sobre a escola e suas dificuldades internas, procurando explicitar um novo papel social, não estritamente educacional, que ela está sendo levada a assumir em função de sua nova relação com a comunidade. Este cenário, apesar desta entrada em cena da comunidade, nem por isso apresenta delineamentos claros sobre suas características ideológicas, isto é, não deixa claro se esta possível nova maneira de ser da escola, mesmo com a predominância de orientações educacionais críticas, se inscreverão, ou não, em um projeto de manutenção da hegemonia do atual sistema econômico-social, isto é, da ordem do capital.

Constatamos que se abrem espaços privilegiados para a realização de intervenções políticas e projetos educacionais que assumam as perspectivas que interessam as maiorias

populares. Ocupar esses espaços ou não, como palco significativo de lutas políticas e ideológicas, é um problema de natureza política. O que temos claro é que não existe neutralidade. Qualquer projeto educacional, de forma implícita ou explícita, traz no seu substrato um projeto de sociedade, seja para manter o que existe, seja para construir um mundo novo. O projeto conservador apresenta ao estudante a ilusão de que, pelo esforço pessoal e individual, construirá sua felicidade pessoal e ocupará melhor lugar na sociedade. Ilusão, porque deixa de dizer que o capitalismo manterá, necessariamente, a exclusão das maiorias pois, independentemente de seus esforços individuais, poucos serão os escolhidos. Ilusão, porque deixa de dizer que um mundo de solidariedade sem competição egoísta e selvagem é um lugar possível e melhor para se viver. Ilusão, porque deixa de dizer que a felicidade não se confunde com consumismo e exclusão competitiva. Ilusão, porque não diz que a reprodução do sistema atual reside na manutenção da apropriação do poder político, econômico e cultural por minorias. A proposta transformadora não trabalha com ilusões, não tem nada a esconder, até porque propõe que o futuro seja construído pela radicalização da democracia, como responsabilidade de todos, como crença na capacidade potencial de cada indivíduo vir a ser um cidadão. Qualquer proposta que não pretenda a manutenção do sistema, só não o será, se explicitar com clareza seu projeto de mundo. Portanto, qualquer projeto educacional transformador terá que explicitar qual é a visão de mundo, de homem e de sociedade em que se insere.

José Tamarit tem razão na crítica ao conceito da “autonomia relativa” da educação em relação à política, como expressa em parte das 11 teses de Demerval Saviani sobre a educação, no sentido de que haveria princípios e conhecimentos neutros, não ideológicos, a serem socializados, tentando garantir alguns espaços de autonomia, onde a educação poderia transcender o histórico e o ideológico.

...toda relação pedagógica é, necessariamente, uma relação de hegemonia ou contra-hegemonia.....Não se concebe socialização sem educação ( dirá a teoria da ordem); não se concebe a hegemonia sem educação ( dirá a teoria crítica) (TAMARIT, 1996 : 79).

Os conceitos do discurso clássico sobre educação, como desenvolvimento da capacidade crítica, da autonomia e da reflexão, compromisso com a ética e a verdade, apresentam-se de forma diversa quando lidos no contexto dos discursos de diferentes paradigmas ( capitalista ou socialista). A identidade semântica não pode encobrir os diferentes conteúdos que estes conceitos



vão assumir em visões de mundo distintas. Quando Brecht afirma que “a violência não é do rio, mas das margens que o reprimem”, mostra que a realidade apresenta-se diferente conforme o ponto de vista da qual é olhada. Da mesma forma., conceitos como ética ou capacidade crítica mudam sua natureza quando são vistos a partir de uma opção de mundo que busca a radicalização da democracia, da justiça social e da igualdade econômica.

Mesmo no caso emblemático das ciências naturais, cabe ao pensamento crítico negar sua validade transcendente, contextualizando e relativizando seus diferentes discursos e modelos ao longo da história. As afirmações da “mecânica newtoniana” são negadas pela “Teoria da Relatividade de Einstein” e ambas são validadas por provas empíricas. Como exemplo, as fórmulas matemáticas das equações dos movimentos são absolutamente diferentes nas duas teorias, mas quando se trata de baixas velocidades (em relação a velocidade da luz), acabam, por aproximação, indicando os mesmos valores, o que não os impede de apontarem para concepções de massa, espaço e tempo absolutamente distintas. As afirmações empíricas da ciência só adquirem sentido quando articuladas em um discurso mais amplo que não é construído apenas empiricamente, pois incorpora valores culturais paradigmáticos de sua época e que são externos à própria ciência, colocando-se, portanto, no campo da ideologia.

Nunca o otimismo do discurso iluminista que afirmava verdades transcendentais, como a crença na eternidade da mecânica newtoniana, esteve tão deslegitimado, apesar da audiência da mídia aos Fukuiamas e outras pitonisas que vaticinam a eternidade do capitalismo. No entanto, o perigo maior, hoje, é a radicalização desta crítica, presente nas referências da pós-modernidade. Reside em uma total relativização anômica que acaba por negar quaisquer projetos maiores, o que, de fato, aponta para a silenciosa perpetuação do existente.

Portanto, os novos conceitos de educação têm que se explicitar referenciando-se a um discurso ideológico de contra-hegemonia, estabelecendo nele sua especificidade e sua autonomia relativa, bem como as suas relações com a política e a transformação social. Essa relação deverá se constituir, não só no plano da coerência teórica, mas na sua relação de coerência com as estratégias políticas que respondam aos desafios de um mundo globalizado e de cada conjuntura em particular. O que impedirá a transformação do tablado escolar em palanque, não será sua indefinição de campo ideológico, nem a ausência de uma relação com a política, mas a própria concepção radicalmente democrática do novo paradigma, isto é, sua opção pela constituição de cidadãos críticos e reflexivos desde já, como exigência do conceito de radicalização democrática

do socialismo, negando a prática da assimilação passiva de orientações, conhecimentos e valores, sejam eles “ensinados” por professores, teóricos profissionais ou direções partidárias.

Existe uma relação intrínseca, inevitável, entre o projeto educacional a ser implantado e a possibilidade de instauração de um processo real de luta ideológica entre diferentes paradigmas no seio da sociedade. Sua radicalidade transformadora não se define pelo seu próprio discurso, nem como função de sua prática isolada, mas por sua inserção reflexiva nas estratégias das lutas sociais. A partir desta práxis, o projeto educacional transformador poderá construir sua especificidade estrutural como processo simbólico-pedagógico, sua opção por formar subjetividades críticas e reflexivas. Esta questão não transcende o projeto político de sociedade, situando-se em um possível nicho estrutural independente do modelo de sociedade que se quer e nem perde sua especificidade enquanto educação, mas constituirá essa especificidade dentro de uma opção ideológica de manutenção da atual hegemonia, ou de luta contra-hegemônica.

Não será possível ensinar para a participação, desalienação e libertação de classe com os mesmos livros didáticos, a mesma estrutura e a mesma relação pedagógica com que se ensinaram a ignorância e a submissão de classe (ARROYO, 1991: 20).

A questão fundamental reside na necessidade de discutir, a partir dos parâmetros do mundo e da realidade hoje existentes quais são as características básicas de projetos educacionais capazes de se colocar, de forma clara, nesta luta contra-hegemônica, visando participar da construção de um mundo baseado na igualdade material como condição para a igualdade democrática, isto é, de uma práxis de formação de **sujeitos históricos** sob todas as manifestações do humano, sejam elas no campo político, no social ou no cultural.

A questão seguinte consistirá em discutir os elementos de caracterização de uma nova forma de ser da escola que transcenda, na sua relação com as lutas sociais, uma ação pedagógica restrita ao aprendizado meramente intelectual. Precisaremos entender melhor qual será o novo papel da escola frente a uma comunidade que precisa ampliar seu grau de reflexividade e seu acesso à informações, como condição para a construção de novas formas de governabilidade e de autogestão. Dentro de uma proposta transformadora, caberia então realizar a mesma pergunta sob outra forma: Qual deverá ser o papel da escola enquanto parte do intelectual coletivo capaz de instituir a luta contra-hegemônica, ou seja, qual seria o seu papel possível dentro do Partido proposto por Gramsci?

## CAPÍTULO V: ESCOLA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Sozinho no escuro  
*Qual bicho-do-mato,*  
*Sem teogonia,*  
*Sem parede nua*  
*Para se encostar,*  
*Sem cavalo preto,*  
*Que fuja a galope,*  
*Você marcha, José !*  
*José, para onde ?*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

O objetivo principal deste trabalho é determinar, no Brasil de hoje, a presença de condições concretas para que a escola pública possa desempenhar um papel significativo para a transformação social. Esta possibilidade exige um encontro peculiar de características externas e internas à escola absolutamente inédito, pois a história anterior das lutas políticas transformadoras não demonstrou, até hoje, a existência desta hipótese como fato social relevante. A escola pública tem sido vista pelos setores progressistas, de forma majoritária, como um aparelho de reprodução e ampliação do sistema, seja pela reprodução ideológica, seja por ter como função prática o atendimento das necessidades de mão-de-obra do mercado capitalista. Por isto, as estratégias de transformação social sempre propuseram que possíveis energias revolucionárias de partidos, grupos ou militantes fossem direcionadas para outras lutas, desqualificando a arena educacional das escolas públicas.

A instauração de um amplo processo de luta ideológica, que seria a essência de uma atuação transformadora que atingisse as grandes maiorias, foi a condição imposta por Gramsci para a viabilização de um processo revolucionário no ocidente, ao analisar os limites da revolução soviética. Da mesma forma, Mészáros ao analisar o capitalismo atual, na discussão sobre a estratégia de transição, reafirma a necessidade de “uma consciência de massa socialista” sem a qual “a plena realização do socialismo é inconcebível” (MÉSZÁROS, 2002 : 1062). A valorização e a importância de uma ampla luta ideológica, preconizada por Gramsci, aparece hoje

como condição imprescindível para a transformação social. A tradição da esquerda, em termos da valorização de lutas no campo simbólico, isto é, do intelectual, do cultural e do ideológico, envolvendo grandes massas, é significativamente escassa, impondo um desafio de renovação e criatividade.

Como consequência desta ausência histórica, foram raras as preocupações reflexivas com processos pedagógicos que visassem uma ampliação significativa da formação e do desenvolvimento crítico e intelectual das maiorias populares. Acreditava-se mais na “pedagogia da trincheiras”, isto é, em uma politização simplista e natural emanada das lutas materiais conduzidas por direções que portavam a teoria revolucionária ou postergava-se a educação crítica das massas para a pós-revolução. Com isto, possíveis intervenções políticas de caráter pedagógico, seja na escola pública ou fora dela, foram absolutamente descartadas como prioridades estratégicas transformadoras.

Por tudo isto, a emergência das propostas de Paulo Freire continha o inusitado sabor de inaugurar uma forma renovada de pensar a transformação social, mas tendo que pagar o preço das expectativas revolucionárias de curto prazo presentes na esquerda da época. Seu ponto de partida, visando a alfabetização de adultos, remetia-se a preocupação de uma formação educacional que pudesse rebater-se imediatamente nas lutas políticas, refletindo os valores da esquerda e o clima político agitado dos momentos em que foi proposta e aplicada. A própria escolha de locais de atuação, como movimentos sociais ligados à igreja e ligas camponesas, por exemplo, apontavam para a prioridade da educação-militância, isto é, de uma educação a serviço da revolução, que se esperava acontecer em um processo contínuo e crescente de mobilização popular. Este mesmo viés estabelecia a prioridade da criação de aparelhos educacionais próprios, paralelos ao sistema educacional oficial, em que houvesse uma clara hegemonia de segmentos progressistas, o que descartava imediatamente a escola pública. Essa era vista como parte do aparelho de Estado burguês que, inexoravelmente, estaria à serviço da manutenção e reprodução do capitalismo.

Este quadro remete a uma avaliação sobre a manutenção da capacidade transformadora do método de Freire em circunstâncias diferentes daquelas que marcaram sua emergência. Precisamos nos perguntar se suas propostas seriam capazes de manter sua intensidade transformadora fora dos contextos conjunturais de mobilização social em que foram geradas e implementadas. Se seria capaz de manter sua radicalidade mesmo que seu público não fosse

formado por adultos participantes de lutas sociais em um “clima” de ruptura política. A carga histórica progressista e transformadora do método de Freire foi legitimada por momentos marcados por estas expectativas de ruptura. Suas principais experiências práticas realizaram-se em momentos mobilizadores que permitiram a montagem de significativas estruturas políticas e educacionais paralelas aos canais oficiais, ancoradas em um amplo voluntariado de professores militantes e socialistas gerados pelo crescimento dos movimentos populares e pela extensa audiência conquistada por esses movimentos. Devemos acrescentar que as experiências internacionais posteriores de aplicação do método de Freire deram-se, também, em clima de amplas mobilizações, só que complementadas pela utilização de canais oficiais de governos com propostas populares e progressistas, como as experiências de Cabo Verde, do governo chileno de Allende, ou dos tempos de poder sandinista na Nicarágua.

Somos tentados a concluir que a força transformadora do método de Freire estaria umbilicalmente ligada a sua convivência com a mobilização e as lutas sociais, com a intervenção direta sobre os atores destes grandes eventos a partir de significativas estruturas paralelas construídas por um processo revolucionário em curso. Fora disto teríamos, apenas, mais uma pedagogia formal e domesticada pelo sistema, instrumento, talvez, de alguns segmentos progressistas, mas manietada pela baixa audiência popular característica destes momentos. Tal tipo de conclusão estabelece claros limites conjunturais para uma possível associação entre educação e transformação social como ação permanente, tornando-a caudatária de momentos de mobilização e ruptura e da exigência da presença de amplas estruturas paralelas ao Estado.

A discussão da pertinência ou não desta conclusão, só pode ser enfrentada no corpo de uma discussão mais geral sobre as exigências de uma profunda reformulação das estratégias de transformação social no mundo atual, situando dentro dela uma nova importância para o papel da luta ideológica, bem como sobre a forma específica de suas relações com as lutas materiais. Exige uma reflexão sobre a redefinição de estratégias transformadoras que discutam a crise de propostas e de identidade das esquerdas e as razões da falência do “socialismo real”, estabelecendo suas relações com as novas sociedades de massa presentes em um mundo globalizado e com as novas formas de organização dos Estados nacionais. Acreditamos que o instrumental teórico para essa análise está presente nos conceitos de Estado, partido, hegemonia e sociedade civil formulados por Gramsci. Seu pensamento aponta para a importância de uma permanente luta ideológica contra-hegemônica a ser realizada, pelas maiorias populares, em

todos os momentos da sua vida política, intervindo sobre os aparelhos que viabilizam a hegemonia do Estado capitalista. A demonstração desta possibilidade e a forma própria, atual, de presença da luta ideológica articulada com as lutas materiais, foi o objetivo dos capítulos anteriores deste trabalho.

A priorização da luta ideológica por meio da educação, como parte da estratégia de transformação social, guarda uma profunda relação com a proposta de Gramsci, isto é, com a sua constatação da necessidade de uma longa guerra de posições, de uma permanente luta contra-hegemônica frente à um Estado que não baseia sua dominação apenas na coerção, mas também no convencimento ideológico e na “liderança moral e intelectual”. A especificidade política que emerge desta análise é que a luta contra-hegemônica, no plano ideológico, não mais poderá ser alimentada apenas por uma consciência intelectual difusa, derivada espontaneamente de lutas e enfrentamentos sociais. Terá que ser aprofundada, de forma constante e sistemática, em um longo percurso de formulação intelectual, ampliando sua presença na vida política e cultural da sociedade civil. Não poderá deixar de ser travada em momentos de pequena mobilização social, devendo se expressar nas mil formas de manifestações diferenciadas do quotidiano “gris” do dia-a-dia. Deverá, portanto, estar presente em situações de menor audiência social de partidos e sindicatos, ou seja, em momentos de menor significância social de possíveis estruturas paralelas.

A essência da proposta educacional de Paulo Freire incorpora, talvez intuitivamente, as preocupações presentes em Gramsci. Coloca a necessidade de construção de uma consciência socialista. Não posterga o desenvolvimento reflexivo e intelectual das majorias para a pós-revolução. Busca, através da prática dialógica e do respeito à cultura e à linguagem do povo, a emersão de sua contribuição ativa, isto é, propõe sua manifestação enquanto sujeito criativo e formulador do processo histórico durante a luta por um novo regime, como condição para sua própria construção. Não era esta, no entanto, a preocupação predominante da esquerda na época, que via as propostas de Freire mais como uma ação aceleradora do processo arregimentador de militância revolucionária para os seus partidos ou organizações. A grande contribuição de Freire foi intuir a importância estratégica do combate ideológico, da conscientização e da ampliação da reflexividade, como fatores necessários à ação política transformadora, valorizando a educação como uma arena emergente de luta.

Neste campo de reflexão é que poderemos pensar a possibilidade de uma relação consistente entre educação e transformação social, respeitando sua especificidade de atuação no

campo do simbólico, dos valores, da cultura e da consciência. Os conceitos de Gramsci permitem a realização de um balanço crítico das propostas e da prática acumulada pelo trabalho de Paulo Freire. Permitem incorporar a essência de radicalidade das suas propostas, independentemente da conjuntura política específica em que foi gerada. Poderíamos até discutir a possibilidades de que os princípios de Freire realizar-se-iam melhor em condições de maior estabilidade democrática, pois permitem uma atuação de longo prazo, diferentemente das situações em que foi aplicado, sem perder sua capacidade transformadora. Momentos de mobilização geral, marcados pela expectativa de rupturas, caracterizam-se pela presença de simplificações ideológicas e pela emergência de vanguardas carismáticas, situação que dificulta uma ampla transformação dos indivíduos em sujeitos históricos conscientes dos seus objetivos. A história tem mostrado que as democracias mais estáveis têm produzido, ao longo da história, saldos sociais de consciência e organização dos explorados mais permanentes do que aqueles produzidos em momentos isolados de grande mobilização. As grandes promessas transformadoras desses momentos aguçados parecem se esboroar com extrema facilidade nos momentos posteriores de refluxo.

A possibilidade de continuidade de ações transformadoras, no campo material e ideológico, em momentos de refluxo mobilizador, pode ser demonstrada pela análise das novas formas que a dinâmica política assume no mundo atual. Na verdade, esboça-se uma outra concepção de transformação social e de construção do socialismo. Por isso, tomamos o cuidado de procurar demarcar que o Estado burguês, na forma como se apresenta hoje, teria profundas dificuldades para impedir, embora possa resistir, a emergência de ações e propostas de aprofundamento da cidadania dentro dos seus próprios canais formais de intervenção política e social, abrindo espaços concretos para que os movimentos sociais se apropriem deles material e ideologicamente. Assim como, procuramos mostrar que estas condições de apropriação podem se dar a partir de ações localizadas, em condições mais difusas de controle hegemônico, isto é não exigem necessariamente para a sua emergência, a existência de grandes momentos unificados de mobilização.

A importância da luta ideológica no mundo atual, assim como as formas específicas que tendem a assumir apontam para a importância crescente de uma correlação possível entre escola e transformação social. Ao longo deste trabalho, procuramos destacar como característica do mundo de hoje a necessidade de um amplo crescimento da “reflexividade” dos agentes transformadores. Questão explicitada com clareza por Giddens ao descrever o grau de

complexidade do mundo globalizado que se constitui pela constante interação de ações localizadas, efeitos globais e pelo crescimento das incertezas artificiais nas novas sociedades de massa, criando a necessidade de um alto grau de reflexividade para tomadas de decisões descentralizadas que, cada vez mais, cabem à comunidade e suas formas de organização.

O vácuo aberto pelo enfraquecimento dos Estados nacionais aponta para a necessidade irreversível de um processo descentralizado das tomadas de decisões, configurando-se como condição necessária para a própria eficiência da governabilidade nas sociedades de massa, isto é, como exigência para um enfrentamento consistente dos novos problemas e desafios do mundo de hoje. Pudemos constatar que a implementação de mudanças socialmente necessárias e inadiáveis por sua relevância intrínseca como, por exemplo, a diminuição da violência e da degradação ambiental, exigem a incorporação reflexiva de novos comportamentos e atitudes pelas grandes maiorias, assim como exigem a elaboração criativa e multiplicada de propostas que atendam as diversidades regionais e culturais. A necessidade do avanço de um processo auto-gestionário em situações de complexidade social começa a transformar-se em condição intrínseca de governabilidade e enfrentamento da anomia e do caos, ainda mais com a redução da capacidade de intervenção e de autonomia dos Estados-nações provocadas pela diminuição do Estado-privatizações- e pelos parâmetros macroeconômicos impostos pelo mercado globalizado.

Grandes bandeiras como o desenvolvimento sustentável, por exemplo, terão que se desdobrar de forma local e criativa o que, por sua vez, irá interferir no seu significado global. Nesta forma de intervenção social, cabe refletir sobre a incorporação de preocupações expressas por autores denominados pós-modernos, como Lyotard e Foucault, que valorizam o cotidiano e os pequenos discursos locais. Cabe à natureza das novas sínteses e propostas maiores, reafirmar a importância das especificidades e do local na sua permanente dialética com o global, sem hipertrofiar ou minimizar qualquer um dos pólos.

A exclusão social, a diminuição intensa da oferta no mercado de mão de obra, os equilíbrios instáveis presentes em diversas questões, exemplificadas na ecologia, na falta de controle sobre armamentos, no consumo de drogas e na violência, mostram a necessidade de ações políticas que só se sustentam negando o caráter excludente do mercado e as formas de reprodução do capital. Explicitam a importância de intervenções racionais e planejadas desdobradas em ações simultaneamente locais e globais, o que exige um novo conceito de



planejamento e racionalidade que seja capaz de respeitar a heteronímia, a diversidade e os processos auto-gestionários localizados.

Esta nova realidade cria a necessidade da legitimação de uma instância política radicalmente democrática, diferente dos Estados centralizados, sejam eles capitalistas ou “ditos” socialistas e apontam para a ineficácia irracional e darwinista da tirania do mercado. Esse vácuo de autoridade, eficácia e legitimidade só poderá ser preenchido por comunidades locais articuladas de forma mais ampla, enquanto sociedade civil, gerando novas formas de governabilidade auto-gestionária baseada na solidariedade e não na competição.

Um processo deste tipo exige, no seu acontecer, a diminuição radical da desigualdade econômica e o enfrentamento com as formas de reprodução do capital expressas pelo mercado, o que vai ferir profundamente interesses de minorias enquistadas no poder e subverter formas de apropriação econômica internacionais, apontando para uma ordem produtiva negadora do capitalismo. Portanto, teremos um cenário cuja evolução será marcada por intensas resistências, processos de enfrentamento direto e rupturas, apesar das dificuldades práticas e ideológicas que o sistema terá em opor-se ao aprofundamento da cidadania e da descentralização.

Estas novas necessidades sociais apontam para a valorização do papel da educação no processo de transformação social. A educação para uma nova cidadania que se explicita na necessidade da construção de uma sociedade auto-gestionária, com exigências de reflexividade e informações para as amplas maiorias, passa a ser indispensável para uma existência social sem barbárie. A educação passa a ocupar um papel de importância social que nunca ocupou historicamente, isto é, preparar homens para um governo auto-gestionário da sociedade civil, com todo o grau de complexidade que esta missão exige no mundo de hoje.

É por tudo isto que o neoliberalismo não consegue sistematizar e estabilizar uma proposta consistente na área educacional. Não tem como conciliar a contradição entre sua proposta excludente e as novas exigências de governabilidade e de complexidade de funções exigidas no mundo atual. O maior desafio dos projetos educacionais transformadores estará na sua capacidade de realização consistente e radicalizada dos conceitos de complexidade, cidadania e governabilidade. Deverão demonstrar capacidade para incorporar as grandes maiorias no seu grau atual de condições sócio-econômicas, isto é, incorporar homens marcados pela desigualdade e pela exclusão do capitalismo. O sistema não consegue elaborar propostas que sejam alternativas consistentes para o mundo de hoje. O longo trabalho de Mészáros: “Para além do capital”(2002),

procura demonstrar os limites do processo de reprodução do capital no mundo atual, quando atinge os extremos de sua capacidade de auto-expansão. Aponta sua incapacidade estrutural de responder as demandas de inclusão social e melhoria de vida das grandes maiorias.

“ O que decide o destino das várias forças socialistas na sua confrontação com o capital é o grau de sua capacidade de fazer mudanças tangíveis na vida cotidiana.....empregos, educação, assistência médica, serviços sociais decentes, demandas inerentes a luta pela libertação das mulheres e contra a discriminação racial, podem... ser abraçadas... por qualquer liberal genuíno. Entretanto é bem diferente quando não são consideradas como questões singulares, ... mas em conjunto, como partes do complexo global que constantemente as reproduz como demandas não realizáveis....” (MÉSZÁROS,2002: 817;818)

Se a ordem do capital não consegue realizá-las a única possibilidade é a própria sociedade civil adquirir forças para impô-las a revelia do capital, através de formas auto-gestionárias que se contraponham as necessidades de reprodução do capital, “realizar genuína autonomia e descentralização dos poderes de decisão, em oposição a sua concentração ... e centralização existentes”(MÉSZÁROS, 2002: 821).

A recusa socialista à falta de alternativas(da ordem do capital) deve ser positivamente articulada com objetivos intermediários, cuja realização possa promover avanços estratégicos no sistema a ser substituído, mesmo que apenas parciais num primeiro momento. (MÉSZÁROS, 2002: 817)

A ordem do capital sente a ameaças de caos, de anomia em função de sua incapacidade em atender demandas indiscutíveis até para o modelo liberal, tendo que conviver com as exigências de novas formas de auto-governabilidade como resposta parcial, mas que apontam para a sua própria negação. Esta é a contradição para a qual não tem respostas consistentes, mas é nela que procura gerar suas estratégias de sobrevivência

Sua ação principal não será contrapor-se frontalmente a estas novas propostas, mas tentar domesticá-las, impedi-las de realizar a radicalidade que está nelas inscrita. Este será o cerne da

luta ideológica entre diferentes paradigmas no conjunto da sociedade, refletindo-se na educação. A capacidade de articular as novas formas de cidadania e governabilidade com as lutas contra a desigualdade e com a consciência do significado de um mundo socialista (a criação de uma “consciência de massa socialista” como propõe Mészáros), vão definir o campo ideológico em que deverão se inserir as diferentes propostas sociais e, portanto, as educacionais. Seria importante reafirmar que esta relação com um paradigma transformador não poderá mais ser uma declaração de princípios externa ou superposta às propostas localizadas, mas, pelo contrário, deverá determinar formas próprias e diferenciadas de sua formulação e existência em cada uma das situações concretas do dia-a-dia, exigindo um trabalho intelectual criativo, descentralizado e produtor de conhecimentos.

As propostas pedagógicas concretas de Freire, como vimos, foram originada em momentos e situações de mobilização e expectativa de rupturas. Como exceção, tivemos a atuação de Freire como secretário da educação do município de São Paulo, na administração do Partido dos Trabalhadores. Neste caso, caberia uma análise mais cuidadosa que não cabe nos limites deste trabalho.<sup>9</sup> De qualquer forma, a circunscrição geográfica, as resistências e desentendimentos, tanto à esquerda quanto à direita, os limites de tempo e a falta de continuidade parecem não ter indicado um momento importante para a geração de novas propostas.

As condições próprias de implantação dos princípios de Freire no ensino público atual, com seu público amplo e diferenciado que convive com momentos de não efervescência política, exigem novos procedimentos e reformulações. Mas, os princípios básicos de Freire, na sua relação consistente com a visão de Gramsci, demonstram ter a transcendência necessária para enfrentar esses desafios. Cabe um esforço teórico e prático para incorporá-los aos novos parâmetros do mundo atual, levando em conta suas profundas e recentes transformações.

Ao discutirmos a eficácia transformadora dos princípios de Paulo Freire, assinalamos sua característica histórica de convivência da educação com as lutas sociais. Paulo Freire procurava, com a escolha do um público de adultos próximos à situações de militância, evitar um processo formativo teórico distanciado da inserção política. Falando sobre conscientização explicitava: “É autêntica quando a prática de desvelar a realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática de transformar a realidade” (cit. por TORRES, 1997: 166). Tentava fugir do modelo clássico de preparar, no ambiente intelectual da escola, homens que só posteriormente

---

<sup>9</sup> Carlos Alberto Torres analisa esta experiência em dois artigos do seu livro: *Pedagogia da luta* (1997)

enfrentariam uma atuação política e profissional, procurando romper a maneira estanque com que a “educação bancária” trata esses dois momentos. Buscava uma relação dialética entre a teoria e a prática, entre a formação intelectual e a intervenção social, entre o preparar-se e o agir, entre escola e vida, ou seja, entendia a educação enquanto práxis, no sentido em que Lucien Goldmman utiliza esse conceito. A sua proposta educacional teria que se realizar em um ambiente dialógico, florescido na discussão do dia-a-dia e da própria prática social dos trabalhadores enquanto agentes políticos e produtivos. A inserção política em uma prática de lutas sociais constituía-se em condição fundamental para a produção de um desenvolvimento intelectual que buscava produzir sujeitos históricos capazes de mudar a realidade através da descoberta de sua própria potência. Por isso, a possibilidade de inserção em uma prática política transformou-se em critério para a escolha dos alunos, o que reforçava, por outro lado, a possibilidade de uma pedagogia dialógica, pois estes alunos “especiais” tinham o que dizer a partir de sua experiência de vida, trabalho e militância. Estes princípios educacionais potencializavam-se ainda mais pelo clima de intensa politização dos particulares momentos históricos em que sua pedagogia foi criada e aplicada mais sistematicamente, assim como atribuíam volume e um peso social significativo à possíveis estruturas paralelas aos canais oficiais, instâncias onde se realizava uma ampla hegemonia de propostas transformadoras.

A questão é discutir se existem possibilidade de resgate deste potencial transformador para uma atuação em escolas públicas de ensino fundamental e de segundo grau como se apresentam hoje no Brasil. Escolas onde convivemos com um público de crianças e adolescentes que não vivem diretamente as lutas sociais e com professores bastante diferentes dos voluntários politizados de Freire. Processo que se insere em um clima geral de despolitização como característica do momento atual, diferentemente do “clima de ruptura” vivido na década de 60.

O quadro político, social e ideológico que apresentamos neste trabalho, como caracterização do mundo atual, aponta para a existência de uma “maneira de ser” qualitativamente diferente dos novos momentos político-sociais. Aponta para uma comunidade que, após lutar pela universalidade do acesso à escola pública, precisa apropriar-se de informações e conhecimentos que alimentem sua novas práticas e sua reflexão criativa sobre elas. A escola é o canal próximo, disponível e público para apoiar estas necessidades. Mas é evidente que a escola atual não está preparada para atender estas demandas, isto é, precisará transformar-

se para realizar tal tarefa. A discussão desta possibilidade e da sua forma de realização traduz a essência da discussão sobre escola e transformação social.

As novas orientações educacionais propõem mudanças radicais no processo pedagógico. As aulas de biologia, por exemplo, já começam a manifestar as novas orientações, não partido mais do conceito de célula, mas da situação de saúde local. Seus pontos de partida passam a ser assuntos ligados à saúde pública, como saneamento, epidemias, prevenção, vacina, estabelecendo preocupações comuns com os movimentos sociais de saúde na sua ação fiscalizadora e elaboradora. Os pontos de chegada seriam o estudo da célula e os demais aspectos teóricos envolvidos. Estas novas orientações sobre conteúdos educacionais, caracterizam uma tradução contextualizada dos princípios de Freire para a educação de adultos, ao buscar, como “temas geradores” e pontos de partida da ação pedagógica, a vida prático-política e a cultura dos alunos. Esta nova abordagem apresenta condições potenciais para ir ao encontro das necessidades reflexivas da comunidade nas suas lutas por transformação social. Desta forma, teríamos o enlace entre a teoria e a prática proposto por Freire. Haveria uma dinâmica entre uma reflexão que é lançada à prática e volta transformada por ela, imbricando-se nas lutas e práticas sociais. Os alunos, enquanto filhos ou atores sociais diretos, viveriam uma praxis teoria-prática, inserindo-se nela enquanto parte de um processo dialógico mais amplo do que sua relação estrita com o professor e matérias estanques e cristalizadas.

A discussão sobre o mundo do trabalho é, também, uma vertente importante para uma possível ação transformadora da educação. Gera vários temas como: as formas de uma reorganização mais justa da ordem produtiva; o processo de elaboração de prioridades quanto aos caminhos e formas de apropriação dos resultados de pesquisas e do desenvolvimento tecnológico; as estratégias de formação crítica, técnica e profissional. Com isso, estaria rompendo-se a divisão tradicional entre escolas para as elites e escolas para os trabalhadores, entre formação de dirigentes e de dirigidos. Aliás, o rompimento das diversas dicotomias : teoria e prática; pensar e agir; ensino teórico e ensino técnico, são condições determinantes para a construção de um mundo com justiça social.

As formas de conscientização presentes nestas novas propostas educacionais apontam para um quadro de luta contra-hegemônica qualitativamente diferente dos grandes processos mobilizadores anteriores. Há um espaço maior para a reflexão, para a perspectiva de uma paulatina construção de uma nova realidade social, sem o intenso clima emocional e fortemente

politizado que se manifesta na convivência com expectativas de ruptura. A “cotidianeidade” deste processo será a própria garantia de seu grau de segurança contra eventuais retrocessos, pois seus acúmulos serão construídos na formação interiorizada de novas subjetividades, numa miríade de questões diversificadas. Não temos, hoje, um contingente pronto de professores politizados dispostos a assumir o novo projeto educacional. Temos uma luta a ser realizada em várias frentes, além da própria escola pública de ensino médio e fundamental: nas universidades formadoras de professores; nos temas e conteúdos dos trabalhos acadêmicos; nos congressos, simpósios e conferências; nos sindicatos e associações profissionais; nas diversas mídias do mundo moderno; nos cargos públicos de execução e formulação de políticas educacionais; nos programas e propostas de ação dos partidos políticos e nas ações parlamentares e institucionais.

Temos insistido na afirmação de que o sistema não é capaz de apresentar e implementar propostas que colidam frontalmente com esta visão. Entidades insuspeitas, na sua tarefa de manutenção do capitalismo, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, insistem na manutenção e ampliação dos investimentos na escola pública e reafirmam a necessidade de uma escola voltada para a cidadania. Como não pretendem cavar seu próprio túmulo, é evidente que esperam domesticar esta proposta evitando sua radicalização. Esta questão não será resolvida dentro da escola. Neste sentido, a escola dependerá, em última instância, do que acontecerá na sociedade, da forma e radicalidade assumidas pelas maiorias populares nas suas lutas materiais. Mas, esta dependência não impõe um papel passivo para a escola, pois ela terá sua autonomia relativa, seus ritmos próprios, suas especificidades, isto é, terá uma capacidade de determinação relativa, mas concreta, sobre a realidade mais ampla. A possibilidade de existência de um ensino capaz de colocar-se no campo contra-hegemônico, assim como de uma escola capaz de ocupar seu papel próprio enquanto parte do intelectual coletivo transformador, será uma luta a ser travada dentro e fora da escola, com ritmos e qualidade diferenciados, mas articulados.

Paulo Freire sintetiza esta relação entre escola e transformação social em uma de suas últimas entrevistas realizada por Carlos Alberto Torres : “Dialeticamente, a educação não é a chave para a transformação, embora a transformação seja em si educacional”(TORRES, 1997: 45), ou seja, não haverá socialismo sem homens com consciências socialistas construídas em um processo educacional, seja ele formal ou não, estabelecendo a autonomia relativa entre consciência intelectual subjetiva e ação política coletiva. Portanto, não cabe esperar passivamente que os movimentos sociais imprimam sua dinâmica própria à escola, assim como não cabe criar

uma dinâmica independente da escola que não leve em conta a presença dos movimentos sociais. Estas são as artes da estratégia política.

A explicitação da possibilidade de uma clara linhagem socialista para as lutas de cidadania e a demonstração da consistência e da justiça da radicalização democrática, confrontar-se-ão com a tentativa de diluição e domesticação pelo sistema destes mesmos temas. Este embate, que implica a explicitação ideológica das diferentes propostas, estará presente no dia-a-dia da luta entre diferentes projetos pedagógicos.

O sistema do capital, como Marx previu ao inverter a dialética hegeliana, reage quando é atacado nos seus interesses materiais diretos. A presença de propostas transformadoras localizadas na educação só será combatida, sistematicamente, quando estes interesses materiais começarem a ser efetivamente contrariados. Evidentemente, uma educação crítica irá refletir-se nos processos eleitorais, na fiscalização dos poderes públicos, em mudanças de correlação de forças partidárias, em interferência na alocação de recursos e nas formas de governabilidade, assim como também acabará por se rebater em lutas econômicas, sindicais e contestações à ordem produtiva. Este será o momento de confronto do sistema com os projetos pedagógicos transformadores, com o novo papel da escola, que só poderá resistir se estiver solidamente ancorado na comunidade.

Um dos temas deste trabalho é a valorização da luta ideológica e da necessidade do concomitante crescimento da autonomia reflexiva, como exigências do processo de transformação social no mundo de hoje, o que reforçaria o papel da educação, já que este é o seu campo natural de trabalho. Portanto, seria importante procurar entender melhor a relação e a forma própria que a luta ideológica terá com a escola e seus processos pedagógicos. A forma que propusemos parece ter um inegável odor de voluntarismo. Para negá-lo, teremos que explicar como poderíamos construir uma luta contra-hegemônica na ausência de vanguardas suficientemente amplas e descentralizadas para realizar a pedagogia do socialismo, ainda mais quando constatamos a crise de audiência dos partidos progressistas e, simultaneamente, temos que reconhecer a força dos aparelhos de reprodução ideológica do sistema como a mídia, por exemplo. Na verdade, este cheiro de voluntarismo emerge de um padrão do pensamento tradicional da esquerda que vê sempre a incorporação do socialismo pela classe transformadora como algo vindo sempre de fora dela, algo que só pode ser construída a partir da intervenção de uma vanguarda esclarecida pelas suas leituras e reflexões teóricas no campo do marxismo. Esta

visão, apesar da sua presença sistemática e explícita na literatura marxista, parece-me profundamente idealista, isto é, uma regressão à dialética hegeliana que faz a história depender do movimento do “espírito absoluto”. Estabelece o primado de um movimento intelectual que acontece externamente às lutas materiais da sociedade e que vem sobrepor-se à ela posteriormente.

O que temos procurado mostrar é que a radicalização crítica dos conceitos e valores defendidos pelo próprio sistema apontam para o socialismo. Conceitos como desenvolvimento sustentável e cidadania trazem a marca de séculos de lutas sociais dirigidas por partidos e movimentos de corte socialista, **entrelaçando-se com o próprio marxismo que está presente implicitamente em valores hoje assumidos como universais** e que o sistema tenta deles apropriar-se, domesticando-os. Os conceitos do liberalismo clássico e seus desdobramentos atuais estão inevitavelmente corroídos pelo pensamento crítico emergente da praxis das lutas sociais. Da sua matriz teórica pura, nunca poderiam se derivar os conteúdos atuais de um conceito como o de cidadania. O que defendemos é que o aprofundamento ético, crítico e racional dos valores assumidos pelo sistema apontam, inevitavelmente, para um outro paradigma oposto á ele. Só que este desdobramento não é automático, depende da realização de uma luta política consistente estrategicamente, capaz de ampliar a consciência e a capacidade de mobilização dos atores políticos.

O que procuramos acentuar é que o crescimento da luta contra-hegemônica não dependerá, necessariamente, da presença de vanguardas externas aos movimentos sociais. Reafirmamos que não queremos negar a importância da ação de partidos políticos, ou a existência de direções partidárias, mas apontamos a necessidade de uma profunda mudança de atitudes nas suas formas de intervenção, abandonando seu caráter tutelador tradicional. Defendemos que o aprofundamento ético e a crítica consistente e racional de valores, hoje aceitos como universais, acontecem dentro de um caldo de cultura que inclui toda uma história de lutas sociais e reflexões políticas inspiradas pelo marxismo. É isto que cria a esperança da possibilidade de instauração de uma praxis transformadora a partir de ações localizadas, em momentos de inexistência de padrões de mobilizações unificadas com clima de ruptura, e sem uma presença significativa de vanguardas partidárias ou de “quadros revolucionários” tuteladores.

Tamarit (1997) procura resgatar, para o desenvolvimento de um processo educacional crítico, os conceitos de Gramsci que se referem a “sentido comum e núcleo de bom sentido”.



Significa reconocer que las conciencias de las personas no se constituyen sólo con el “aporte” de la hegemonia .... sino que en ello también incide la experiencia “de vida” de los sujetos. Pero también inciden, naturalmente, todas aquellas acciones que genéricamente llamaremos contrahegemónicas; esto es, discursos y prácticas que se oponen a la visión “oficial” de las cosas.....No obstante, Gramsci privilegia el peso de la experiencia del classe, que es la que daría lugar al desarrollo de lo que denomina “núcleo del buen sentido”. Dicho “nucleo” es lo que há de permitir que las classes populares realicen la “separación”, la “distinción” esencial entre “ellos” y “nosotros” ( TAMARIT, 1997 : 130).

O pensador argentino resalta a presença deste *aprendizado de vida* citando Paulo Freire :

..... me parece obvio que los campesinos analfabetos *no necesitan de um contexto teórico para percatarse de su situación objetiva de opresión. Alcanzan esta conciencia en el contexto concreto de su vida. Se percatan de su situación de opresión a través de su experiencia cotidiana, cargada de evidencias dramáticas* (Id. , ib. : 157).

Portanto há um núcleo de experiências vividas e de discursos contra-hegemônicos, que incluem a própria crítica marxista aos limites do liberalismo já inscrita nas lutas e conquistas sociais, presentes, como contradição, no próprio seio do discurso hegemônico. Reafirmamos que conceitos como o de cidadania já trazem em si, hoje, estas marcas da história, erodindo suas matrizes liberais. Este “núcleo de buen sentido” contém os pontos de partida para o aprofundamento democrático e o desenvolvimento de uma consciência socialista das grandes maiorias. O “veneno das letras”<sup>10</sup> persistirá enquanto a arena educacional for desprezada pelos segmentos progressistas. É preciso perceber que o discurso pedagógico tradicional já vive um momento de clara deslegitimação, abrindo espaços para a presença de uma pedagogia crítica. O

---

<sup>10</sup> “Que venenos tendrán las letras, señor, que todo aquel de nosotros que las aprende se vuelve contra nosotros” Frase citada com frequência por Tamarit e que teria sido pronunciada por um “escuchado” — O homem que tem muitos silêncios, que se maneja com duzentas idéias e vinte palavras, segundo a definição de Don Atahualpa Yupanqui.

próprio “veneno das letras” tem que ser relativizado como interpretação exclusiva no campo ideológico. Há uma outra questão por traz do clamor do “escuchado”. A escola cumpriu e cumpre, de fato, funções de ascensão social para minorias, sendo capaz de transformar alguns dos filhos de trabalhadores e camponeses em quadros políticos e técnicos do sistema. A traição às origens não se dá apenas pela cooptação ideológica na escola, mas principalmente pela cooptação financeira e material no mercado produtivo, um “veneno” bem mais eficaz. Não se pode desprezar o fato que, mesmo no seio da escola das décadas anteriores, floresceram ilhas de pensamento crítico a partir de ações individuais ou coletiva de professores. Mesmo na educação mais burguesa “o reprodutivismo ideológico” não é um absoluto sem fissuras e contradições. Marx só pode realizar sua crítica a partir da análise da economia política burguesa, isto é, ao cercá-la lógica e criticamente com um espírito profundamente inquiridor. A reprodução ideológica a partir da escola vai se dar em dois caminhos excludentes. Ou serve para instrumentalizar intelectualmente homens com capacidade crítica, mas cooptáveis pela ascensão material que poderão vir a ter, ou terá que ser extremamente propagandística e superficial de tal maneira que não propicie o

aprofundamento intelectual e crítico das grandes maiorias. Uma prática pedagógica baseada nos novos parâmetros de interdisciplinaridade, contextualização e desenvolvimento da capacidade crítica para as grandes maiorias terá que se rebater, inevitavelmente, no campo da luta contra-hegemônica. No entanto, a consciência explícita desta necessidade através de sua inserção estratégica no campo de ação dos segmentos progressistas ampliará a velocidade e o aprofundamento da luta contra-hegemônica.

Um quadro importante de referências para esta discussão no campo da ideologia, dos discursos e dos valores simbólicos, está presente nas reflexões de Habermas, como descritas por Rouanet (1993), sobre a necessidade de uma **ética discursiva**. Para o filósofo alemão, a possibilidade de chegar ao consenso, através de um processo dialógico de argumentação, só se validará através de um critério de universalização, isto é o princípio U :

Todas as normas válidas precisam atender a condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que presumivelmente resultarão da observância *geral* destas normas para as satisfações dos interesses de *cada* indivíduo possam ser aceitas não coercitivamente por *todos* os envolvidos. (ROUANET, 1993 : 217)

Para Habermas, o processo de comunicação se daria em três universos distintos:

... o mundo objetivo das coisas—com relação ao qual cabem pretensões de verdade (*Wahrheitsansprüche*); o mundo social das normas e instituições— com relação ao qual são invocadas pretensões de justiça (*Richtigkeitsansprüche*); e o mundo subjetivo das vivências e sentimentos—com relação ao qual se alegam pretensões de veracidade (*Wahrhaftigkeitsansprüche*) (*Id. , ib. : 216*)

A proposta de Habermas tem alguns pressupostos. Apesar de que a legitimação da sua proposta emerge a partir da lógica interna argumentativa, admite implicitamente que haja uma universalidade ética subjacente ao processo dialógico que permitirá o caminho em direção ao consenso, desde que haja autonomia decisória e participação de todos os envolvidos. Nesta hipótese, só poderão sustentar-se normas e princípios que atendam à universalidade dos interesses do homem, visto no seu conceito mais amplo. A realização destas condições ideais de interlocução só seria possível enquanto projeção utópica, mas a idéia básica é discuti-las como princípio normatizador. Na perspectiva deste trabalho, temos um processo de luta contra-hegemônica, isto é, um embate entre um paradigma hegemônico que pretende dar conta de todos os aspectos da realidade, mas que, de fato, defende os interesses minoritários de uma classe social e um novo paradigma que nega a validade do anterior, mas que pretende incluir os interesses de todos os homens sem discriminá-los. Habermas supõe que o aprofundamento de um processo de embate discursivo levará necessariamente a um consenso ético superior, ou seja, que a utilização da lógica e da razão e o envolvimento de todos os interlocutores com capacidade autônoma, idealmente, levariam a um conceito maior de verdade, veracidade e justiça. Temos aqui uma profunda crença iluminista na razão e na universalidade, a crença de que o desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica racional das maiorias populares poderiam superar os engodos da razão instrumental, da alienação e do formalismo enganoso dos valores restritos e minoritários. Por outro lado, temos uma clara rejeição de todas as formas de relativismo pós-moderno que rejeitam critérios de universalidade e possibilidades de consenso. Lyotard critica explicitamente a idéia de consenso em Habermas, substituindo-o pela necessidade de pactos sociais sempre precários e localizados que busquem a justiça e não a verdade. Procuramos

assumir, neste trabalho, as críticas pós-modernas ao autoritarismo da modernidade, mas sem cair no relativismo que nega qualquer possibilidade de universalização, defendendo uma radical dialética entre o particular e o geral. Assim como, a partir de Gramsci, procuramos destacar o papel de uma sociedade civil atuante e produtora de conhecimentos, rompendo com todas as formas de *intelligentsias* que pretendam substituir uma dinâmica intelectual das maiorias. A grande novidade de Habermas, em relação ao paradigma da modernidade, é que a definição de normas universais não deverá emergir de leis naturais ou de um exercício monológico<sup>11</sup>, como em Kant, mas de uma ampla **intersubjetividade**, pressupondo que todos os atores sociais tenham voz. O que, na verdade, estabelece uma ponte com o conceito de sociedade civil de Gramsci, mesmo levando-e em conta que Habermas restringe sua análise ao sentido simbólico-discursivo.

A partir destas observações, cremos poder encontrar uma relação entre o conceito de luta ideológica que estamos discutindo e a proposta de Habermas. Quando o filósofo alemão estabelece seus três mundos, abre a possibilidade de uma dinâmica que incorpore a praxis das lutas políticas e sociais no processo simbólico-dialógico, através da discussão de valores éticos e de justiça, estabelecendo uma relação de interação entre estes três mundos, isto é, as normas validadas no processo argumentativo legitimam-se para interagir com o universo do “mundo vivido”. Cremos encontrar uma certa identidade entre as propostas educacionais de Freire e a crença na razão autônoma presente na ética discursiva de Habermas, apesar das diferenças das matrizes justificadoras<sup>12</sup>. Como temos procurado demonstrar, a radicalização dialógica da discussão sobre conceitos como cidadania, desenvolvimento sustentável, descentralização e governabilidade nas sociedades de massa, remetem à um paradigma socialista como proposta eticamente superior para todos os homens, isto é, uma proposta universal e não, apenas, para uma determinada classe social, embora sejam os explorados, pela sua própria exclusão, que vão constituir o ator social coletivo capaz de mobilizar-se para produzir e encarnar esta proposta.

O que queremos sublinhar é a relação entre estes conceitos da ética discursiva e a possibilidade de uma proposta educacional transformadora a partir de Paulo Freire nas escolas públicas atuais. Precisamos questionar se a educação dialógica proposta por Freire, dentro de uma

---

<sup>11</sup> “O conceito monológico de autonomia é substituído por um conceito intersubjetivo, segundo o qual o livre desdobramento da personalidade de cada um depende da liberdade de todos os outros” (ROUANET, 1993: 229)

<sup>12</sup> A justificação de Habermas se dá a partir da lógica interna dos discursos e de pressupostos pragmáticos presentes em qualquer processo de comunicação lingüística. Já, Freire, constrói sua proposta a partir do marxismo e de pressupostos éticos-metafísicos originados da sua opção pelo cristianismo.

dinâmica de interação da escola com os atores sociais e suas lutas, permite a radicalização ideológica que apontará inequivocamente para o socialismo. A discussão sobre a possibilidade e as formas de realização deste processo de radicalização, sem cair no voluntarismo, constitui o cerne do nosso problema.

A condição de possibilidade desta radicalização é que ela não se realize apenas como um modelo utópico de uma sociedade futura, ou seja, que não se superponha como uma grande resposta externa aos problemas dos excluídos, mas que se realize na luta ideológica do dia-a-dia, saturando a discussão com o aprofundamento horizontal e vertical de todas as conseqüências de cada ação, norma ou valor, isto é, inscrevendo a radicalização ideológica de forma concreta em cada momento da vida e das lutas sociais.

Não basta, por exemplo, defender linearmente a socialização do acesso aos bens de consumo produzidos. É preciso construir outros valores que neguem o significado cultural e social dos conteúdos associados ao consumo no mundo moderno. Esta é uma exigência do conceito de desenvolvimento sustentável e da construção de novos padrões de valores que estabeleçam outros conceitos para a idéia de felicidade e fruição. Estes conceitos não são projeções para o futuro, mas se inscrevem no aqui e no agora como necessidade social de sobrevivência do planeta e da negação de manifestações de violência, infelicidade, solidão e falta de sentido de vida presentes, hoje, como decorrência da supervalorização do consumo. O crescimento da violência ligada ao crime, por exemplo, não decorre linearmente da fome e da pobreza. Decorre, também, de uma sociedade que estabelece como modelo de felicidade e realização pessoal o acesso aos bens de consumo de luxo, como carros importados, eletrodomésticos sofisticados, roupas caras de grifes etc. Para uma parte dos excluídos o acesso a esse padrão de consumo só poderá projetar-se como possibilidade real através da marginalidade, isto é, de uma forma individual e anômica de romper as regras do jogo de exclusão. Esta visão crítica de consumo ajuda a construir respostas imediatas para a diminuição da violência, ao mesmo tempo que sua explicitação clara nega a própria essência de auto-expansão ilimitada do capitalismo, mostrando a inadequação de seus valores para uma convivência social civilizada.

O aprofundamento dialógico crítico de todas as decorrências nefastas do modelo capitalista e a clarificação da superioridade civilizatória de valores e comportamentos decorrentes de um paradigma socialista constituem o eixo da luta ideológica. Mais do que apontar para uma futura sociedade socialista, cabe desenvolver uma criação praxiológica de

comportamentos, propostas e formas de governabilidade que enfrentem desde já estas questões a partir de um paradigma socialista, que seja o novo dentro do velho, mas negando radicalmente o velho, o que materializa a “longa guerra de posições” preconizada por Gramsci. A escola, como campo privilegiado de discussão intelectual de idéias, valores e cultura, poderá vir a ser um instrumento privilegiado para este embate prático-teórico entre paradigmas para as grandes maiorias da sociedade.

A proposta de Paulo Freire tem o mesmo otimismo da razão presente em Habermas, rompendo com o pessimismo endógeno de seus companheiros da escola de Frankfurt. Para Freire, assim com para Habermas, só pode haver um desfecho para um debate sobre modelos de sociedade em que haja uma universalização de interlocutores autônomos, críticos e racionais. Haveria uma identidade natural entre uma ampla intersubjetividade crítica e informada e o aprofundamento ético que leva ao socialismo. Esta perspectiva, somada as nossas reflexões anteriores, mostra possibilidades não voluntaristas de se travar desde já uma luta contra-hegemônica, mesmo sem contar com vanguardas esclarecidas ou com partidos de massa socialistas enraizados na sociedade. Podemos admitir que a experiência diária da exclusão social e as exigências de auto-gestão das grandes maiorias possam interagir com a escola e suas novas orientações, criando-se um processo de ampliação da reflexividade que não dependa passivamente de intervenções políticas de vanguardas orgânicas externas. Para isto, a tarefa não é fazer propaganda abstrata do socialismo, mas desenvolver a capacidade de aprender, refletir e criar padrões socialistas no processo coletivo do cotidiano. O que se espera é que esta universalidade de interlocutores se exerça a partir de homens que desenvolvam sua autonomia reflexiva, seu crescimento enquanto críticos racionais e “sabedores” do seu mundo, o que inclui as lutas e os direitos sociais marcados historicamente pela inspiração do socialismo e do desvelamento das contradições do capitalismo realizado por Marx. Esta é a condição para a radicalização ideológica, a radicalização ética capaz de construir o socialismo. Não é por outra razão que Freire, visando um processo de transformação social, escolheu particularmente a educação para dedicar sua vida. A escola pública oferece, como nenhum outro segmento, a possibilidade de participar ativamente de um processo de universalização da capacidade crítica e reflexiva, da criação de uma dinâmica social de produção intelectual coletiva. Sua inserção neste processo, com esta radicalidade de objetivos, dentro de uma práxis de relação com as lutas sociais, poderão fazer desta escola um aparelho extremamente importante da luta contra-

hegemônica. As formas de realização deste papel estão plenamente presentes em Paulo Freire. A realização de sua prática dialógica, a relação entre o trabalho intelectual e a prática do cotidiano e das lutas sociais, dentro do seu conceito próprio de radicalidade, estabelecem os conceitos básicos, os pontos de partida para uma ação educacional transformadora. A inexistência de estruturas paralelas, de um grande contingente de professores assumidamente socialistas, de grandes momentos mobilizadores e expectativas de ruptura social, não neutralizam o potencial transformador da proposta de Freire. Seu objetivo principal é universalizar uma prática dialógica crítica e ética, ampliando radicalmente o acesso ao conhecimento humano, no qual o marxismo e o socialismo estão inscritos indelevelmente, estabelecendo as relações entre vida e conhecimento, indivíduo e sujeito coletivo, felicidade e solidariedade, prática e teoria, sonho e cotidiano, como condições básicas para a gestação coletiva de um mundo justo.

As novas orientações educacionais, como assumidas pela “Escola Cidadã, apontam para o desenvolvimento do espírito crítico e da autonomia que levam a negação do sistema hegemônico, rompendo com a artificialidade acadêmica da escola. Esta artificialidade, que incentiva a manutenção da alienação e da passividade, expressa-se nas características da escola tradicional: distanciamento da realidade concreta através da separação artificial e da apresentação estanque das disciplinas; passividade decorrente da prática de divulgação de verdades científicas tido como absolutas e incontestáveis sem a explicitação de suas regras de formulação e limites epistemológicos; desenvolvimento de uma pedagogia autoritária e especular<sup>13</sup> que atrofia o espírito crítico; apresentação da cultura e da produção de conhecimentos sob formas descontextualizadas historicamente, o que leva a uma visão estática da realidade. O resultado é o

---

<sup>13</sup> uma prática pedagógica que determina o aprisionamento do educando ao universo simbólico do professor, que não lhe permite perambular pela realidade objetiva e que lhe limita os movimentos a mera imitação. O aluno deve aspirar ser puramente a imagem reflexa do educador cuja visão de mundo, na maioria das vezes, está condicionada a repetição dos valores hegemônicos conservadores e alienantes. Ou seja não lhe abrem os espaços de outros sistemas simbólicos, possíveis de se construídos a partir de uma interpretação pessoal de sua própria realidade objetiva, nem das realidades objetivadas quando do seu ingresso na escola. Esta não lhe é oferecida como espaço de organização da reflexão sobre as determinações sociais, mas com repositórios de verdade que camuflam tais determinações, na medida em que seus profissionais se apresentam com protótipo de conhecimentos, habilidades e posturas ótimas. Essa “Pedagogia Especular” resulta da visão de mundo burguesa que se estriba na autonomia ilusória do sujeito e no funcionamento opressor da “Razão Estrutural”. Como dizem os *foucaultianos* esta “razão” opera uma transformação da alteridade em identidade..... Daí decorre, evidentemente, uma pedagogia da prisão, que não permite ao prisioneiro senão comportar-se mimeticamente em relação ao seu próprio carcereiro. (ROMÃO, 1998 : 218 )

distanciamento entre escola e cotidiano, vida, cultura e inserção social cidadã dos alunos. A negação desta concepção de educação, claramente presente nas novas orientações educacionais, sistematizam os princípios e os recursos pedagógicos para a construção de cidadãos críticos e conscientes. O desafio está na constituição de um processo de universalização desta prática pedagógica, o que exige a capacidade de entrelaçá-la com as condições reais de vida, lutas e cultura das grandes maiorias excluídas, onde se inclui a luta contra os limites impostos pela própria exclusão à esta universalização. O capitalismo não tem nada a oferecer que se equipare a estas propostas e tem uma clara consciência desta limitação. Neste sentido, o sistema hegemônico está plenamente na defensiva.

**O objetivo destas páginas finais é submeter os resultados teóricos deste trabalho ao crivo da realidade empírica. Em função do caráter abrangente das discussões aqui propostas e de seu perfil prospectivo, concluímos que seria mais rico contrastá-las com experiências educacionais recentes e de caráter crítico, realizadas por administrações consideradas progressistas. A análise aqui realizada sobre a crise de governabilidade das estruturas centralizadas e sobre o novo papel a ser assumido pela sociedade civil, permite-nos concluir que deveremos ter uma grande ampliação da presença de administrações participativas no Brasil. Aliás, estas propostas não estão mais restritas apenas à municípios governados por partidos políticos definidos ideologicamente no campo da esquerda. Se nossas análises estiverem corretas, a participação popular em políticas públicas levará a uma maior eficiência administrativa e, portanto, à expansão de sua presença, através de processos eletivos. Tomando como referência experiências educacionais críticas e participativas, estaremos nos afastando da média, mas estaremos levando em conta amostragens “cruciais”, isto é experiências que detenham em si, antecipadamente, as possíveis tendências estruturais de um futuro próximo.**

**Partindo desses critérios, escolhemos como referencial empírico para análise das nossas conclusões teóricas as experiências das escolas “Candanga” e “Plural”, sem dúvida, exemplos do que nós tivemos de mais avançado e progressista em termos de ações concretas no ensino fundamental da escola pública em grandes cidades. Estas experiências foram realizadas pelo governo Cristóvão Buarque em Brasília –“Candanga”– e pelos prefeitos Patrus Ananias e Celso de Castro em Belo Horizonte – “Plural” –. Nas páginas anexas**



**desta monografia transcrevemos alguns textos produzidos pelos seus realizadores, que subsidiaram a análise aqui realizada.**

**Além disto, levantamos dados através de entrevistas semi estruturadas sobre as experiências de eleições diretas de diretores de escola no município mineiro Juiz de Fora e a experiência pedagógica da Escola Cidadã de Uberaba.**

**No seu conjunto estas experiências são tratadas, pelo Instituto Paulo Freire, como exemplos marcantes da “Escola Cidadã”.**

**Pudemos constatar que estas propostas declaram, na descrição dos seus princípios, intenções claras quanto ao papel social transformador da escola e quanto à necessidade de supressão da divisão estanque entre formação intelectual e prática política e cidadã do aluno, como propõe Paulo Freire, identificando-se com o modelo de escola que discutimos neste trabalho. Os textos que se seguem explicitam estes princípios para a “Escola Candanga.**

...A luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. Assim, a educação não é uma pré-condição para a democracia e a participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição. ( *Cadernos da Escola Candanga*, 1996 : 29).

...um espaço de organização social onde a ética e a justiça possam afirmar-se contra a competitividade cega, à exclusão e ao egoísmo mesquinho. ( *Id., ib.* :33 ).

...Logo, uma proposta de educação numa perspectiva transformadora, implica a criação de um projeto anti-hegemônico que visa a superação das contradições existentes na sociedade, possibilitando, assim, o surgimento de uma outra concepção de mundo que seja ponto de partida para uma nova relação social. ( *Id., ib.* : 41 ).

A “Escola Plural”, nos seus textos básicos, reafirma os mesmos princípios de uma educação voltada para a transformação social; mas, enfatiza, como ponto

central, a necessidade de romper com a divisão tradicional entre conhecer e intervir no real:

Compreendendo a aprendizagem a partir de uma visão globalizante, a Escola Plural inclui-se em um processo de afirmação ativa, onde os processos de conhecer e intervir no real não se encontram dissociados. (*Reflexões Pedagógicas sobre a Escola Plural*, 1994 : 38-9).

**Muito tem-se avançado na pedagogia do discurso, da palavra, mas estamos muito distantes de uma pedagogia da ação, da intervenção. E quando esta está presente, acha-se suficiente que o aluno apenas conheça a forma de atuar, sem se preocupar com a sua capacidade de atuar, de intervir na prática ou acreditando que é preciso primeiro “saber sobre” para depois “colocar em prática”, dissociando o processo do pensar e do agir.**

**A escola cidadã de Uberaba: “Uma construção amorosa da cidadania”, implantada na gestão de Dedê Prais como secretária da educação no período 1993-2000, caminha no mesmo sentido. Na sua entrevista afirma:**

...fazendo acontecer uma escola comprometida com a transformação da sociedade, é preciso desenvolvermos a confiança na escola, na sua capacidade de autogovernar-se....provocando, assim, uma mudança da prática educativa, até então, dicotomizada, separando aqueles que pensam daqueles que executam, para uma atividade única de ação-reflexão-ação.

**Comparando-se os textos que apresentam propostas pedagógicas e formas de implantação das escolas, encontramos, nas referências à “Escola Plural”, uma descrição mais extensa de sua prática educativa, balanços sobre sua prática e uma preocupação mais nítida de integrar o conhecer e o agir, construindo alguns projeto educacionais concretos em que esta integração se realiza. Por isto mesmo, nossa análise apoiar-se-á mais nas propostas pedagógicas da “Escola Plural”, através dos seus projetos mais avançados no sentido de integrar teoria e prática. Seria importante afirmar que nossa análise repousa sobre alguns textos, não podendo substituir uma pesquisa mais acurada e extensa sobre**

estas escolas e suas práticas concretas. No entanto, acreditamos que isso não prejudica as conclusões que queremos tirar, pois baseiam-se em constatações explícitas e recorrentes nos textos analisados.

Mesmo partindo dos princípios transformadores e progressistas acima descritos, sentimos ainda, nas práticas e estratégias pedagógicas concretas realizadas por estas escolas, a presença de um cotidiano educacional que não consegue fugir de um plano quase que exclusivamente intelectual e teórico. Para intervir sobre a questão da cidadania, por exemplo, encontram profundas dificuldades em imergir os alunos em uma efetiva prática política e existencial cidadã. Constatamos, portanto, um certo descolamento entre as intenções transformadoras propostas e a execução prática destas mesmas propostas.

A análise do processo de implantação dessas novas escolas registra profundos avanços na democratização da gestão escolar, na reformulação das formas de avaliação e na elaboração de mudanças curriculares. Organiza-se o ensino das matérias clássicas como matemática, português etc., a partir de temas ligados ao cotidiano, à cidadania e à transformação social, privilegiando-se a interdisciplinaridade, a globalização do conhecimento e a formação de um pensamento autônomo e crítico do aluno. Estas mudanças indicam importantes e efetivos avanços para a criação de uma nova escola crítica e transformadora. No entanto, na ação pedagógica concreta, sentimos a dificuldade em romper a divisão entre “o debruçar-se intelectualmente sobre as lutas e demandas sociais” e “o imergir efetivamente nestas lutas”.

O momento mais avançado das propostas da “Escola Plural” está na sua concepção de “projeto pedagógico”, pois neles reside a possibilidade de superação da dicotomia entre o pensar e o agir. Ao descrever a concepção de projeto pedagógico os textos da “Escola Plural” afirmam:

O que se pretende é que os alunos consigam aprender a aprender e aprender a viver, ou seja, consigam ir aprendendo a organizar seus próprios conhecimentos e estabelecer relações, utilizando-se dos novos conhecimentos para enfrentar novos problemas e atuar no mundo.....esse processo exige que se ofereça ao aluno situações de aprendizagem ricas em situações de participação. ( *Reflexões Pedagógicas sobre a Escola Plural*, 1994 : 43 ).

Para isso é preciso que se criem propostas de trabalho que exijam a saída do espaço escolar, a organização em pequenos e grandes grupos, o uso da biblioteca, a vinda de pessoas convidadas à escola e outras ações. (*Id., ib.* :45 ).

...e uma postura que reflete uma concepção de conhecimento como produção coletiva, onde a experiência vivida e a produção cultural sistematizada, se entrelaçam dando significado às aprendizagens construídas. (*Id., ib.* : 46 ).

O que queremos destacar é que o sentido dado à proposta de integração entre o pensar e o agir ainda convive em um espaço que pouco tem a ver com as lutas sociais presentes no entorno da escola. Isto reforça-se no texto em que se procura discutir como devem nascer os temas destes projetos pedagógicos :

Os projetos — definidos, construídos e avaliados coletivamente pelo grupo de alunos e professor — configuram-se como projetos de uma negociação onde se busca satisfazer os interesses individuais e cumprir um fim social. (*Id., ib.* : 44 )

**O “fim social” proposto move-se mais no plano de uma conscientização teórica sobre questões sociais do que sobre as lutas sociais concretas. O exemplo modelar citado nos textos reflete bem este perfil de projeto : “Propaganda de Brinquedos”.<sup>2</sup> Trata-se um tema do interesse das crianças que procura explicitar “a estrutura e funcionamento da sociedade de consumo e do sistema de publicidade, a conduta do consumidor, as conseqüências do consumo e a defesa do consumidor” .(*Id., ib.* : 48). O que queremos acentuar em projetos como este é que há um processo de conscientização ainda limitado ao plano teórico, pois não chega a propiciar uma imersão de alunos e professores em lutas cidadãs, embora aponte, teoricamente, para elas. O aspecto de prática concreta dos alunos, conforme descrição dos textos, restringe-se à realização de pesquisas em lojas, entrevistas com órgãos de defesa do consumidor, organização de dados de pesquisa, confecção de cartazes etc. Não concluímos, por isto, que projetos deste tipo deixem de ser utilizados, mas que cabe ter consciência dos**

---

<sup>2</sup> Descrição detalhada deste projeto nos anexos deste trabalho.

seus limites em termos de inserção em processos de luta cidadã, o que permitirá sua convivência com outros projetos que permitam a inserção proposta.

Por outro lado, vislumbramos nos textos analisados alguns exemplos de projetos educacionais que têm apelo para enlaçar-se com lutas e demandas sociais. A mesma "Escola Plural", por exemplo, desenvolveu um projeto de recuperação de uma praça em frente à escola : o "Projeto Verde Vida"<sup>3</sup>, que exigiu a articulação dos alunos com lideranças orgânicas da comunidade local e um relacionamento político com os poderes institucionais do município, encurtando as distâncias entre o aprender a ser cidadão e o ser cidadão.

Um outro exemplo da mesma escola Plural foi o projeto "Serra do Curral Del Rey"<sup>4</sup>. Os alunos visitaram a serra, constatando a deterioração ambiental provocada pela ação de empresas de mineração e queimadas agrícolas, levando-os à denúncia e mobilização para a preservação ambiental, isto é, uma ação concreta de cidadania. Um projeto com tal perfil apresenta um efetivo potencial de propiciar a articulação de alunos e professores com movimentos ambientalistas, sindicatos ou associações de trabalhadores das mineiradoras e dos trabalhadores agrícolas, podendo levar a escola à integrar-se nas demandas e reivindicações destas entidades.

No entanto, o que queremos destacar é que os projetos que continham um potencial de imersão em lutas sociais concretas, como o "Verde Vida" e o "Serra do Curral Del Rey", são apresentados nos textos analisados como manifestações esporádicas, ou seja, emergiram de forma acidental, a partir da demanda localizada de alguns alunos. Na análise das estratégias educacionais concretas, não se vislumbra uma política sistemática de priorizar projetos que tenham como característica comum a busca deste entrelaçamento com lutas cidadãs já presentes na sociedade civil. Mas, o potencial político e pedagógico de tais projetos é tão evidente que acabam por ser descritos e apresentados com destaque nos textos sobre a "Escola Plural".

A avaliação realizada quatro anos após o início da Escola Plural pelo GAME: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais de Belo Horizonte, nas suas recomendações finais, constata a necessidade de :

---

<sup>3</sup> Descrição detalhada deste projeto nos anexos deste trabalho

<sup>4</sup> Descrição detalhada deste projeto nos anexos deste trabalho

Desenvolver projetos educativos junto a comunidade para construir uma nova mentalidade sobre o significado da escolarização básica. Percebeu-se que não existem avanços significativos na relação escola/comunidade no que se refere à compreensão dos princípios do programa da Escola Plural. ... Foi unânime a opinião de que há muito o que fazer no sentido de se conseguir o entrosamento escola/comunidade. (DALBEN, 2000 : 113)

**A avaliação realizada, ao apontar as dificuldades de continuidade e aprofundamento da Escola Plural, ressalta a necessidade de informar a comunidade sobre os objetivos gerais da proposta e de buscar o “entrosamento” com ela, o que caracteriza a ausência desta mesma comunidade no processo de elaboração e implantação do projeto, mas, ainda assim, não recomenda a necessidade de realizar projetos educacionais e temas geradores que estabeleçam uma prática de relação com as necessidades e lutas da comunidade.**

**A entrevista com o professor Eustáquio Romão, que acompanhou a implantação de eleição diretas de diretores de escola em Juiz de Fora, vem reafirmar a importância da criação de laços entre escola e comunidade para que propostas progressistas não sejam interrompidas ou destruídas. Pelo seu relato, alguns anos após a implantação das eleições diretas nas escolas, que contaram com intensa participação popular, uma outra administração municipal tentou revogar estas eleições, mas teve que se deparar com uma grande resistência popular expressa em manifestações de rua com milhares de pessoas. Como consequência, não só estas eleições são realizadas até hoje em Juiz de Fora, como sua influência estendeu-se por todo o estado de Minas Gerais que, hoje, realiza estas eleições em todos os seus municípios.**

**Quanto as dificuldades para a continuidade de processos pedagógicos progressistas, o testemunho de Dedê Prais sobre a escola cidadã de Uberaba é sintomático :**

....teve o seu processo interrompido a partir de 2001 quando, embora com a permanência do mesmo grupo no poder, pois apesar da preservação do nome, as suas características deixaram de existir. Penso que esta continuidade deixe de

existir, é preciso ainda mais trabalhar a consciência e o compromisso político do educador

**As experiências das escolas “Candanga” e “Plural”, também vivenciaram dificuldades para sua continuidade a partir de mudanças administrativas, retroagindo em relação ao caráter progressista inicial que caracterizava a escola destes municípios.**

**Contrastando com a experiência de continuidade das eleições diretas em Juiz de Fora, podemos constatar que os laços de ligação de projetos educacionais com a comunidade, isto é, quando esta assume a proposta como sua, acabam por ter um papel fundamental para a manutenção e aprofundamento destas propostas. Dedê Prais, ao procurar explicar a descontinuidade do projeto progressista de Uberaba, afirma a necessidade de se “mais trabalhar a consciência e o compromisso político do educador”. No balanço das dificuldades da Escola Plural recomenda-se que “os professores necessitam estabelecer relações entre as práticas anteriores e a nova proposta”. (DALBEM, 2000: 112). O que procuramos afirmar, além disto, é a necessidade de se “trabalhar mais a consciência e o compromisso” da comunidade que habita o entorno da escola, como garantia básica para a continuidade e o aprofundamento das experiências cidadãs e progressistas, não só convencendo-as sobre a “superioridade” da nova proposta, mas elaborando projetos educacionais que envolvam a participação desta comunidade com suas lutas e necessidades de informação e reflexão.**

## CONCLUSÃO

O objetivo final deste trabalho é discutir a possibilidade da construção de projetos pedagógicos que se caracterizem por uma imersão sistemática da escola em lutas cidadãs e comunitárias, estabelecendo laços sólidos entre escola e comunidade.

É importante reafirmar que nestes projetos não há perda da identidade e especificidade do papel próprio da escola, pois não impedem que alunos e professores desenvolvam, a partir deles, todos os desdobramentos pedagógicos e educativos possíveis. Pelo contrário, cada professor, na especificidade da sua matéria, terá pontos de partida concretos e vivenciados para estabelecer o distanciamento reflexivo necessário para o aprofundamento dos conhecimentos científicos e teóricos pertinentes. A avaliação da “Escola Plural” sobre estes projetos (vide material apresentado nas anexos deste trabalho), mostra bem as decorrências educacionais positivas resultantes dos projetos descritos.

Não cabe, portanto, buscar temas geradores de projetos pedagógicos apenas no espaço *intra*-muros da escola, mas na capacidade de luta e mobilização social incorporada nestes temas, propiciando a participação cidadã de alunos e professores nessas lutas. Estes projetos passariam a ser parte das matrizes de organização curricular da escola. Acredito que esta seria a forma de resgatar a preocupação central de Paulo Freire em situar a necessidade de uma dialética entre teoria e prática, entre atividade intelectual e ação política. Não qualquer prática, mas uma efetiva prática cidadã de lutas por transformação social. O aprofundamento da gestão democrática da escola pela comunidade é um tema recorrente nas experiências de “Escola Cidadã”, colocando-se dentro das características aqui propostas.

A proposta de um novo papel da escola, como assumida neste trabalho, coloca uma outra questão que queremos discutir, sob o crivo das experiências pedagógicas concretas da “Escolas Cidadã”. É um campo em que ainda constatamos um profundo silêncio prático e teórico, um campo de prospeção onde muito pouco há que se possa constatar empiricamente. Falo do outro lado da dialética escola-comunidade, onde a iniciativa não é apenas da escola em participar das lutas comunitárias, através de seus projetos pedagógicos próprios, mas, em que a própria comunidade se dispõe a assumir a iniciativa de trazer a escola para dentro dos seus referenciais e interesses próprios, ou seja, procura transformá-



la para satisfazer suas demandas intelectuais e convocá-la para participar da construção do novo paradigma. Demandas que não se esgotam apenas na exigência de acesso à escola ou educação de “qualidade” para os seus filhos, mas que buscam transformar a escola para que seus projetos educacionais constituam-se a partir de reflexões e sistematização de informações necessárias para dar consistência ao conjunto das lutas sociais travadas no seu entorno. Uma escola convocada para subsidiar as maiorias populares na elaboração intelectual necessária para a construção e a socialização de novas formas de organizar a vida, a economia e a sociedade. Um processo de produção intelectual não mais realizado apenas pelas elites do saber, mas amplamente diversificado e descentralizado na sua elaboração.

Já procuramos demonstrar que, no seu dia a dia de lutas sociais, a comunidade tem necessidade de informações e de formulação de propostas que exigem pesquisas e reflexões intelectuais sobre si própria, suas demandas, cultura, valores e sobre novas formas de reorganização da vida pública, econômica e da sua própria sociabilidade.

Reafirmamos aqui a importância do conceito de “reflexividade” de Giddens, já discutido anteriormente, como necessário para a tomada de decisões no mundo de hoje, bem como a insistência de Gramsci na necessidade de “elaboração de uma nova cultura e uma nova filosofia” como condição para a construção do mundo novo. Estas concepções tiveram um papel visceral neste trabalho para se pensar o novo papel da escola.

Não é por acaso, que as análises e relatos sobre as ações dos movimentos sociais da década de 70, sempre reportaram-se às assessorias exercidas por intelectuais ligados à igreja progressista ou a partidos e grupos de esquerda. Estes “assessores” ocuparam um espaço de formulação intelectual para o desenvolvimento das lutas sociais daquele período. Já analisamos, a partir de Eder Sader e Maria da Glória Gohn, o processo de refluxo e falência deste modelo, onde parte da responsabilidade é debitada ao fato de que estes “assessores” eram externos à comunidade, seja pela sua extração social, seja pela suas práticas de formulação intelectual e política elitizadas, inibindo um processo de germinação popular de novas propostas e de reflexões originadas na base social. Estas necessidades de elaboração intelectual, de pesquisas e de informações continuam necessárias aos movimentos sociais. O que procuramos discutir, neste trabalho, é a possibilidade de se criar um novo processo de elaboração intelectual transformadora, a partir de uma matriz

radicalmente democrática, ampla e descentralizada, deslocando o papel tradicionalmente significativo ocupado por elites externas às bases sociais do movimentos populares.

Reafirmamos que não estamos negando a importância do papel de partidos políticos ou de outras formas de organização unificadoras com bandeiras mais gerais. O que se configura é uma redefinição da maneira de ser e atuar desses partidos, como tomada de consciência da necessidade de implementar a democratização radical do pensar e do agir político no conjunto da sociedade.

Nesta nova proposta de escola, constatamos que os professores e os alunos da atual escola pública não são “outros” em relação à comunidade. Não trazem um modelo pronto, elaborado externamente. São o “mesmo” que o povo. Todos tem o que ensinar e o que aprender em uma práxis descentralizada e diversificada, mas capaz de gerar a articulação de redes de informação e de conhecimento.

A proposta implícita nesta visão de educação é que o público referencial desta escola não seja apenas constituído por seus alunos formais. A escola passaria a estabelecer uma relação de ensinar-aprender permanente com a própria comunidade, a partir de suas demandas e prioridades, disponibilizando redes de informações pessoais e eletrônicas e interagindo em processos reflexivos, acionando, quando necessário, as universidades e centros de pesquisa. Professores e alunos seriam cúmplices da comunidade no seu processo de desvendamento do real e de criação do novo paradigma com todos os seus desdobramentos. O outro movimento da escola, de caráter endógeno, seria a relação entre os professores e seus alunos formais, desenvolvendo seus processos intelectuais escolares próprios, mas gerados e germinados pelas demandas comunitárias, o que, pelas reflexões de Freire, deverão potencializar a capacidade de aprender.

Nas propostas educacionais progressistas aqui analisadas, não encontramos indicações claras e sistemáticas sobre este novo papel da escola, o que deve ter muito a ver com a sua descontinuidade, mas não pudemos deixar de observar a existência de manifestações pontuais que atestam esta possibilidade. Acreditamos, no entanto, que este novo papel, mesmo sem uma presença sistemática, é uma decorrência natural dos princípios pedagógicos transformadores que estão na base freireana das propostas progressistas aqui analisadas. Por esta razão, a falta de uma explicitação clara deste papel, seja nos princípios teóricos, seja nas estratégias pedagógicas, gera uma certa sensação de

**incompletude. O principal objetivo deste trabalho é o de incentivar uma reflexão mais sistemática sobre este possível papel, suas dificuldades e desafios, em função da importância que esta escola poderá vir a ter para um processo de transformação social e para a continuidade destas experiências.**

**Restaria perguntar a quem cabe a iniciativa neste processo, ou, se a comunidade será capaz de exercer o papel a ela proposto.**

**Procuramos demonstrar, ao longo deste trabalho, que a governabilidade possível e a legitimação de novos valores, no mundo atual, terá que passar necessariamente pela sociedade civil, como forma única de responder à esta crise de legitimidade em curso. Esta reordenação das funções de governabilidade não é um mero quadro teórico exploratório. Está presente, hoje, na proliferação dos conselhos municipais, nos movimentos sociais com bandeiras específicas, na expansão das Ong's, no crescimento de grupos de auto-ajuda, nas associações de pais e mestres. Como vimos, estes novos movimentos sociais estão longe de expressar um potencial mobilizador radical e contextatório, mas espraiam-se horizontalmente, buscando mais participar e solucionar problemas do que negar a ordem vigente. No entanto Mézaros aponta a impossibilidade do atendimento, hoje, destas demandas, sem golpear a lógica “auto-expansionista do capital”, caracterizando o potencial transformador destas lutas na criação de uma “consciência de massa socialista” e formas de “autogoverno”.**

**A grande crise de valores e credibilidade que atravessamos tem gerado a proliferação de manifestações de individualismo e violência anômica, mas começa a ficar claro que não existem soluções sociais efetivas que não partam da presença organizada da sociedade civil. Portanto, apontamos a existência de uma exigência objetiva de novas formas de participação, caracterizando o desgaste das formas anteriores de organização social e política. Nestas formas configura-se um novo padrão de mobilização, procedimentos e reivindicações, ainda que subsistindo sob formas difusas e localizadas, mas vivendo uma realidade objetiva que aponta para a sua ampliação. Discutir a possibilidade de que estes novos movimentos possam vir a ser agentes efetivos de transformação social e não meros colaboradores da manutenção da ordem vigente, foi uma das preocupações centrais deste trabalho.**

Do seio destas contradições afloram, como dois botões nascidos da mesma roseira, de um lado, uma nova escola que busca sua autonomia e uma presença cidadã e, de outro, movimentos sociais que demandam um trabalho intelectual de informação, pesquisa e elaboração, a partir de um processo criativo amplo e descentralizado. É deste encontro, do seu possível potencial de radicalidade democrática, que procuramos tratar neste trabalho.

Enfim, a realidade mostra o nascimento, ao redor das escolas, destas novas formas orgânicas populares, que poderiam, desde já, estabelecer uma relação mais sistemática com esta escola em formação. Não importa de quem seja a iniciativa, pois dos dois lados encontramos o povo e uma grande maioria de excluídos. Provavelmente, nos primeiros tempos, a iniciativa deverá ser mais da escola que da comunidade, através de propostas educacionais progressistas originadas em professores com visão crítica ou governos municipais com perfil participativo.

O paradigma do capital está claramente em crise, dada sua incapacidade de responder as demandas básicas das grandes maiorias. Há que se construir o outro paradigma, a partir das maiorias populares que vivem no fio da navalha do mundo atual, pois estas constituem o ator social com legitimidade intrínseca para a construção do novo. Em um trabalho acadêmico como este, o que podemos apontar é apenas a existência de condições objetivas propícias para esta emergência. A efetiva realização deste processo depende da existência de disposições subjetivas e vontade de ação, características que pertencem ao campo da ação política.

A pretensão maior deste trabalho é a tentativa de vislumbre deste novo papel da escola na construção do processo contra-hegemônico, isto é, seu papel dentro do Partido como proposto por Gramsci, na elaboração de “um novo Renascimento”. Busquei sempre ater-me a um máximo de preocupação lógica e objetividade, mas sem deixar de crer e sonhar. Confesso que busquei, deliberadamente, eleger e apegar-me a cada fio de realidade, por menor que fosse, que indicasse possibilidades concretas da construção deste processo de transformação social. Tenho, por outro lado, consciência de que voluntarismo, falta de respeito às indicações empíricas, assim como falta de rigor lógico e intelectual só podem prejudicar o objetivo que se pretende atingir. Feitas estas restrições, assumo a presença de uma explícita parcialidade ideológica na determinação dos rumos deste

**trabalho, constatação que me permitiu tratar esta parcialidade com maior distanciamento crítico e rigor. Quem não tiver este pecado, que atire a primeira pedra.**

## BIBLIOGRAFIA

### 1. LIVROS

- ADORNO, Theodor W. *Mensagens numa garrafa. in: Zizek, Slavoj (org.). Um mapa de ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARROYO, Miguel G.(org.). *Da escola carente a escola possível.* Coleção educação popular. São Paulo : Loyola, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise.* 3. ed., Brasília: ed UNB 1994  
— *Direita e esquerda; razões e significados de uma distinção política.* São Paulo: UNESP, 1995.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia.* 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1981
- DAGNINO, Evelina ( org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DALBEN, Ângela I. L. de Freitas (org.). *Avaliação da implementação do projeto pedagógico Escola Plural.* Belo Horizonte: UFMG/FAE/GAME, 2000.
- DE FRANCO, Augusto. *Ação local: A nova política da contemporaneidade.* Brasília: Ágora,1995.
- FAZENDA, Ivani. (org.) *Didática e interdisciplinaridade,* Campinas: Papirus, 1998.
- FERRI, Franco (org.) *Política e história em Gramsci :*Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. *À Sombra desta mangueira.* São Paulo: Olho d'água, 1995.  
— *Ação cultural para a liberdade.* 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.  
— *A educação na cidade.* 2. ed., São Paulo: Cortez, 1995 B.  
— *Educação como prática da liberdade.* 18. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.  
— *Educação e mudança.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.  
— *Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática pedagógica.* 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Col. "Leitura").  
— *Pedagogia da esperança.* Rio de janeiro: Paz e terra, 1992.  
— *Pedagogia do oprimido.* 10. ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

- *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1983 (Col. “Questões da nossa Época”, 23).
- La naturaleza política de la educación. Barcelona : Paidós, 1990.
- FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GADOTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- *Educação municipal e poder popular*. Educação Municipal. São Paulo, 4 maio 1989, 60-6.
- *Pedagogia da praxis*. São Paulo : Cortez/IPF, 1995.
- e TORRES, Carlos Alberto. *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas: Papyrus/IPF, 1992.
- GHON, Maria da Gloria. *Educação e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1994.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. 10. ed., São Paulo: DIFEL, 1986.
- A criação cultural na sociedade moderna. São Paulo: DIFEL, 1972A.
- Crítica e dogmatismo na cultura moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- *Dialética e ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1972 B (2 vols.).
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- La necesidad de revisión de la izquierda. Madri: Tecnos, 1991.
- A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HAWKING, Stephen. *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- JORGE, J. Simões. *A ideologia de Paulo Freire*. 2. ed. (ver. E aum.) São Paulo: Loyola, 1981.
- KINCHELOE, Joe L. *A formação do professor como compromisso político*. P. Alegre: Artes Médicas, 1997.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva 1995.

- LENIN, Wladimir Ilich. *Que fazer?* São Paulo :Hucitec, 1998.
- LÖWI, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. São Paulo : Cortez, 1998.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição pós-moderna*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.
- MACPHERSON, C. B. *Teoria política do individualismo possessivo*, São Paulo : Paz e Terra, 1979.
- MANN, Thomas. *A montanha mágica*. São Paulo : Livros do Brasil, 1995.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARSHALL, T. H., *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- *Materialismo histórico e existência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968
- MARINHO, Pedro. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MÉSZÁROS, Istiván. *Para além do capital*. São Paulo : Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Cidadania e res pública: a emergência direitos republicanos*. Brasília : ENAP,1997.
- QUEIROZ, J.J. (org.) *Educação hoje: tensões e polaridades*: Atlantis, 1997.
- REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- *Materialismo dialético e psicanálise*. 3. Ed,Lisboa: Presença, 1997.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica*. Juiz de Fora: PJF/SME, 1984.
- *Poder local e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- e GADOTTI, Moacir. *Município e educação*. São Paulo: Cortez/IPF/IDEM, 1993a.
- *A educação e o município: sua nova organização*. Brasília: MEC, 1993, Série “Inovações”, v. 3.
- et alii. *Conciliação, neoliberalismo e educação*. São Paulo: Annablume/UNESP, 1996.



- ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da educação capitalista*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. (org.) *Pós-néoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SPÓZITO, Marília Pontes. *O povo vai a escola*. São Paulo: Loyola, 1992.
- TAMARIT, José. *Educar o soberano*. São Paulo: Cortez, 1996.
- *Escuela crítica e formación docente*. Argentina : I. P. F. , 1997.
- TORRES, Carlos Alberto. *Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular*. Campinas, Papirus, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VACCA, Giuseppe. *Pensar o mundo novo – rumo à democracia do século XXI*. Ática, 1996.
- VERÓN, Eliseo (dir.). *El processo ideológico*. 2. ed. Buenos Aires: Tiempo Contemporâneo, 1973.
- *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo : Cultura, 1996.

## 2. TEXTOS MIMEOGRAFADOS

- Cadernos da Escola Candanga*, Secretaria da Educação do Distrito Federal, 1996, in Instituto Paulo Freire.
- Reflexões Pedagógicas sobre a Escola Plural*, MEC-Cadernos de Educação Básica, 1994, in Instituto Paulo Freire.

### 3. ARTIGOS DE JORNAIS

Folha de São Paulo, 18/7/99; Caderno Mais; HABERMAS, Jürgen; *Nos Limites do Estado*.

### 4. TESES

ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998 (xerox).

## ANEXO I

### Extraído de “Reflexões Pedagógicas sobre a Escola Plural”

#### VERDE VIDA

#### PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA PRAÇA “PADRE ALOÍZIO”

“Vamos estourar a boca do balão!” – Com esta frase, a professora Vânia Fonseca expressiu seu sentimento ao saber que iria com uma turma de 26 alunos entre 10 e 15 anos, ainda não disciplinados e considerados indisciplinados. Transferida de uma outra escola no final de abril de 1995, Vânia pegou uma turma que ninguém queria: as turma dos bagunceiros, com pouco conhecimento escolar.

“Vai se arriscar ? A outra professora não conseguiu ficar aqui não!” – falaram os alunos dando boas vindas à nova professoras. Só havia uma saída: encarar o grupo, e dar um jeito de conviverem bem, juntos.

Com essa disposição e muita garra, Vânia partiu para a conquista dos alunos. A escola já havia feito uma organização do trabalho escolar. Para essa turma, duas professoras faziam o trabalho divididas pelas áreas de conhecimento. Para Vânia coube trabalhar com conteúdos: Português, Artes e Estudos Sociais.

A primeira tarefa consistia na recuperação da auto-estima dos alunos que não acreditavam na possibilidade de virem a ser uma turma produtiva. Vânia tentou, a princípio, uma cumplicidade com os pais. Mas viu que esse não era um bom caminho para iniciar o trabalho, uma vez que eles próprios não créditos aos filhos. Entretanto, o que foi fundamental para a conquista dos alunos, na percepção de Vânia, foi a crença que ela depositou na turma, apesar de todas as adversidades.

Passado o período inicial de conquista, o grupo começou a investir em projetos de trabalho que fossem significativos para a turma. Assim, começaram uma investigação sobre o bairro onde moravam. Em junho, Vânia decidiu ousar um pouco mais: abriu as portas da escola e foi dar um passeio com a turma, atividade que fez parte do projeto de estudo do bairro. Vânia foi sozinha com o grupo e conseguiu sucesso em sua primeira empreitada. Na verdade, os alunos se sentiram muito orgulhosos da confiança depositada neles e serviram de “mestres de cerimônias”,

apresentando o bairro para a professora. Durante a caminhada descobriram um local onde se produzia um jornal de um condomínio da região. Foram convidados a entrar e puderam conhecer as máquinas, bem como o processo de fabricação do jornal. O que mais chamou a atenção desses adolescentes, entretanto, foi conhecer um rapaz, responsável pelo trabalho no jornal que fora criado na FEBEM. Com uma história de vida semelhante à dos alunos da professora Vânia, esse rapaz significava, para aquele grupo, a possibilidade de um projeto de vida melhor.

Ao retornarem, o grupo produziu um relatório e construiu um maquete, onde já aparecia uma praçinha, próxima à escola, que foi, posteriormente, alvo de investigação da turma.

O sucesso do primeiro passeio animou a professora, que resolveu sair mais vezes com a turma. A ida ao Parque da Cidade Nova foi outro evento muito apreciado pelo grupo.

Em agosto, dando continuidade aos trabalhos, aconteceu de faltar luz na escola. Com a sala de aula escura, Vânia resolveu ir até a praçinha com a turma. Nesse passeio, o grupo verificou que a praça encontrava-se em um estado lastimável. Depredada e abandonada à própria sorte, a praçinha denunciava o descaso da população e dos órgãos responsáveis por uma melhor qualidade de vida. O grupo mobilizou-se, discutiu o assunto ali mesmo no local, e resolveu trabalhar em um projeto de recuperação da praça. Ainda nesse passeio, encontraram um senhor que fazia parte da Associação do Bairro que sugeriu ao grupo procurar a Regional e conversar sobre o projeto que tinham em mente.

Imbuídos do desejo de tomar para si a tarefa de recuperação da praça, esses adolescentes foram fundo na procura de soluções para os problemas detectados. Longe de esperar por um dia distante, quando fossem adultos e pudessem exercer o direito de lutar por uma vida melhor, decidiram vivenciar sua cidadania ali mesmo, dentro da escola, numa turma dita problemática. Para isso, organizaram ações que foram desde o contato com o pessoal da Regional, passando com entrevistas com engenheiros, paisagistas, membros da Associação do Bairro, estudo e planejamento de formas viáveis de transformação da praça, estudo de plantas adequadas para o tipo de local, até “por a mão na massa” e ir para a praça pintar e plantar. O projeto foi organizado pelo grupo e escrito pela professora.

### ***Projeto Verde Vida***

#### **Recuperação Da Praça “Padre Aluizio”- Escola Municipal Anísio Teixeira**

**Justificativa:**

- Por ser próxima à escola, pela má conservação e os alunos serem envolvidos no projeto de meio-ambiente, surgiu a idéia de recuperação da praça.

**Abrangência:**

- Alunos do 2º ciclo – 10 a 15 anos.

**Objetivos:**

- Resgatar a auto-estima, a credibilidade e o interesse em desenvolver um trabalho dentro da escola.
- Recuperar a praça , integrando comunidade-escola.
- Preservar e valorizar o meio-ambiente.

**Áreas envolvidas:**

- Português:
  - Produção de textos – relatórios , cartas, convite, placas, cartazes.
  - Entrevistas com engenheiro, paisagista e Associação do Bairro.
  - Livros.
  - Leitura e interpretação de textos.
  - Confeção de um dicionário relacionado com a praça.
- Ciências:
  - Pesquisa científica em textos diversos.
  - Reciclagem de lixo.
  - Estudo da vida das plantas.
  - Paisagismo.
- Matemática:
  - Sistema de medidas.
  - Problemas.
  - Porcentagens.
  - Geometria.
- Integração Social/ Artes

- História da Praça e do bairro.
- Maquetes.
- Artes
- Pintura.
- Desenho.
- Coral.

**Recursos:**

- Grama, mudas, tintas, lixeiras, ferramentas, livros, fotografia, excursão, maquete.

**Avaliação**

A avaliação do trabalho será processual com o objetivo de entrosamento, respeito ao grupo e enriquecimento dos conhecimentos gerais.

Para a execução do projeto, a turma foi buscar patrocínio entre os comerciantes locais. Acabaram descobrindo um fato curioso: dentre os vários fatores de depredação da praça, estavam incluídas as ações dos próprios adolescentes .

O contato com o artista plástico – Marcos Tadeu Pedrosa Santos – que mora em um bairro vizinho, próximo de uma outra praça muito bem conservada por ele próprio, deu uma guinada nos trabalhos que o grupo vinha desenvolvendo. A conversa que mantiveram com o artista mudou radicalmente a maneira como os alunos concebiam a recuperação da praça. Discutiram sobre a importância das cores como forma de atrair os pássaros, sobre as plantas adequadas para aquele tipo de local, além de trabalhar com os alunos, a apreciação estética, um jeito de ver o mundo ainda distante daqueles adolescentes . O grupo ainda pôde ver e discutir formas de se fazer um projeto no papel, utilizando para isso, conhecimentos de geometria. Como registro, a turma tirou fotos, fez filmagens além de escrever bastante em sala de aula.

## ANEXO II

### Extraído de “Reflexões Pedagógicas sobre a Escola Plural”

#### - UM MODELO DE PLANEJAMENTO DE UM PROJETO DE TRABALHO

A proposta de planejamento aqui apresentada tem o objetivo de dar referência à discussão teórica anterior, buscando relacioná-la à prática pedagógica desenvolvida na sala de aula. Não deve ser encarada como receituário e sim como modelo a ser analisado, discutido e resignificado.

#### PROJETO: PROPAGANDA DE BRINQUEDOS

Ciclo: Início do 2º Ciclo de Formação Básica ( crianças de 9 anos)

Justificativa:

A sociedade na qual vivemos está caracterizada pelo consumo. A introdução de técnicas de comercialização (venda a prazo, cartões de crédito e cheques pré-datados ampliam a capacidade de compra dos consumidores). Os meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão...) levam a possibilidade de consumo à toda a população, criando necessidades e desejos. Diante dessa realidade, o indivíduo se depara com dois problemas, por um lado é um indivíduo consumidor e, por outro, é alguém imerso em um meio social de consumo, independente de ser ou não consumidor.

Dentro dessa massa consumidora, a população infantil ocupa um lugar significativo. O mercado infantil é, atualmente, um grande negócio, já que, por um lado, as crianças são induzidas a pedirem uma série de brinquedos e, por outro, induzem os adultos a comprarem também.

A escola deve fornecer elementos às crianças para que construam conhecimentos, procedimentos e atitudes que lhes permitam situar-se na sociedade de consumo de uma maneira consciente, crítica, responsável e solidária.

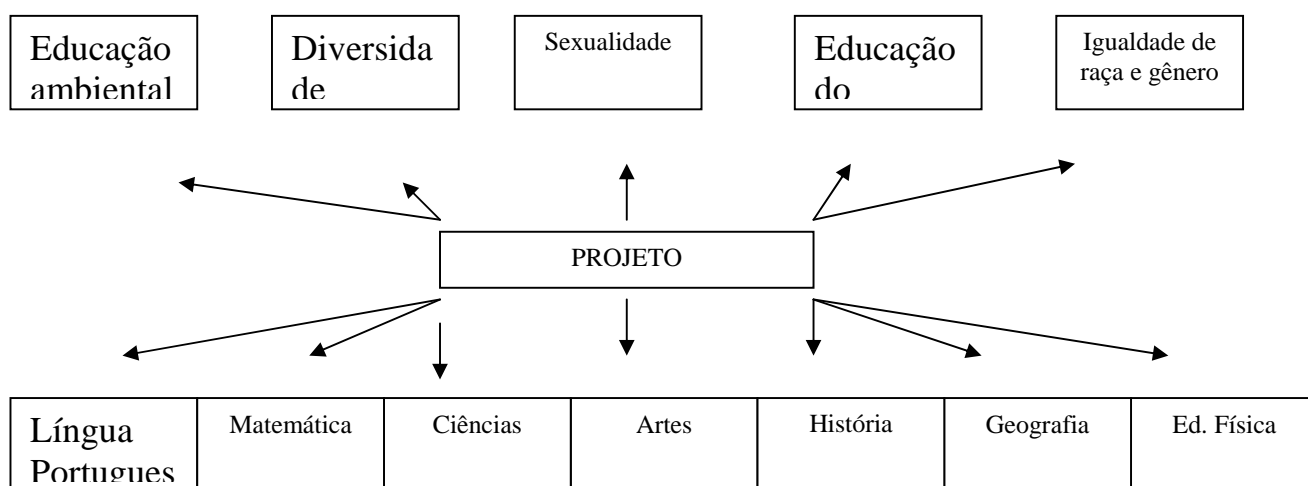
A publicidade é um fato, uma realidade. Daí a necessidade de conhecê-la, decodificá-la, aprender a interpretar suas mensagens. É preciso não só ver a publicidade, mas, principalmente, ler a publicidade de forma crítica, posicionando-se diante dela.

Esse projeto se insere em uma proposta de reflexão sobre aspectos essenciais da propaganda de brinquedos, buscando favorecer uma ação crítica que rompa com os estereótipos e falsos valores presentes neste tipo de propaganda.

#### OBJETIVOS DE MANEIRA TRANSVERSAL E ÀREA DE CONHECIMENTO.

Abordamos esse tema transversal a partir da área de Língua Portuguesa, sabendo, entretanto, que outras áreas também estão presentes só que não de forma sistematizada.

Relação entre temas transversais e áreas de disciplinares:



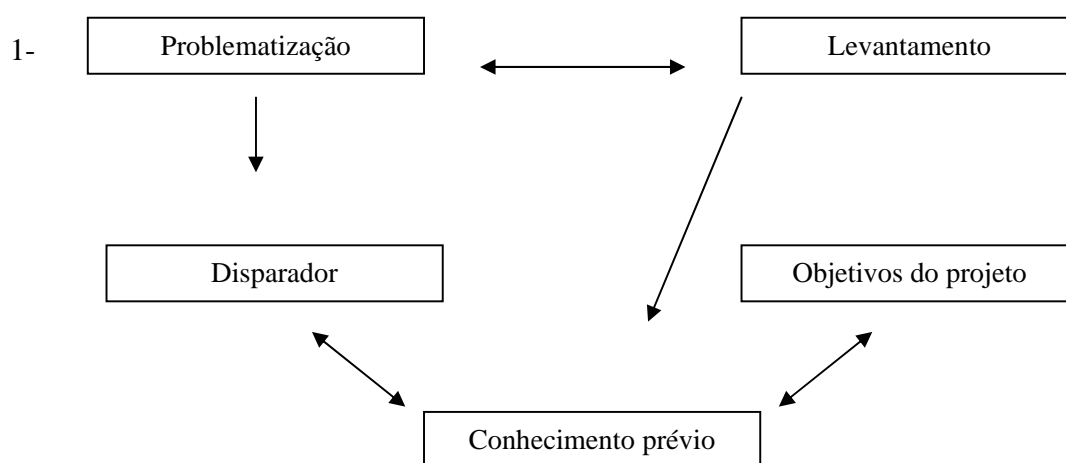
- Área disciplinar
- Língua Portuguesa
- Temas transversais
- Educação do Consumidor

- Reconhecer textos publicitários, identificando sua função e características.
- Combinar recursos lingüísticos e não-lingüísticos para interpretar e produzir textos persuasivos.



- Refletir sobre o uso da língua como veículo de inculcação de idéias, valores e comportamentos.
- Utilizar a língua oral para trocar idéias, experiências ou sentimentos.
- Estrutura e funcionamento da sociedade de consumo: identificar a estrutura e funcionamento do sistema de publicidade.
- A conduta do consumidor e as conseqüências do consumo: analisar os mecanismos usados nas propagandas para incentivar o consumo e os problemas causados ao consumidor.
- Defesa do consumidor: identificar e utilizar soluções alternativas para enfrentar as propagandas de brinquedos.

#### ETAPAS E SEQUÊNCIAÇÃO DE AVALIAÇÃO



Apresentação do cartaz, explorando:

- Tipo de texto
- Assunto
- Gravura
- Título

CARTAZ  
PUBLICITÁRIO DE  
UM BRINQUEDO

Discussão sobre a situação comunicativa do texto:

- Para quem é dirigida a propaganda?
- Qual o objetivo do autor?
- Que recursos o autor usou para alcançar o objetivo?

Registro das questões apontadas pelos alunos.

- Debate sobre a função das propagandas de brinquedos e o que elas causam às crianças e seus pais.

Organização do projeto de trabalho com os alunos, a partir das questões levantadas na Problematização:

- que já sabemos?
- que gostaríamos de saber?

2- Desenvolvimento (proposta que e pode e deve ser reformulada, a partir da participação dos alunos)

Construção de roteiro para analisar propagandas de brinquedos, veiculadas em televisão ou jornal:

### ANÁLISE DE PROPAGANDAS

Selecione 5 anúncios de brinquedos, escreva seu nome e marque um X nas casas que correspondem aos truques utilizados:

#### TRUQUES PUBLICITÁRIOS

- Para embelezar o produto:  
O brinquedo aparece maior do que é  
Os ambientes que aparecem são sempre bonitos.

- Para que ele não seja esquecido:  
A imagem se repete várias vezes.

#### PROPAGANDAS DE BRINQUEDOS

O texto se repete e também a marca.

A música é fácil e repetitiva.

- Para incentivar sua compra:

Não se indica o preço do brinquedo.

Aparecem acessórios não incluídos no brinquedo.

Obs.: quadro construído com as crianças, a partir da análise da propaganda.

- Socialização das pesquisas e reflexão sobre a função das propagandas e suas conseqüências para as crianças que têm contato com ela.
- Entrevista com as crianças para observar o impacto da propaganda.

#### ROTEIRO DA ENTREVISTA.

Você tem muitos brinquedos?

Existe algum brinquedo que você gostaria de ter? Qual?

Como você soube da existência desse brinquedo?

O que você acha das propagandas de brinquedos?

Você tem vontade de ter os brinquedos que aparecem nas brincadeiras?

Você pode sempre comprar os brinquedos que aparecem nas propagandas?

Se você não pode tê-los, como se sente?

Os brinquedos comprados são melhores que os inventados? Por quê?

- Tabulação da entrevista e construção de um quadro com os dados coletados.
- Discussão sobre as condições de vida da maioria das pessoas e os efeitos da propaganda. Discutir a possibilidade de se pensar em alternativas para incentivar a brincadeira inventada em substituição aos brinquedos comercializados.
- Deflagração de uma campanha publicitária em defesa das brincadeiras inventadas.
- Para isso é preciso;
  - listar as brincadeiras e brinquedos inventados que não precisam de gastar dinheiro;
  - registrá-los em folheto ( ou construí-los e fazer uma exposição);
  - elaborar cartazes publicitários para divulgar o folheto.

- Processo de produção:
  - análise de vários cartazes.
- Aspectos a serem observados no processo:
  - material usado;
  - caracteres empregados;
  - o recurso do desenho para seduzir;
  - o slogan
  - o texto em relação à sua estrutura
- Fixar os cartazes em lugares públicos e divulgá-los às crianças entrevistadas.

#### SÍNTESE

- Durante todo o processo, foram criadas situações de diálogo, de confronto de opiniões, de construção de novos valores. Esses momentos devem servir como instrumento de avaliação.
- Alguns instrumentos devem ser construídos para avaliar o processo:

#### INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM CARTAZ PUBLICITÁRIO

Nome:

Data:

SIM

NÃO

O meu cartaz tem:

Formato grande

Letras grandes

Uma diversidade de cores

Um espaçamento característico, com escritos

Sem linhas paralelas horizontais

Um slogan enxuto, que causa impacto

Uma diversidade de cores

Em relação ao texto, há:

Frases curtas, sem verbos:

Jogo de palavras:

Frases de convencimento:

REGISTRO DE OBSERVAÇÃO  
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR

CONTEÚDOS DA APRENDIZAGEM

ASPECTOS OBSERVADOS

**Conceitos**

- **Conhecimento dos mecanismos de publicidade**
- Influência do texto publicitário
- Mecanismos de defesa do consumidor

Procedimentos

- Levantar problemas
- Recolher informações
- Realizar pesquisas
- Extrair conclusões
- Organizar campanhas educativas

Atitudes

- Curiosidade
- Interação com os outros
- Interesse por questões sociais
  - Posicionamento diante de problemas sociais.

### ANEXO III

#### Extraído de “Reflexões Pedagógicas Sobre a Escola Plural”

##### “SERRA DO CURRAL”: UMA EXPERIÊNCIA PLURAL.

Várias escolas da Rede Municipal têm desenvolvido Projetos de Trabalho e os relatos têm mostrado que os mesmos possibilitam viabilizar, na prática pedagógica, uma Proposta Curricular que tenha como eixo o processo de formação global dos alunos, em sua pluralidade de dimensões.

É o que nos mostra o relato de um projeto desenvolvido na E.M. Cônego Sequeira, por duas turmas do 2º Ciclo e pelas professoras Verimar, Marlene e Aparecida Fernandes, juntamente com as coordenadoras Dolores Esméria e Zamara Campos. O projeto iniciou-se no dia 13 de fevereiro e teve seu final no dia 26 de abril de 1995.

Ele surgiu do interesse dos alunos, a partir de uma visita ao Museu Abílio Barreto, em 1994. Dessa visita, ficou o interesse da turma em conhecer a Serra do Curral Del Rey, “que servia de curral natural para encurrular o gado na região da Fazenda do Cercado e um marco histórico do antigo Arraial do Curral Del Rey”. Durante o momento da Problemática, várias perguntas foram levantadas:

- Quem deu este nome para Serra do Curral, quando e por quê ?
- Que espécies de animais e vegetais existem nesta Serra ?
- Como é feita a mineração e quais as conseqüências dela para a Serra?
- Qual a área que foi tombada ?
- Quais são os processos de descaracterização da Serra do Curral ?

No desenvolvimento do projeto, diversas estratégias foram usadas:

- Pesquisa bibliográfica
- Exibição de filmes e slides
- Excursão à Serra do Rola-Moça e ao Parque das Mangabeiras
- Confecção de maquetes, mapas, cartazes

- Registro através de relatórios e fotografias
- Leitura de jornais e de três livros de literatura (O cantor prisioneiro, Gostando de grutas e Quem tem medo de morcego?)
- Visita a exposição de animais da Serra do Curral
- Desenho de fauna e flora da Serra do Curral
- Exposição de amostras vegetais da Serra
- Oficinas de origami com dobraduras de animais da Serra do Curral
- Palestras sobre o tema
- Produção de gráficos e de cartas de agradecimento
- Participação da Campanha : Eleja o símbolo de BH ( propaganda e eleição)
- Resolução de problemas envolvendo dados sobre a Serra do Curral, sistema de numeração, sistema de medidas

Fontes de informação foram consultadas ao longo do Projeto, entre elas:

- Caderno do Meio Ambiente n.º 5 : O tombamento da Serra do Curral
- Caderno de atividades da Secretaria Municipal; do Meio Ambiente: Serra do Curral
- Poesias Infantis – Olavo Bilac
- Revistas, jornais, catálogos

É interessante ressaltar como esse projeto possibilitou que os alunos vivessem uma experiência educativa, onde os conteúdos das disciplinas, os processos pedagógicos e as competências fizeram parte dessa vivência, não como partes separadas, mas como processo global de formação. Vejamos alguns exemplos que retratam esse processo global.

- NA CAMPANHA “ELEJA BH” - Ao longo do Projeto, aconteceu a campanha “Eleja BH” e os alunos se integraram à mesma, fazendo propaganda e votando em um símbolo. Coincidentemente, a Serra do Curral era um dos símbolos da campanha, aliás o vencedor.

Os alunos puderam viver a experiência de votação na escola e acompanhar a votação na escola e acompanhar a votação na cidade.

Os resultados da votação foram apurados e registrados em forma de gráficos. O mesmo instrumento (gráfico) serviu para registrar o resultado oficial da campanha. Ao realizar essa atividade, os alunos tiveram que desenvolver sua habilidade de organização, de trabalhar em grupos, de saber respeitar a opinião do outro (nem sempre o símbolo que um escolheu era o mesmo que o do colega); computar votos e divulgá-los e utilizar o gráfico como instrumento. Para isso, tiveram que lidar com escala, legenda, representação.

- **PRODUZINDO TEXTOS** – Muitas outras ações poderemos descrever para exemplificar como o Projeto trouxe, para todos os participantes – professoras e alunos – uma experiência educativa global. Os alunos produziram “raps”, peça de teatro, fizeram dobraduras, poesias, desenhos, utilizando várias formas de expressão para comunicar sentimentos, informações, impressões, etc.